

CANDIDA DE F. DEICHMANN SANTOS LIMA

**O GOVERNO JAIME LERNER E O PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS
(1995-2002)**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção de grau
de Mestre, Curso de Pós-Graduação
em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de
Souza**

**CURITIBA
2007**

Dedico este trabalho ao *Ed*, de coração.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para que este trabalho pudesse ser concluído. Agradeço ao orientador, professor Nelson Rosário de Souza, aos professores e funcionários da Pós-graduação em Sociologia, bem como aqueles que me ajudaram com uma palavra de apoio ou um conselho, com o empréstimo de um livro, uma tradução, ou que colaboraram com a pesquisa das fontes.

Em especial, gostaria de agradecer aos meus pais pela ajuda e preocupação, agradecer à Arlene, amiga que sempre me ouviu e ajudou com seus conselhos, mas, sobretudo ao Ederson, companheiro incondicional de todas as horas.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	7
3 COMO O PROGRAMA ENTROU NA AGENDA	23
3.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	23
3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE	30
3.3 ABERTURA DEMOCRÁTICA E DOZE ANOS DE GOVERNO PEEMEDEBISTA	35
3.4 ALTERNÂNCIA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 94: A “RETOMADA DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA” PARA O PARANÁ	39
4 O PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS	44
4.1 O LANÇAMENTO E A DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	44
4.2 O PROCESSO DECISÓRIO E O “PROGRAMA EM AÇÃO”	47
4.2.1 Os mecanismos fiscais	47
4.2.1.1 A Guerra Fiscal	49
4.2.1.2 O caso Renault	53
4.2.2 A Paraná Desenvolvimento S.A., ou melhor, o Instituto Paraná Desenvolvimento	61
4.2.2.1 A constituição do Instituto Paraná Desenvolvimento – IPD	64
4.2.3 As Câmaras Setoriais	70
4.2.3.1 As Câmaras Setoriais no Brasil	70
4.2.3.2 As Câmaras Setoriais no governo Jaime Lerner	73
4.2.4 As Concessões e Privatizações	76
4.2.4.1 As concessões	78
4.2.4.2 As privatizações	81
5 OS PRINCIPAIS ATORES	87
6 CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	111

LISTA DE SIGLAS

ABDE	- Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento
ABIMAC	- Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ACP	- Associação Comercial do Paraná
AEB	- Associação do Comércio Exterior do Brasil
ALIDE	- Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
APPUC	- Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BADEP	- Banco de Desenvolvimento do Paraná
BEFIEX	- Programa Benefícios Fiscais à Exportação
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDESPAR	- BNDES Participações S.A.
BNH	- Banco Nacional da Habitação
BRDE	- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAFÉ DO PR	- Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
CBPO	- Companhia Brasileira de Projetos e Obras
CCJ	- Comissão de Constituição e Justiça
CDI	- Comissão de Desenvolvimento Industrial
CENDI	- Centro de Desenvolvimento Industrial do Paraná
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CIC	- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
CITPAR	- Centro de Integração de Tecnologia do Paraná
CMBEU	- Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CODEM	- Comissão de Desenvolvimento Municipal
CODEPAR	- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONSIDER	- Conselho Nacional de Siderurgia e Não Ferrosos
COPEL	- Companhia de Energia Elétrica do Paraná
COTESC	- Companhia Catarinense de Telecomunicações
CUT	- Central Única de Trabalhadores
DNOS	- Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAER	- Empresa Brasileira de Aeronáutica
FDE	- Fundo de Desenvolvimento Econômico
FERROESTE	- Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FINAME	- Financiamento de máquinas e equipamentos
FUNDEPAR	- Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
GEIA	- Grupo Executivo para a Indústria Automotiva
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPD	- Instituto Paraná Desenvolvimento
I PNB	- Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

II PNB	- Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba
ITA	- Instituto Tecnológico da Aeronáutica
IVC	- Imposto sobre vendas e consignações
OEA	- Organização dos Estados Americanos
PASEP	- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDC	- Partido Democrata Cristão
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Brasileiro
PETROFÉRTIL	- Petrobrás Fertilizantes S.A.
PETROQUISA	- Petrobrás Química S.A.
PFL	- Partido da Frente Liberal
PGI	- Programa Geral de Industrialização
PIB	- Produto Interno Bruto
PIS	- Programa de Integração Social
PL	- Partido Liberal
PLADEP	- Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	- Programa Nacional de Desestatização
PP	- Partido Progressista
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PRN	- Partido da Renovação Nacional
PRODEPAR	- Programa De Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná
PROER	- Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro
PROIN	- Programa de Estímulo ao Investimento Produtivo
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PV	- Partido Verde
REFRIPAR	- Refrigeração Paraná S/A
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENGE	- Sindicato dos Engenheiros do Paraná
SESI	- Serviço Social da Indústria
SINDIMETAL	- Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico
TECPAR	- Instituto de Tecnologia do Paraná
TELEBRAS	- Telecomunicações Brasileiras S.A.
TELEPAR	- Companhia de Telecomunicações do Paraná
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral
URBS	- Companhia de Urbanização de Curitiba

RESUMO

Este trabalho procura analisar a ação política dos responsáveis pela elaboração e implementação do programa de desenvolvimento econômico levado a efeito na gestão de Jaime Lerner à frente do executivo paranaense (1995-2002) e que ficou conhecido como *Programa Paraná Mais Empregos*. Tal programa, que se caracterizou por ser de cunho neoliberal no qual a iniciativa privada possuía um papel central, possibilitou a aglutinação de diversos defensores históricos deste tipo de pensamento econômico. Muitos dos responsáveis pelo programa já haviam participado nos anos 60 do projeto de desenvolvimento implantado pelo então governador Ney Braga e da criação, nos anos 70, da Cidade Industrial de Curitiba. Para analisar as ações dos principais atores, buscar-se-á compreender como transcorreu o processo decisório do programa e a forma utilizada para aprovar e implantar tal plano. Procurar-se-á, também, reconstituir o contexto econômico-institucional pelo qual passava o país e o Paraná nos anos 90 e analisar a sua possível influência na elaboração do Programa.

Palavras-chaves: Industrialização Paranaense; Jaime Lerner; Programa Paraná Mais Empregos; Tecnocracia.

ABSTRACT

This work intends to analyze the political action of the responsible people for the elaboration and implementation of the economic development program during Jaime Lerner's government (1995-2002) which is known as *Programa Paraná Mais Empregos*. This program is characterized by its neoliberal tendency in which the private initiative had a central place incorporated in its defense many historical militants of this kind of economical thinking. Many of the in charged people by this program had already took place in the development program proposed by the governor Ney Braga in the 1960's and the creation of the Industrial district of Curitiba in 1970's. To analyze the actions of the main characters we will study how the process the decide the main lines of the program took place and the way needed to approve and implement the program. We will show the economic-institutional context of Brazil and Paraná in the 1990's, too and analyze its influence in the making of this program.

Keywords: Industrialization of Paraná; Jaime Lerner; Programa Paraná Mais Empregos; Technocracy.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será abordado o *Programa Paraná Mais Empregos*, política implementada na primeira gestão de Jaime Lerner à frente do executivo estadual paranaense (1995-2002) e que foi a base do planejamento industrial deste governo no qual se destacaram questões como a política automotiva, privatizações e concessões.

Apesar do nome *Paraná Mais Empregos* dar a impressão de que estamos nos referindo à uma política pública de emprego de forma restrita, o objetivo do governo era o de promover a ampliação e diversificação do parque industrial paranaense, tendo como consequência deste processo a geração de empregos. Além disso, o marketing político advindo com tal título era vantajoso para um governo recém-eleito.

Sucintamente, o Programa se baseava em dois eixos principais. O primeiro se chamava *Mecanismos de Incentivo à Produção* e contemplava uma política de incentivos fiscais através da qual seria possível a postergação do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em até 48 meses para toda empresa que viesse a se instalar no Paraná ou para empresas já instaladas e que quisessem ampliar sua estrutura, bem como a apropriação deste ICMS na compra ou transferência de bens de capital. Além disso, o governo se encarregaria de construir condomínios empresariais, ou seja, barracões para abrigar pequenas e médias empresas.

No segundo eixo do Programa estavam os *Instrumentos de Apoio ao Sistema Produtivo*, ou seja, os órgãos que realizariam o Programa. Faziam parte deste eixo: 1) *Câmaras Setoriais* que eram órgãos consultivos vinculados à Secretaria de Indústria e Comércio, cuja finalidade era promover o diálogo entre o governo do Estado e as entidades representativas da indústria, do comércio, de serviços e dos trabalhadores para identificar possíveis problemas e propor soluções; 2) a *Paraná Desenvolvimento S.A.*, empresa privada, que tinha por objetivo mobilizar a iniciativa privada a trabalhar em projetos estratégicos do governo estadual; 3) *Núcleos regionais de fomento*, que seriam os órgãos do Estado que dariam assistência e infra-estrutura ao plano (COPEL, SANEPAR, DER, entre outros); 4) *Concessões e privatizações*, para que através da utilização destes mecanismos, o

governo pudesse enxugar a máquina estatal e alavancar maiores investimentos para o Estado (PARANÁ, 1995a).

Na visão da equipe responsável por tal projeto, tais instrumentos seriam fundamentais para captação de recursos a serem utilizados na ampliação dos setores industrial e de serviços.¹

Dentre todos os eixos do Programa o aspecto fiscal foi o que mais se destacou em função dos benefícios concedidos às grandes empresas que aqui se instalaram, principalmente as montadoras. Outros aspectos do Programa referentes aos seus instrumentos de execução – como as Câmaras, a Paraná Desenvolvimento e as Concessões e Privatizações – foram pouco discutidos ou, quando muito, discutidos isoladamente como é o caso das privatizações da Telecomunicações do Paraná - TELEPAR e do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. Na verdade, os mecanismos fiscais e os órgãos de execução formavam um único programa de governo, e, portanto, não se constituíram em medidas isoladas.

O discurso adotado pelo governo pregava a necessidade do “fortalecimento da economia do Estado e do estímulo que o Governo [pudesse] oferecer para, em conjunto com a iniciativa privada, aproveitar racionalmente as potencialidades de cada região gerando emprego e renda que [possibilitassem] a necessária sustentação e equilíbrio para o Estado” (1995b)². Para o governo lernista, a iniciativa privada desempenharia um papel fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento econômico estadual a ser iniciado naquele mandato. Tal participação acabou se efetivando, em primeiro lugar, por meio de uma política de incentivos fiscais e outros benefícios concedidos principalmente a algumas montadoras, justificados pelo governo em função dos desencadeamentos econômicos e geração de empregos diretos e indiretos do setor automobilístico. A outra forma de participação da iniciativa privada se deu por meio do desempenho de funções antes de responsabilidade estatal como a administração e conservação de estradas e a gestão das telecomunicações - através do instrumento de privatizações

¹ No decorrer do trabalho, o desenho institucional do Programa será apresentado mais detalhadamente.

² Tal discurso será discutido ao longo deste trabalho. Apesar de se falar em descentralização e incentivo das potencialidades de cada região, houve uma concentração dos investimentos, principalmente os de grande porte, na região metropolitana de Curitiba.

e concessões - e a condução de projetos de desenvolvimento considerados estratégicos para o Estado até então gerenciados pela Secretaria de Indústria e Comércio e que passariam para uma empresa privada, a *Paraná Desenvolvimento* (que acabou sendo criada como *Instituto Paraná Desenvolvimento*). Além disso, o governo criou uma série de empresas paralelas às secretarias de Estado como a PARANAEDUCAÇÃO, a PARANÁTURISMO, entre outras. Tais empresas, apesar de ligadas diretamente à administração estatal, ficaram sujeitas à normas diferenciadas de funcionamento, independentes da gestão pública, como é o caso da contratação de funcionários – que deveria ser por concurso - ou das normas para realização de licitações.

A questão que então se coloca é a seguinte: a opção pela industrialização intensiva e pela ampla participação da iniciativa privada proposta no Programa se deveu à presença de alguns atores que podemos considerar defensores históricos deste tipo de atuação? Tais atores já haviam participado dos principais projetos de desenvolvimento econômico no Estado, primeiramente na década de 60 durante o governo Ney Braga e, posteriormente, na década de 70, na criação da Cidade Industrial de Curitiba. A manutenção deste grupo de atores, mesmo afastados do poder executivo estadual, e a sua ação política em torno do governador Jaime Lerner, recém-chegado ao poder, foi decisiva para a vinda de novos investimentos para o Paraná? A eleição de Lerner em 1994 possibilitou a oportunidade para que esse processo de atração de novos investimentos acontecesse de forma mais rápida e efetiva?³

A princípio, os atores centrais desta análise serão os técnicos, técnicos-políticos e políticos que iniciaram suas carreiras, na sua maioria, em agências estatais⁴ que fizeram parte do governo lernista. Apesar disso, também é importante

³ Desde a abertura democrática e a eleição do primeiro governador em 1982 pelo voto direto, o Paraná foi governado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Durante três gestões a industrialização não se constituiu em prioridade. Como veremos no segundo capítulo, os governos peemedebistas estabeleceram outras prioridades, principalmente porque o partido tinha sua história de atuação vinculada aos movimentos sociais e ao atendimento das demandas destes grupos. Assim, a eleição de Lerner em 1994, representou não só uma alternância de poder no comando do Estado, mas também de concepções diferentes de gestão. No que se refere ao papel das eleições, LINDBLOM (1981) destaca que a existência de um novo governo “abre oportunidades de ação cooperativa (...) que sem ele seriam impossíveis. Assim, como poderemos explorar essas oportunidades? Quem deve explorá-las, em benefício de quem?”

⁴ No próximo capítulo estaremos discorrendo sobre tais conceitos.

verificar qual foi a participação de outros atores como os políticos da oposição - principalmente no que se refere à sua atuação na Assembléia Legislativa do Paraná - empresários e outros grupos de interesse.

Neste sentido, para podermos realizar nossa análise acerca dos atores envolvidos com tal projeto de desenvolvimento econômico, se faz necessário reconstituir o processo decisório do Programa Paraná Mais Empregos, de maneira que possamos identificar os atores participantes e responsáveis por esta política, ou seja, aqueles com poder de decisão e influência. Como ressalta LINDBLOM (1981), “para compreendermos quem ou quem formula políticas, é preciso entender as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e outros poderes que detêm, como lidam uns com os outros e se controlam mutuamente”. LINDBLOM (1981) também afirma que “das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes dos grupos de interesse, os legisladores, os líderes de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócios”.

Outra explicação possível para justificar a opção pela industrialização intensiva e pela ampla participação da iniciativa privada no Programa pode ter sido o contexto econômico e institucional pela qual passava o país e o Paraná naquela época. Teria sido esse contexto o fator responsável para que o governo lernista adotasse em sua administração medidas de cunho liberal, ou seja, privatizar, conceder serviços públicos, incentivar o capital privado?⁵

Após estas considerações iniciais, passamos à apresentação do conteúdo dos capítulos que compõem esta dissertação. O segundo capítulo apresentará questões teóricas e metodológicas importantes para dar conta das relações e inter-relações entre todos os atores envolvidos no processo decisório do Programa. Também apresentará as fontes analíticas, históricas e estatísticas utilizadas.

Para analisarmos o processo decisório do Programa e seus atores consideramos necessário entender como e por que a política aqui discutida ganhou

⁵ Não se pode esquecer que em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco, foi lançado o Plano Real. Tal plano, que tinha por objetivos o combate à inflação e a busca pela estabilização econômica, surtiu resultados, fazendo com que a estabilidade econômica no país chamasse a atenção de investidores externos. O Brasil se tornou um dos destinos mais procurados para novos investimentos. Além disso, no governo seguinte, o então presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou o programa de privatizações de empresas estatais.

destaque e tornou-se parte da agenda governamental em 1994. Assim, o terceiro capítulo tem por objetivo resgatar o processo de desenvolvimento econômico e industrial tanto brasileiro quanto paranaense a partir dos anos 50, dada a relevância do assunto e do período para os propósitos desta dissertação, pois é nesta época que surgem os atores que irão se destacar no cenário político-econômico paranaense em função de sua atuação na política industrial e que voltam a aparecer em 1994, na formulação do programa de governo do então candidato Jaime Lerner, e em 1995 - com Lerner já eleito – já na sua implantação. Este capítulo também destacará a abertura democrática do país e os doze anos de governo peemedebista que se seguiram, a partir de 1982, no Paraná, bem como a alternância política ocorrida em 1994 com a vitória do grupo lernista.

No quarto capítulo abordaremos o Programa Paraná Mais Empregos, no qual apresentaremos o seu desenho institucional de forma mais detalhada, para depois abordarmos alguns dos seus principais componentes individualmente, procurando identificar os atores envolvidos e suas ações, bem como a forma pela qual a política foi debatida e colocada em prática. Na visão de LINDBLÖM, (1981), é necessário acompanhar a implementação de uma política para verificar se as decisões tomadas foram realmente executadas ou se houve a necessidade, em função de alguma restrição, de mudar a forma de execução. Segundo ele, “no canteiro da implementação nascem todo o tempo novos problemas de decisão política, que são colhidos para a inclusão na agenda”, pois o processo decisório político é “algo extremamente complexo, sem princípio nem fim, cujos limites são incertos.”

Estaremos abordando os mecanismos fiscais e o caso mais conhecido da aplicação de tais mecanismos que foi a instalação da montadora Renault. Em seguida trataremos da Paraná Desenvolvimento e do Instituto Paraná Desenvolvimento, bem como das Câmaras Setoriais. Por fim, trataremos das concessões e privatizações. Quando da abordagem dos mecanismos do Programa, além da sua inserção no cenário estadual, estaremos realizando a sua contextualização no que no plano federal, ou seja, analisando em que medida as políticas adotadas pelo governo central refletiram na atuação do governo estadual.

É importante destacar que não fará parte do escopo de nossa análise a avaliação dos resultados do Programa. Isto demandaria tempo significativo em pesquisa de informações em várias áreas, bem como de análise desses dados, o

que extrapolaria o prazo para realização desta dissertação. Assim, não nos preocuparemos com os resultados da política, mas com a forma como transcorreu o processo de decisão política.

O capítulo cinco terá por objetivo realizar a análise biográfica dos principais atores identificados no processo decisório do Programa, no intuito de verificar a atuação e a permanência destes indivíduos nos rumos da política industrial paranaense das últimas décadas, de que forma transitaram com facilidade antes, durante e depois do regime militar (1964-1985), como se encontraram e chegaram ao comando do executivo paranaense em 1995.

Por fim, serão explanadas as conclusões finais.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nos últimos anos tem se constatado um interesse crescente da academia, dos órgãos governamentais e dos centros de pesquisa pelo estudo de políticas públicas no Brasil.

Apesar dos problemas e lacunas ainda existentes na agenda de pesquisas sobre políticas públicas⁶, em relação ao objeto de estudo do campo há poucas dúvidas entre os pesquisadores sobre a sua importância. Segundo ARRETCHE (2003), a política pública entendida como análise do “Estado em ação”, no sentido de JOBERT e MULLER (1987), tem como objeto “o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica”.

Neste sentido, há muito que se conhecer sobre o funcionamento dos micro-universos operacionais do Estado brasileiro e das relações de poder que se estabelecem entre os vários agentes envolvidos na implementação de uma política pública.

SOUZA (2003) em sua análise sobre o campo brasileiro de pesquisas em políticas públicas, também enfatiza que ainda não temos clareza suficiente sobre quem são realmente os formuladores de nossas políticas, uma vez que são poucas as pesquisas teórico e empiricamente embasadas que confirmem qual é, de fato, o papel neste processo de muitos rótulos dados às políticas públicas brasileiras tais como o clientelismo, o patrimonialismo, a intermediação de interesses, o insulamento burocrático ou as redes sociais.

MELO (1999) lembra que a produção acadêmica brasileira inicialmente tratou o Estado como uma entidade “monolítica” e aos poucos passou a especializar-se, produzindo estudos que discutem uma política ou áreas de políticas estatais. Essa especialização, segundo MELO, se refere principalmente ao declínio

⁶ Ver a respeito MELO (1999), ARRETCHE (2003), REIS (2003) e SOUZA (2003).

da ideologia desenvolvimentista e ao crescimento e penetração das idéias liberais no país. Assim sendo, a política industrial, tema do nosso estudo, constituiu-se num dos primeiros assuntos a serem estudados no Brasil, pois estava intimamente ligada à agenda desenvolvimentista⁷. Esta situação poderá ser percebida quando abordarmos a *industrialização brasileira* no próximo capítulo.

Do ponto de vista econômico, podemos definir política industrial como

uma forma de criar externalidades positivas (tecnológicas e pecuniárias) que propiciassem aumentos de produtividade (capital e trabalho) na economia como um todo. Esse aumento de produtividade, por sua vez, viabiliza o aumento do salário real e o crescimento da acumulação do capital sem pressão sobre os preços e, por fim, a melhoria do bem-estar social – objetivo último de qualquer política pública e em particular da política industrial (SUZIGAN, 1996).

Seriam exemplos de ações, tanto do setor público quanto privado, que podem ser promovidas visando criar as externalidades positivas citadas acima (SUZIGAN, 1996):

- a) Tecnológicas: investimento em pesquisa e desenvolvimento nacional e acordos de cooperação e alianças tecnológicas estratégicas; regulamentação de mecanismos de transferência de tecnologia; implementação de normas técnicas; promoção do desenvolvimento de relações empresas-universidades;
- b) Pecuniárias: fortalecimento de arranjos produtivos setoriais, regionais ou locais; melhoria na infra-estrutura econômica (energia, transportes, serviços portuários, telecomunicações) e social (educação, saúde e treinamento).

⁷ Esse é o caso de estudos como o de AUGUSTO (1978) sobre a ideologia desenvolvimentista e as políticas industriais no Paraná nas décadas de 60 e 70, de ABRANCHES (1979) que enfocou a política industrial nos anos 70 e, mais recentemente de DRAIBE (1985) sobre as alternativas de industrialização brasileira. Dentre outros estudos podemos citar CRUZ (1997) e RUA (1995). Sobre a política industrial no Paraná podemos destacar, por exemplo, MAGALHÃES (1999) que trata das causas que levaram à extinção do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP e o fim do Projeto Paranaense de Desenvolvimento e de OLIVEIRA (2001) sobre a urbanização e industrialização paranaense.

Buscando uma definição sociológica para o conceito de política industrial, de forma a destacar as implicações sociais que a sua execução produz, podemos considerar que

Definida de forma ampla, a noção de política industrial compreende o conjunto de intervenções, mais ou menos coerentes, de maior ou menor alcance, do poder público no campo da produção, com o fim de aliviar pressões econômicas e/ou propiciar o acesso de uma dada nação a posições mais elevadas na hierarquia do sistema internacional. (...) Entendida assim, a política industrial expressa uma dimensão geral da presença do Estado na economia, sendo praticada mais ou menos conscientemente, através de unidades administrativas de âmbito nacional ou subnacional, em todos os países, mesmo naqueles onde o peso da ideologia liberal impede o reconhecimento do fato e a constituição desta em uma área de política pública institucionalizada e claramente distinta. (CRUZ, 1997)

CRUZ (1997) irá destacar que esta definição nos chama atenção para um aspecto que diferencia o Estado - e as atividades que ele desenvolve - de outros organismos sociais. Primeiramente, o Estado está ligado à sociedade através das demandas e pressões que nela se originam em função do conflito entre vários grupos ou classes com preferências diferentes, funcionando como uma espécie de agenda reguladora do processo de acumulação - até onde possível de maneira equilibrada - e, em última instância, das próprias relações sociais. Em segundo lugar, existe algo que se chama *autonomia estatal*, ou seja, a capacidade que o Estado deve ter de distanciar-se de interesses particulares e perseguir objetivos gerais e globais em uma perspectiva de longo de prazo. Assim, para CRUZ, o choque entre estes dois elementos constitutivos da ação estatal torna as políticas públicas metas difíceis de serem alcançadas integralmente e de atenderem os interesses sociais de maneira geral.

Nesse sentido, a Ciência Política desenvolveu três linhas principais para explicar as ações do Estado e os interesses que podem estar guiando suas ações. Cada linha destaca atores e fenômenos diferenciados que, se no plano teórico são incompatíveis, em termos analíticos podem ser conciliados de forma a ajudar a iluminar nossa análise.

A primeira corrente explicativa que buscou identificar os indivíduos com poder e os seus detentores como os principais formuladores de políticas públicas foi a Teoria das Elites. Para esta, quem realmente governa é uma minoria.

Um dos principais estudos dessa corrente foi realizado por WRIGHT MILLS

(1968). Ele publica em 1956 *A elite do poder*, no qual, fazendo uma análise da história política americana, concluiu que a soberania popular era um mito e quem detinha de fato o poder e tomava as decisões era uma minoria. Para ele, o principal poder nacional - ou a “elite do poder” - era formado pelos grandes capitalistas, pelos principais líderes políticos e os chefes militares.

Estes três grupos formariam uma única elite e não setores concorrentes em função de mecanismos de integração que produziriam uma visão de mundo compartilhada, de interesses em comum e decisões coordenadas: “como o mecanismo institucional do nosso tempo abriu caminhos aos homens que estão procurando realizar seus vários interesses, muitos deles perceberam que esses vários interesses poderiam ser atingidos mais facilmente se eles trabalhassem juntos, seja de modo formal ou informal, e que, portanto, foi isto que fizeram” (WRIGHT MILLS, 1985). Assim, tais mecanismos incluiriam, principalmente, a troca de posições entre os três setores como, por exemplo, o ingresso de capitalistas, executivos e militares no governo, ou destes últimos e políticos nos conselhos de empresas. Além disso, os membros desta elite geralmente provêm das mesmas escolas e faculdades, freqüentam os mesmos lugares, convivem nos mesmos ambientes de “altas rodas”.

Para WRIGHT MILLS, o poder incorporado aos homens está intimamente ligado às posições institucionais que estes ocupam, e estas posições, por sua vez, determinariam as probabilidades destes homens obterem e defenderem certos valores. Assim, ele define a elite como aquela formada pelos que dirigem as principais instituições sociais e os seus dirigentes como os detentores do poder, responsáveis pelas políticas públicas e pela tomada de decisões que afetam toda a sociedade. Além disso, ele procura identificar como os valores presentes nestas instituições se manifestam nestes indivíduos influenciando nas suas trajetórias.⁸

Assim, na Teoria das Elites é necessário que se realize a identificação dos indivíduos detentores de poder e que, portanto, tomam as decisões, a partir da

⁸ Outro trabalho importante da corrente elitista é o de HUNTER (1953). Ele foi um dos primeiros a inaugurar este tipo de análise tendo como objeto de estudo os poderosos de Atlanta. O resultado dessa análise é publicado sob o título *Community Power: a study of decision makers*. Em sua pesquisa, utilizando-se do método chamado *reputacional*, ele entrevista algumas pessoas influentes da cidade, a princípio os maiores conhecedores da vida política local, e pede a eles que indiquem os indivíduos mais poderosos do local.

análise da posição institucional que ocupam e do poder que lhes é reputado.

É questionável, em termos analíticos, o fato da teoria elitista realizar a identificação de quem são estes agentes, seus atributos e sua socialização, mas não contemplar em sua análise as ações efetivamente tomadas por eles.

No caso desta dissertação, iniciamos nossa pesquisa por meio da identificação dos atores ocupantes dos principais cargos na gestão lernista, mas ao invés de imputar-lhes a responsabilidade direta pela elaboração do Programa, buscamos colher informações e analisar as ações efetivas destes atores a fim de constatar a sua real participação. Neste sentido, esta pesquisa segue a forma de análise proposta pelos pluralistas, a qual será abordada logo a seguir.

Em relação à Teoria das Elites, também estaremos considerando uma questão importante que é o fato da maioria dos atores ter tido uma socialização em comum, ou seja, de terem passado por cursos superiores de caráter técnico - como engenharia, arquitetura e economia -, terem trabalhado em agências de desenvolvimento econômico que pregavam idéias de planejamento e racionalidade técnica e alguns, inclusive, terem transitado na iniciativa privada, fazendo parte de conselhos de administração de empresas privadas.

Em resposta às idéias elitistas, surge nos Estados Unidos durante os anos 50 outra corrente interessada em analisar as ações do Estado: o pluralismo. Segundo os pluralistas, os analistas de políticas públicas devem se debruçar sobre os fatos concretos, ou seja, pelas manifestações explícitas de poder ou influência.

Para DAHL (1988) existe também uma outra influência mais difícil de perceber, que ele denomina de *implícita*, e que tem sua origem na “regra das reações antecipadas” proposta pela primeira vez por Carl J. Friedrich⁹. Isso quer dizer que, numa arena decisória, as ações futuras dos agentes podem ser “previstas” por um dos atores ou grupo. Este modo pelo qual o poder opera torna a relação ambígua e mais difícil identificar de onde e em que direção o poder está operando. Vejamos um exemplo a respeito, dado por STOPPINO (1993), e que em relação ao nosso objeto de estudo se mostra bastante pertinente:

O fato de que as providências tomadas por um Governo, em matéria industrial, encontrem notável correspondência no comportamento dos empresários da nação pode querer dizer

⁹ Ver a respeito na obra de Friedrich intitulada *Man and his government: an empirical theory of politics*.

que o Governo tem um grande Poder sobre eles, mas pode significar também ao contrário, que os empresários usufruem de um grande Poder sobre o Governo, pela capacidade que têm de impedir, através do mecanismo de reações previstas, que sejam tomadas decisões que ponham em perigo seus interesses.

Ao contrário dos elitistas, os pluralistas também não concordam que o poder é monolítico. Para eles, a sociedade seria composta de uma multiplicidade de pólos de poder. Estes seriam capazes de distribuir a influência entre as várias minorias, sendo que o caráter plural da sociedade significaria a existência de uma série de interesses a serem contemplados e o processo decisório das políticas públicas seria o resultado da luta entre os vários grupos interessados e a vitória seria daqueles que conseguem traduzir seus desejos em ações concretas. Por isso as eleições têm papel fundamental para os pluralistas, uma vez que é através delas que diferentes grupos podem ter acesso ao poder. O grupo ligado à Jaime Lerner passou doze anos afastado do executivo paranaense. É até possível, e sabem disso, trabalhar nos bastidores para incentivar a industrialização do Estado, tentar influenciar o governo através de algum canal, mas é estando efetivamente no poder que se tem maiores e melhores condições de levar à efeito planos e idéias. Assim foi nas eleições de 1994.

Outra questão que imediatamente se coloca em relação à análise dos indivíduos detentores de poder é como descrever ou comparar a influência relativa de diferentes atores num sistema político ou de um ator em circunstâncias distintas. Basicamente, segundo DAHL, guiando-se por algumas premissas fundamentais. Primeiramente, é preciso indicar claramente o *domínio* e o *escopo* a que se refere à influência. Por *domínio* entende-se o conjunto de indivíduos que um determinado ator/grupo consegue influenciar, e *escopo* aos assuntos em que tal influência se faz sentir. Assim, ao contrário do que pensam os elitistas – de que os detentores do poder o tem sobre tudo -, para os pluralistas o poder é restrito a episódios, ou seja, quem o tem, tem em relação a determinados temas e alcance. No nosso caso, procuraremos verificar se o grupo aqui analisado teve influência somente sobre a política industrial ou em relação a outras políticas do Estado.

Em segundo lugar, deve-se analisar o nível ou montante da influência dos atores, uma questão também importante para o presente trabalho. Para DAHL (1988) parece não haver um método objetivo satisfatório para medir e comparar

atores com diferentes níveis de influência em diversos campos. Como uma das características dos sistemas políticos é a desigual distribuição da influência, tais diferenças seriam explicadas mais adequadamente através de três fatores fundamentais, quer sejam, pela distribuição dos recursos políticos (aqui entendidos como um meio pelo qual uma pessoa pode influenciar o comportamento de outra como o dinheiro, a força, o prestígio, a informação, um emprego, etc.), pela eficácia ou habilidade com que os indivíduos usam esses recursos políticos e, por fim, pelos objetivos políticos e variações com que estes recursos são utilizados pelos agentes.

POLSBY (1969), indo na mesma direção de DAHL, afirma que, quando do estudo de uma política pública, é preciso identificar os participantes do processo decisório e suas preferências e verificar quem ganha e quem perde com a decisão. Enfatiza, ainda, que é preciso fazer uma avaliação da política implementada para constatar se o que foi decidido foi posto em prática. Assim, para ele existiriam alguns indicadores que permitiriam sinalizar o sucesso no processo decisório: a) quando o indivíduo ou grupo consegue aprovar uma política sem maiores restrições; b) quando se consegue vetar propostas dos outros agentes, c) quando se consegue aprovar uma política mesmo com a resistência de outros.¹⁰

Podemos encontrar na literatura *marxista* a terceira linha explicativa a respeito dos atores com poder na formulação de políticas públicas. Segundo os marxistas, o Estado tem um caráter de classe. São várias as versões nessa tradição para explicar a relação entre o Estado e o capital, mas todas concordam que o primeiro está subordinado ao segundo, direta ou indiretamente.

No regime capitalista cabe à iniciativa privada uma grande responsabilidade pelo crescimento econômico. Além disso, o capital também desempenharia uma função social essencial: a geração de empregos.

Numa situação de baixo crescimento econômico e condições desfavoráveis, o baixo nível de investimentos por parte dos capitalistas pode ter implicações danosas sobre as taxas de emprego e sobre a produção de bens e serviços. Neste sentido,

¹⁰ No nosso caso, veremos mais adiante, que apesar de existir uma oposição ao governo lernista - formada pelo PMDB e pelo PT - esta era numericamente inferior na Assembléia Legislativa, o que redundou, na maioria das vezes, na aprovação dos instrumentos aqui analisados. Além da inferioridade numérica, a oposição não conseguiu, por meio das discussões em plenário, sensibilizar os deputados para que avaliassem melhor as propostas enviadas pelo governo.

instaura-se aí uma relação de dependência do Estado para com o capital. Portanto, deve haver condições econômicas e políticas estáveis e favoráveis para a atuação da iniciativa privada. Do bom desempenho desta dependeria o bem-estar da população.

Assim, esta preocupação passa a fazer parte de toda administração pública. O sucesso de um governo depende grandemente do nível de atividade e crescimento industrial e de postos de trabalho que possam ser gerados durante um mandato. Outro fator a ser levado em consideração é o benefício financeiro do crescimento econômico. Quanto maior a produção de bens e serviços, maior será a arrecadação com impostos e conseqüentemente maior é o dinheiro em caixa para investimento público em políticas sociais. Assim, cria-se a noção de que é preciso promover a acumulação capitalista para que a sociedade como um todo também possa ser beneficiada.

Em termos analíticos, os marxistas apontam alguns recursos que podem ser utilizados pelos capitalistas. Para autores como OFFE e RONGE (1984b), existe uma dependência estrutural do Estado em relação ao capital. Os detentores do poder no Estado procuram reproduzir as suas condições de poder através da constituição de políticas públicas que favoreçam a acumulação, sendo que o acesso privilegiado do capital aos centros de decisão não decorre de alianças entre o aparelho estatal e certas classes, mas sim, em função do reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação privada. Para isso existem instrumentos específicos de determinação e direcionamento de políticas tais como ordens e proibições legais, incentivos financeiros ou investimentos estatais em infra-estrutura.¹¹

¹¹ OFFE (1984a) também procura demonstrar que há uma seletividade das políticas pelo aparelho estatal, ocorrendo a seleção de temas que podem ou não vir à tona, de forma a não prejudicar os interesses capitalistas. Os temas são filtrados em função da própria estrutura do Estado capitalista. Segundo OFFE existiriam alguns mecanismos de seleção, institucionalmente arraigados, tais como o controle de cada sistema institucional político sobre o quê pode ou não se tornar objeto da política estatal, de uma ideologia que filtra os problemas e conflitos, de processos de não-decisão e até do controle por meio da repressão. Outros autores marxistas como DOMNHOF (1979) e MILIBAND (1972) acreditam na existência de elites estatais que explicariam o caráter classista do Estado.

No que diz respeito ao enquadramento do capital no presente trabalho, nos valeremos da análise marxista em relação ao caráter classista do Estado apenas em parte, pois estaremos utilizando tal abordagem quando estivermos analisando as ações do governo no que se refere à sua preferência e empenho em trazer para o Paraná grandes empresas, principalmente as multinacionais, cedendo à certas exigências destas empresas como a concessão de empréstimos financeiros e de infra-estrutura, além dos incentivos fiscais.

Mas, quando analisarmos uma possível participação dos empresários locais no processo decisório e na implantação do Programa consideraremos tais atores como grupo de interesse no sentido destacado pelos pluralistas, mais especificamente por LINDBLOM (1981), o qual reconhece que os empresários têm posição privilegiada no processo de decisão política.¹²

A elaboração e implementação de políticas públicas que beneficiam o empresariado têm preferência em detrimento das demandas dos cidadãos expressas através dos partidos, de outros grupos de interesse e das eleições. Não atender as necessidades dos empresários pode ser entendido como a causa de uma crise econômica ou ao aumento do desemprego, colocando em risco a própria governabilidade. Já as demandas dos cidadãos ou de outros grupos de interesse são muitas vezes evadidas e desviadas em virtude da “frouxidão” do controle da população. Segundo LINDBLOM (1981), os empresários também podem se unir aos funcionários governamentais para apresentar as demandas do setor como reivindicações importantes e razoáveis. A maioria dos governantes afirma que acompanha com interesse as necessidades dos empresários e muitas vezes fazem eco destas reivindicações, atestando que para a saúde da economia tais

¹² Justificamos tal abordagem pelo fato do empresariado local não ter se beneficiado do Programa de forma geral. Os empresários ligados ao comércio foram os que mais se beneficiaram com o Programa e com o contexto de abertura da época, como por exemplo, José Gomes de Carvalho, dono de uma concessionária AUDI, uma das montadoras que se instalaram no Paraná neste período. Por outro lado, muitas indústrias paranaenses se viram em condições difíceis e grupos tradicionais do Estado desapareceram como foi o caso da Refrigerações Paraná - REFRIPAR (adquirida pela Electrolux), do Bamerindus (HSBC) e do Mercadorama (SONAE).

necessidades precisam ser atendidas.

Para LINDBLOM, os empresários contariam ainda com outras vantagens competitivas, se assim podemos dizer, em relação a outros grupos tais como o volume de recursos financeiros disponível para mobilizar apoio aos seus interesses, o aproveitamento da estrutura da empresa (física e de pessoal), a utilização da receita das empresas nas atividades de controle político e, por fim, a facilidade de acesso às autoridades governamentais na política eleitoral, inclusive através de financiamento de campanhas de candidatos a cargos eletivos.

As três linhas explicativas da Ciência Política ainda podem ser complementadas com a perspectiva *institucionalista*, que destaca as ações dos atores estatais e o papel das instituições políticas. Segundo esta teoria, os agentes estatais não estão subordinados aos interesses de outros atores como as elites, grupos de interesse ou o capital e, além disso, detêm grande poder uma vez que se encontram dentro do aparato estatal, sendo que quanto mais distantes ou insulados esses agentes estatais estiverem da sociedade, mais autonomia terão nas decisões relativas às políticas públicas.

O institucionalismo também enfatiza que a necessidade de intervenção em uma dada política é percebida muito em função de políticas já implementadas e colocadas em prática sob uma estrutura institucional já existente. Por isso, é importante verificar em que medida o legado de políticas anteriores acaba por constranger a formulação de novas políticas. Segundo esta perspectiva, os atores trazem com eles toda uma experiência vivenciada nessas políticas passadas e que se constituem em crenças e percepções de como intervir e conduzir a política. Assim, a “memória institucional” desses agentes pesa na escolha das ações a serem tomadas (WEIR, ORLOFF e SCKOCPOL, 1988).

JOBERT e MULLER (1987) também concordam que a avaliação dos resultados obtidos com as políticas prévias influencia nas decisões dos formuladores, uma vez que esta avaliação funciona como um horizonte conceitual

possível de identificação de problemas e soluções para cada política¹³.

A perspectiva institucionalista destaca aspectos importantes para nossa análise. Considerando-se que os atores centrais de nossa análise surgiram no aparato estatal paranaense e que se mostraram atuantes nos principais acontecimentos da política industrial do Estado, a memória institucional destes atores tornou-se fundamental para a implementação de idéias e instrumentos no governo que se iniciou em 1995, alguns dos quais, como veremos adiante, já experimentados anteriormente.

Neste sentido, a análise realizada por SCHNEIDER (1994) sobre a burocracia pública e as políticas de industrialização no Brasil nos anos 60 e 70¹⁴ torna-se relevante. Segundo ele, surgiram nesta época quatro carreiras estatais principais – ou subtipos de funcionários: as carreiras de militar, político, técnico e técnico político. Apesar de terem surgido da análise da burocracia federal, acreditamos que alguns destes tipos sociais podem ser úteis para designar atores encontrados no plano estadual – apesar de alguns atores aqui analisados também terem transitado em cargos federais – de forma a elucidar nossa análise.

O primeiro tipo social a ser considerado é o *técnico*, que seria aquele indivíduo de nível universitário com diploma em áreas como engenharia, economia, administração, contabilidade ou direito. Ao se formar, ingressa num setor adequado à sua graduação em uma empresa estatal ou em um departamento ministerial. Diferentemente do *técnico político*, ele permanece nesse órgão - geralmente trabalha para um ou dois órgãos durante a sua carreira - e sobe verticalmente ao

¹³ No Brasil, COELHO (1998) e ARRETCHE (2000) utilizaram o legado de políticas anteriores como variável explicativa. A primeira utilizou a perspectiva institucionalista para analisar a política de saúde desenvolvida no Sistema Brasileiro de Atendimento ao Doente Renal Crônico que acabou por ampliar o procedimento de diálise em detrimento do aumento do número de transplantes. Já ARRETCHE (2000) utiliza essa variável para explicar a descentralização de políticas sociais no Brasil e os resultados heterogêneos que esse processo alcançou nos Estados brasileiros.

¹⁴ Optamos por usar os conceitos formulados por Schneider por acreditarmos serem mais adequados ao contexto e atores aqui analisados. Mas, há uma grande variedade de definições e denominações acerca do conceito de “técnico” como burocrata, burguesia estatal, tecnoburocrata, capitalista estatal, entre outros. Ver mais a respeito em SCHNEIDER (1994) e em outros estudos como os de PEREIRA (1978 e 1981), MARTINS (1974 e 1985).

topo de sua especialização técnica. Segundo SCHNEIDER (1994), “as preferências que trazem à formulação de políticas são a racionalidade econômica e técnica, a universalidade de procedimentos e a lealdade organizacional. O impacto deles sobre políticas não corresponde, no entanto, a sua quantidade, pois concentram-se em posições mais baixas de poder.” Segundo ele, poucos ascendem às mais altas posições como técnicos.

Quando sobem na hierarquia, o poder dos *técnicos* depende do conhecimento específico que detêm e do apoio político externo para a formulação tecnocrática de políticas. Outros atores necessitam do conhecimento desses técnicos para formar coalizões, para se defenderem de possíveis investidas de adversários e até mesmo para encontrar possíveis falhas em programas dos concorrentes. Como normalmente os órgãos são dirigidos por nomeados políticos, estes consultam seus técnicos sobre projetos a serem elaborados e encaminhados.

Outra carreira estatal surgida nos anos 60 e 70, segundo SCHNEIDER, foi a de *técnico político*. Este seria aquele indivíduo com formação técnica que inicia sua carreira atuando em agências ou órgãos de planejamento estatal, assim como o técnico. Mas, durante a ditadura, quando os partidos foram fechados e o Legislativo excluído da formulação de políticas públicas, a política foi canalizada para a burocracia. Assim, para ascender na carreira, o *técnico* teria de ter habilidades políticas adicionais, ou seja, ser técnico, mas também ser político.

Segundo SCHNEIDER (1994), os *técnicos políticos* ...

cruzam com mais facilidade setores industriais, linhas administrativas e fronteiras entre o Estado e o setor privado. Começam em níveis técnicos mais baixos e constroem suas carreiras movendo-se lateralmente e verticalmente no Estado, frequentemente ausentando-se durante anos para executar tarefas no setor privado. Quanto mais político for o técnico, mais provável será que ele fique de fora de algum governo trabalhando no setor privado. (...) Aqueles que trabalham em muitos órgãos diferentes tendem a atuar fora de sua área de especialização e a ser nomeados em função de sua eficiência burocrática geral.

Assim, para receberem novas promoções, os técnicos políticos dependeriam de fatores políticos. Segundo SCHNEIDER (1994), os técnicos políticos diferem-se dos *políticos* por não contarem com uma base ampla de apoio, pois não buscam

apoio eleitoral ou de massa. São promovidos em função da sua reputação de eficiência, visibilidade, redes informais (familiares, profissionais, regionais, etc.) e projetos, pois a participação nestes últimos ajuda a fazer ligações entre agências que facilitam a formação de coalizões e nomeações futuras.

Os técnicos políticos são racionais no processo decisório de uma política, mas reconhecem que o planejamento é um processo essencialmente político e que projetos bons tecnicamente podem não ser implementados se não obtiverem apoio político. Por isso os *técnicos políticos* são motivados e envolvidos com uma política pública tanto em termos técnicos quanto políticos. Assim, quando acreditam ter uma boa proposta técnica, procuram apoio entre políticos, militares ou capitalistas.

Para SCHNEIDER (1994), mais importante que as influências que os técnicos políticos trazem com eles é a mediação que exercem, pois na maioria das burocracias, “a formulação de políticas é um processo de formação de coalizão, assistência mútua e negociação. Esse aspecto é acentuado no Brasil em função do grande número de órgãos envolvidos em quaisquer políticas, dos laços pessoais que permeiam a burocracia e da permeabilidade da burocracia a atores (de elite) externos”.¹⁵

No caso paranaense, a principal agência estadual criada para realizar o planejamento e o fomento industrial do Paraná surgiu na década de 60 durante o governo Ney Braga. A Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, que mais tarde transformou-se no Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP, é o exemplo principal. Além disso, na cidade de Curitiba também surgiam, nessa mesma época, órgãos para promover o planejamento da urbanização da cidade, como foi o caso do APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que deu origem posteriormente ao IPPUC (Instituto do Planejamento Urbano de Curitiba). Tais circunstâncias foram importantes para o aparecimento de *técnicos*, *técnicos políticos* e *políticos* que vieram a exercer um papel fundamental na elaboração de políticas públicas industriais, principalmente através da ocupação de cargos estatais de destaque e com amplo poder de decisão, inclusive no Programa Paraná Mais Empregos, como veremos mais adiante.

¹⁵ Sobre a aplicação do conceito numa pesquisa brasileira ver MARQUES (2000 e 2003).

Para complementar as idéias e a tipologia proposta por SCHNEIDER, é importante ressaltar alguns valores analisados por Bresser Pereira quanto à tecnoburocracia. Para PEREIRA (1981), a “ideologia tecnoburocrática¹⁶ valoriza a própria técnica e os técnicos, valoriza a eficiência, o desenvolvimento econômico e o consumo de massa resultante. (...) acredita no planejamento econômico e na administração racional.” Segundo ele, não importa ao tecnoburocrata se a renda oriunda do desenvolvimento econômico seja distribuída com maior ou menor justiça. O que importa é que esta distribuição contribua para o desenvolvimento econômico, ou seja, mais consumo e assim mais produção.

Isso não significa que os tecnoburocratas não admitam outros valores. Eles admitem, mas os subordinam à eficiência e ao desenvolvimento econômico, apesar de não enfatizarem tal supremacia, pois segundo PEREIRA, o tecnoburocrata não gosta de discutir valores ou ideologias. Ele apenas afirma, de maneira sutil, que todos os objetivos políticos almejados pela sociedade dependem do desenvolvimento econômico. Esta é “a variável independente que irá determinar não apenas o nível de bem-estar, mas também o grau de liberdade, o grau de segurança, o grau de justiça social, o grau de beleza existentes em uma sociedade” (PEREIRA, 1981).

Além disso, desenvolvimento traz consigo outros conceitos como modernização, industrialização, racionalização, aumento de eficiência e produtividade. Assim, o técnico se torna o principal agente do desenvolvimento, “o único elemento da sociedade capaz de planejar e executar esse desenvolvimento com eficiência. E, assim, a ideologia tecnoburocrática ganha uma perfeita lógica interna e torna-se um poderoso instrumento para a tomada do poder pela tecnoburocracia” (PEREIRA, 1981).

As entrevistas realizadas para este trabalho e que serão abordadas ao longo dele, apontam características e valores da tecnoburocracia citados por PEREIRA (1981), como a importância do planejamento estratégico, do conhecimento técnico e de desenvolvimento econômico.

¹⁶ PEREIRA (1981) utiliza o termo “tecnoburocracia” para se referir ao governo dos técnicos. O poder está nas mãos de economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares. PEREIRA não faz distinção entre os conceitos de técnico e burocrata. Em sua obra, recebem a mesma conotação, ou seja, aquele indivíduo que tem um conhecimento aprofundado sobre alguma técnica e utiliza este conhecimento de forma profissional, com um nível de sofisticação razoavelmente elevado. Caso contrário, não seria possível distingui-lo de um operário.

Em relação às fontes de dados estatísticos, históricos e analíticos que informaram o nosso trabalho é importante destacar aqueles que foram os mais relevantes.

Foram realizadas entrevistas qualitativas com alguns atores envolvidos com o Programa, além conversas informais com várias pessoas entre técnicos do Estado, assessores de imprensa, entre outros:

- Antonio Carlos Banzatto (atualmente está trabalhando na Comissão para Assuntos Metropolitanos; no governo Lerner era técnico da Secretaria de Indústria e Comércio; entrevista em novembro de 2005);
- Luiz Antônio Fayet (atualmente é consultor para assuntos econômicos; foi responsável pela elaboração da parte econômica do programa de governo de Lerner e presidente do Banestado durante sua gestão (de jan. à nov. 95); entrevista realizada em dezembro de 2005);
- Eduardo Marques Dias (atualmente é Diretor de Desenvolvimento Econômico da Curitiba S.A. na gestão Beto Richa (2004-2008); no governo Lerner atuou na Secretaria de Indústria e Comércio e foi presidente da Paraná Desenvolvimento; foram realizadas duas entrevistas, a primeira em janeiro de 2006 e a outra em fevereiro de 2006, sendo que apenas a última foi gravada).
- Cássio Taniguchi (ex-prefeito de Curitiba, foi Secretário do Planejamento e Secretário da Indústria e Comércio no governo Jaime Lerner; entrevista realizada em fevereiro de 2006).¹⁷

Também foi realizado o levantamento de documentos oficiais junto aos seguintes órgãos:

- DER – Pr – Departamento de Estradas de Rodagem (Histórico das Concessões no Paraná)
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (relatórios e programas)
- Assembléia Legislativa - Mensagens enviadas à Assembléia pelo governo do Estado e Anais da Assembléia, entre 1995-2002.

¹⁷ É importante destacar que quando da necessidade de citação de algum trecho dos depoimentos de tais atores, está aparecerá em itálico, de forma a diferenciar tais passagens das citações de autores.

Também foi feito um levantamento de notícias na imprensa em geral:

- Jornal Indústria e Comércio
- Jornal Gazeta do Povo
- Jornal Folha de Londrina
- Jornal O Estado do Paraná
- Jornal Folha de São Paulo

A pesquisa teria sido mais produtiva se tivéssemos tido acesso aos documentos produzidos durante o governo Lerner, tanto através das secretarias do Estado quanto por meio dos atores que implementaram o Programa na gestão lernista. Porém, os documentos não foram disponibilizados.

3. COMO O PROGRAMA ENTRou NA AGENDA

Para compreendermos como o Programa entrou na agenda governamental, faremos o resgate do processo de industrialização brasileira e, posteriormente, a paranaense, até as eleições de 1994. Buscaremos analisar as possíveis influências das políticas implementadas - principalmente aquelas elaboradas a partir dos anos 60 no Paraná - na elaboração do Programa. Os atores aqui analisados fizeram parte deste processo, vivenciaram situações e adquiriram certas concepções acerca do desenvolvimento industrial, aquilo que WEIR, ORLOFF e SCKOCPOL (1988) chamam de “memória institucional”.

3.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Podemos entender que *Industrialização*, num sentido geral, é “o processo pelo qual uma sociedade com atividades predominantemente primárias se transforma em uma sociedade com atividades predominantemente secundárias e terciárias. Neste sentido, *Industrialização* é sinônimo de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, modernização econômica.” (INCISA, 2004). Para efeito de análise política, a *Industrialização* se refere “somente ao período crucial em que se efetuou o processo correspondente, isto é, à transição que vai do seu início até a fase de autopropulsão, período que é caracterizado por mudanças drásticas e decisivas na configuração política e social do país em questão...”

Mas, não podemos confundir o conceito de *industrialização* com o de *modernização*. Segundo INCISA (2004), sendo considerada como momento econômico de um maior e/ou geral processo de modernização ou sendo considerada como um fenômeno heterogêneo e independente, a *Industrialização* pode ser analisada de forma autônoma, ou seja, dissociada da modernização, ainda mais se for possível mensurá-la em termos quantitativos e delimitá-la num determinado período de tempo. Ainda, segundo ele, é importante observar que o processo de modernização visa promover a interação nacional, ou seja, a “introdução, no circuito político, de todos os membros da comunidade, com iguais

direitos de participação.” Já o processo de industrialização, ao contrário, produz numa determinada sociedade “um efeito inicialmente desintegrante”.

Para INCISA, a industrialização não é um processo espontâneo. É, sim, uma vontade consciente de desenvolvimento e um ato agressivo em relação ao meio ambiente nacional, pois este terá que passar por grandes transformações para se adequar, criando condições para o desenvolvimento industrial. Em sociedades com industrialização tardia, como é o caso do Brasil, é o Estado quem assume papel fundamental como condutor do processo de industrialização.

A partir da segunda metade do século XIX, o café passou a ser o principal produto da economia brasileira. Até o começo da década de 30 não havia uma vontade industrializante por parte das oligarquias agrárias. Mesmo com a transição da Monarquia para a República, estas oligarquias continuaram impondo seus interesses, não dando espaço na agenda política brasileira para a criação de uma estrutura industrializante.

A Grande Depressão de 1929 contribuiu para precipitar a crise econômica vivida pelo café nos anos 30. Com a “Revolução de 30”, quando Getúlio Vargas toma o poder, tem início o fim da hegemonia política das oligarquias agrárias¹⁸.

Entre 1937 e 1945, durante o Estado Novo, Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Mas, é durante o seu segundo governo (1951-1954) que se tomam medidas mais consistentes em relação à promoção da industrialização. Com base em estudos elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos - CMBEU e mais tarde pelo GRUPO MISTO CEPAL/BNDE (Comissão Econômica para a América Latina e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) – a primeira instituição específica de política industrial no país - elaborou um programa, o PGI – Programa Geral de Industrialização, que não chegou a ser oficializado, mas que serviu de base para a o Plano de Metas a ser elaborado no governo JK. Além disso, o segundo governo getulista, também marcado por forte orientação nacionalista, teve como sua expressão maior a implantação do monopólio estatal sobre o petróleo (lei 2.004 de

¹⁸ Sobre a ausência de uma facção hegemônica, ver FAUSTO, B. A revolução de 1930: historiografia e história.

03 de outubro de 1953) e a autorização para criação da Petrobrás, constituída oficialmente em 12 de março de 1954.

Assim, como observamos, este início de industrialização foi financiado basicamente pelo Estado. Entretanto, na segunda metade dos anos 50 e durante o regime militar (1964 – 1985), se fez sentir uma crescente participação de agentes privados, notadamente de capital estrangeiro.

Juscelino Kubitschek é eleito presidente (1956-1961). Seu governo, de cunho desenvolvimentista, tinha como meta “cinquenta anos em cinco”, ou seja, promover cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo por meio da aceleração do processo de acumulação via industrialização. Com JK o processo nacionalista de desenvolvimento iniciado por Getúlio Vargas foi suplantado por um processo de substituição de importações, procurando se incentivar no país a produção de bens manufaturados até então importados pelo Brasil, sendo que neste processo o capital estrangeiro viria a ocupar cada vez mais espaço.

Para coordenar e executar o Plano de Metas foi criado o Conselho de Desenvolvimento, formado por vários membros do governo, que se constituiu num sistema de administração paralela, com autonomia de decisão suficiente para viabilizar a realização dos projetos. O Conselho de Desenvolvimento funcionava por meio da atuação de grupos executivos, os quais eram responsáveis pela concessão de incentivos ao setor privado para que as metas fossem atingidas. O mais conhecido dos grupos executivos, responsável pelo plano automotivo, foi o GEIA – Grupo Executivo para a Indústria Automotiva. Segundo SHAPIRO (1997), “o grupo tornou-se a principal inovação institucional do Plano de Metas (...) no qual o setor automobilístico ocupava posição de destaque. Essa reforma institucional, mais tarde desdobrada em outras metas setoriais, foi uma tentativa de modernizar o processo burocrático de decisões e de manter a administração do plano afastada de pressões clientelistas.”

Basicamente o Plano de Metas compreendia cinco setores básicos da economia, cada um com suas metas, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que receberam mais recursos foram energia, transportes e indústrias de base. Os outros dois setores incluídos no plano, que eram os de alimentação e educação, não tiveram o mesmo tratamento. Dentre todos os setores incluídos no Plano de Metas, apenas o automotivo constituía-se

num bem de consumo. Mas, o automóvel era tido como símbolo incontestado do desenvolvimento e se esperava que a indústria automobilística desempenhasse papel de liderança, no sentido de atrair capital externo e gerar um sistema articulado de produção. Para o sucesso do Plano, era necessário para JK alcançar as metas estipuladas quanto à produção automotiva (SHAPIRO, 1997).

Assim, neste período são implantadas no Brasil indústrias de bens duráveis como a automotiva, a de eletroeletrônicos, bem como de produtos farmacêuticos e químicos, sendo que o capital estrangeiro passa cada vez mais a comandar o processo de industrialização. Assim, segundo SUZIGAN (2000),

um novo padrão de inserção internacional começou a ser moldado. O Brasil foi gradativamente deixando de ser um mero supridor de commodities agropecuárias e absorvedor de capitais de empréstimos, tornando-se crescentemente um exportador de produtos manufaturados e um recebedor de investimentos diretos de capital estrangeiro, embora ainda continuasse a ser um importante tomador de recursos no mercado financeiro internacional, especialmente durante os anos setenta.

Em 1964 o então presidente da república João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, é deposto do poder por um golpe militar. Assim, se instalou no país um regime autoritário que iria vigorar até 1985.

A opção adotada pelos militares foi a de promover a industrialização através do capital externo para investimentos diretos e suprir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, abandonando assim a idéia de uma política de desenvolvimento econômico independente, pelo contrário, aumentando o nível de dependência econômica frente ao capital estrangeiro. Além disso, é também adotada uma política de centralização econômico-administrativa no plano federal, fazendo com que os Estados ficassem subordinados à União, perdendo boa parte de sua autonomia.

Neste contexto ganham destaque tecnoburocratas como Delfim Netto, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, entre outros, responsáveis pela criação de um modelo de administração pública com conotação empresarial. Estes, gozando de prestígio em função do “aparente” sucesso de crescimento brasileiro obtido no período de 1967-1973 - e que ficou conhecido como “milagre econômico – propõem dois planos de desenvolvimento econômico durante a década de 70: o I e o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O I PND (para o período de 1972 – 74) preservou os princípios traçados no Plano de Metas,

estabelecendo metas para expansão do PIB, ampliação nos níveis de emprego, contenção da inflação, adoção de métodos mais modernos para a agricultura e abastecimento e aceleração do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Já o II PND, a política industrial teve como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional.

Nesse período de nacional-desenvolvimentismo e de intervencionismo estatal constata-se que houve uma contínua construção institucional. Segundo SUZIGAN (2000),

O Estado aparelhou-se em termos organizacionais para a coordenação econômica (planos, programas de desenvolvimento industrial e tecnológico, instituições de fomento, financiamento e regulação); criaram-se normas, legislações e regulamentações econômicas; foram institucionalizadas políticas setoriais, regionais, de comércio exterior e outras; e passou-se a exercer forte regulação em algumas atividades (investimentos setoriais, investimentos de capital estrangeiro) assim como nas relações de trabalho, em mercados concentrados, nos preços e salários, nas tarifas públicas e no acesso a tecnologias.¹⁹

No final dos anos 70, no início do último governo ditatorial, o nacional-desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal deram sinais de esgotamento. A inflação ganhava força e a crise mexicana de 82 também afetou bastante as contas públicas brasileiras. Além disso, o comércio e a indústria sofreram grande queda, afetando inclusive o Produto Interno Bruto - PIB nacional, reduzindo-o em 5% (SKIDMORE, 1988). A partir daí, segundo SUZIGAN (2000),

Deixou de existir um “projeto nacional” de industrialização. A crise do início dos anos oitenta sobrepôs objetivos de estabilização macroeconômica aos objetivos de desenvolvimento industrial, ou econômico de modo geral. Todas as formas anteriormente construídas de coordenação (planos, programas setoriais de investimento e desenvolvimento tecnológico) foram sendo descartadas. Mas, o mercado não pôde atuar como mecanismo de coordenação descentralizada, uma vez que a política econômica manteve a economia do País rigorosamente fechada ao comércio internacional, ampliando os subsídios à exportação e impondo severas formas de controle e regulação aos preços, salários e tarifas públicas, além de restrições ao nível de atividades na economia.

¹⁹ Veremos que tal situação se deu também no Paraná, apesar de ter iniciado efetivamente com um “atraso” em relação ao que acontecia no plano federal, ocorrendo somente a partir do governo de Ney Braga em 1961, algum tempo depois do governo JK, com a criação de uma infraestrutura básica e de uma administração paralela de fomento propícia à industrialização. Nessa época foram criadas empresas como a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ do Paraná (1961), paralela à secretaria da Agricultura; a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (1963), paralela ao Departamento de Águas e Esgotos; a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR (1963); a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR (1962), com funções paralelas desenvolvidas pela PLADEP - Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico. Ver mais a respeito em AUGUSTO (1978).

Assim, a prioridade dos governos nesta época passou a ser busca pela estabilidade macroeconômica, especialmente no que diz respeito ao controle da inflação. Em relação às políticas industriais, quase nada foi implementado. Segundo SUZIGAN, a razão principal pela qual pouco foi realizado e implementado em termos de política industrial foi a “falta de decisão política no sentido de dar continuidade ao desenvolvimento industrial. E, a partir do fator político, todos os demais fatores condicionantes do desenvolvimento industrial foram sendo gradualmente “desconstruídos”, mesmo após a conquista da estabilização monetária (mas não da estabilidade macroeconômica) nos anos noventa.”

Como destaca DINIZ (1999), a combinação entre industrialização, nacionalismo e estatismo, legitimando um estilo de crescimento voltado para dentro e protegido pelo Estado, era percebida crescentemente como “anacrônica, símbolo de uma era que se esgotara.”

Assim, acompanhada à essa crise fiscal e financeira do Estado, ocorre o crescimento das idéias liberais no país²⁰. Como solução para crise que se agravava, foram priorizadas as políticas de estabilização acopladas a reformas estruturais, por meio do fortalecimento da economia de mercado e abandono das antigas idéias de caráter nacional desenvolvimentista (DINIZ, 1999).

Durante o governo Sarney (1985-1989) tem início um processo de abertura econômica e de reformas comerciais via eliminação de barreiras não-tarifárias às compras externas e uma gradativa redução de alíquotas de importação. Esta estratégia foi mantida no governo Collor e depois com Itamar Franco durante a implantação do Plano Real em 1994.

Com a abertura econômica do país ao capital estrangeiro e ao comércio internacional iniciada no final dos anos 80 e início dos 90, tem início um processo de desnacionalização, de privatizações,²¹ cortes nos recursos destinados às políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico bem como o aparecimento de fortes lobbies setoriais pedindo políticas protecionistas. Este período também se caracterizou pelo

²⁰ Sobre o estudo do neoliberalismo ver SADER e GENTILI (1995). Sobre o neoliberalismo no Paraná ver LIMA (2003).

²¹ O Programa Nacional de Privatização (PND) iniciado com Collor, e consolidado por FHC, foi um marco do fim do modelo desenvolvimentista.

baixo dinamismo da indústria que tentava se adaptar à nova situação, pelo crescente desemprego e o enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas, bem como o desencadeamento de uma crise do federalismo (SUZIGAN, 2006).

Os Estados da federação sentindo a falta de diretrizes federais de fomento à industrialização, buscaram atrair investimentos concorrendo entre si, promovendo uma espécie de leilão – que ficou conhecida como Guerra Fiscal²² - para ver quem conseguia oferecer os melhores subsídios às empresas interessadas em se instalar ou ampliar os seus negócios em território brasileiro²³. A Constituição de 88 também colaborou com esta situação, pois, com a descentralização de autoridade e de recursos naquele contexto de democratização, concedeu aos Estados um controle sem precedente sobre as políticas fiscal, social e econômica (MONTERO, 2001), fato que será de crucial importância neste trabalho. Assim, os Estados começaram a adotar suas próprias estratégias.

No que se refere à política industrial, o governo de FHC

não criou qualquer estrutura nacional. Isso permitiu que os estados continuassem adotando suas próprias políticas desenvolvimentistas, mas nem todos dispunham da mesma capacidade para elaborar e implementar políticas industriais. Alguns estados brasileiros tinham mais experiência com política de desenvolvimento, burocracias econômicas organizadas e uma liderança política que apoiava essas agências públicas. (MONTERO, 2001)

Surge, assim, um novo cenário no país: Estado regulador, capital estrangeiro dominante em algumas áreas, certas cadeias produtivas diminuíram como a eletrônica, bens de capital e a química/farmacêutica, bem como houve a reestruturação de grupos nacionais privados.

²² Para MONTERO (1997) o incentivo fiscal é um entre vários tipos possíveis de incentivos que podem ser oferecidos às empresas. Além do incentivo fiscal, é preciso considerar fatores como a existência de programas de financiamento (como o FDE no Paraná), infra-estrutura e apoio técnico. A respeito desta discussão, ver também RODRIGUES (1999).

²³ Este processo de competição entre os Estados acabou se intensificando ainda mais na disputa pelas montadoras de automóveis, principalmente em função do novo regime de incentivo fiscal para o setor lançado no governo FHC em 1996.

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE

Até o final da década de 50, a economia paranaense era formada por dois núcleos dinâmicos, bem diferentes e independentes um do outro. O primeiro era o da economia cafeeira do norte do Estado, que se desenvolveu ligado à economia paulista e que nessa época já havia completado o seu processo de expansão em território paranaense. Apesar da cultura do café ter induzido a criação de uma agricultura diversificada, não conseguiu criar um núcleo industrial como aconteceu em São Paulo, pois a demanda de produtos industrializados era satisfeita pela produção paulista. Além disso, há que se considerar a dificuldade em termos de ligação rodoviária, bem como a colonização realizada basicamente por paulistas e mineiros.

Em relação ao segundo núcleo da economia paranaense, este era formado pelo povoamento do Paraná Tradicional – mais antigo, de colonização luso-brasileira – e do Sudoeste, que tinha como característica o seu isolamento em relação à economia nacional, sendo que a sua produção agrícola era praticamente para consumo próprio. Além disso, a base de sua economia era o extrativismo – de erva-mate e madeira –, sendo que as atividades industriais baseadas neste extrativismo entravam em declínio ou desapareciam quando havia o esgotamento de reservas naturais (PADIS, 1981).

O Paraná carecia de uma infra-estrutura adequada. As estradas eram precárias, bem como o sistema de comunicação e de energia elétrica. Além disso, havia a falta de armazéns e silos e de um sistema portuário eficiente e aparelhado.

Assim, fatores como a falta de infra-estrutura e de uma integração territorial, o baixo dinamismo econômico e a concorrência paulista, fizeram com que se começasse a pensar num projeto de desenvolvimento para o Paraná. Tal preocupação já é visível em alguns estudos realizados pela Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico - PLADEP, órgão de planejamento econômico criado em 1955 durante o governo de Bento Munhoz (1951-1955)²⁴. Segundo estes

²⁴ Segundo AUGUSTO (1978), a PLADEP foi criada pela Lei 2431, de 03 de setembro de 1955 e tinha como objetivos: “I) fixar tecnicamente os empreendimentos públicos de maior interesse para a economia regional, em futuro próximo, de forma a possibilitar a adoção de critérios de prioridade na sua execução, em face da disponibilidade de recursos aplicáveis; II) estabelecer as tendências de expansão da atividade da economia regional, em período mais dilatado, para

estudos, para que a industrialização acontecesse, o Estado deveria atuar diretamente nesse processo através de ações modernizantes, racionais e dinâmicas. E, para que este tipo de atuação fosse possível, era preciso que houvesse uma “tecnificação” de pessoal nos diversos órgãos da administração. Assim, devia-se atuar de forma mais racional e menos política.

Para viabilização dessa atuação técnica foi constatada a necessidade de concentrar esse corpo de técnicos - especializados em vários setores econômicos paranaenses - em um único órgão do governo. Segundo AUGUSTO, isso fica evidenciado na criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, em 1962, na gestão do então governador Ney Braga (1962-1965).

Montou-se, então, um projeto - que ficou conhecido como “*projeto paranaense de desenvolvimento*”²⁵ - que buscava repetir no território paranaense o processo de industrialização via substituição de importações que vinha ocorrendo no país desde os anos 30. Segundo AUGUSTO (1978),

... a partir de determinada visão que têm do Paraná e de sua inserção como uma das unidades federadas no Estado Nacional, monta-se, *no plano das intenções*, uma estratégia de superação das condições (então atuais) do estado tomado como uma unidade político-administrativa em confronto ou comparação com outra(s) unidade(s). Algumas premissas fundamentam essa estratégia. O Paraná é pensado sempre como região periférica e dependente, sendo essa situação sinonimizada àquela das regiões subdesenvolvidas frente às desenvolvidas, no plano internacional.

Segundo INCISA (2004), a industrialização não nasce espontaneamente. Segundo ele, “a carga agressiva da vontade de desenvolvimento explica que esta aflore como reação a uma humilhação nacional, isto é, reação a um evento que simboliza, em forma traumática, as circunstâncias negativas internas e externas que bloquearam a expansão do potencial físico e humano de uma sociedade considerada atrasada”. É dentro desta visão de submissão e de situação periférica

orientação técnica das aplicações de recursos públicos e dos empreendimentos privados encorajados ou assistidos pelo governo Estadual’ (artigo 1º)”. Ainda, segundo MAGALHÃES (1999, p. 79), apesar da PLADEP ter sido criada no governo Bento Munhoz, efetivamente surgiu na gestão de Adolpho de Oliveira Franco, eleito para complementar o mandato de Bento Munhoz quando este se licenciou para disputar a vice-presidência nas eleições de 55. Como no plano estadual, a vitória foi da oposição – se elegeu governador Moisés Lupion – a PLADEP foi marginalizada, transformando-se, na prática, num centro de estudos e pesquisas sobre a economia estadual e suas potencialidades. Apesar disso, os estudos e projetos produzidos por sua equipe técnica multidisciplinar formariam o eixo principal do que viria a ser o *projeto paranaense de desenvolvimento*” (MAGALHÃES, 1999).

²⁵ Foi como “projeto paranaense de desenvolvimento” que esse programa de desenvolvimento ficou conhecido a partir do trabalho de AUGUSTO (1978).

em relação a São Paulo, que técnicos e políticos vão elaborar estratégias para superação deste quadro, sendo que coube à CODEPAR grande responsabilidade para promover as mudanças necessárias para que essa superação pudesse ser alcançada.

A CODEPAR ficou responsável pela administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE instituído pela lei nº 4.529 de 12 de janeiro de 1962, constituído inicialmente por recursos oriundos de um empréstimo compulsório nos impostos sobre vendas, consignações e transações, equivalente ao valor de 1% dessas operações, durante cinco anos, a partir da vigência da lei. Em fevereiro de 1964, por meio da lei nº 4.826, o adicional subiu para 2% do IVC (Imposto sobre vendas e consignações).

O FDE se constituía num orçamento paralelo disponível ao poder Executivo de forma que a sua administração não sofresse interferência política do Legislativo.²⁶

Num primeiro momento (1962-65), os recursos do FDE foram utilizados principalmente para implantação de uma infra-estrutura básica no Estado, notadamente de transporte e energia.

No que se refere ao fomento do capital industrial, os recursos foram destinados ao pequeno capital de origem local. Mas, essa prioridade de financiamento às pequenas indústrias de capital local era incompatível com o que acontecia no plano federal, no qual a industrialização era liderada pelo capital multinacional. Assim, segundo AUGUSTO (1978), começou a se evidenciar que o projeto inicial não seria o caminho adequado para alcançar o objetivo inicialmente proposto de integração à economia nacional através de uma indústria genuinamente paranaense.

De acordo com o projeto de Lei 24/65, de 1965, de autoria do então deputado Aníbal Khoury²⁷, e aprovado pela Assembléia Legislativa, a CODEPAR poderia passar, dali em diante, a financiar empresas controladas pelo capital estrangeiro.

²⁶ Segundo AUGUSTO (1978), dentre as várias sociedades de economia mista criadas na década de 60 e que exerceram funções “paralelas” às exercidas por órgãos da estrutura administrativa estadual, apenas a CODEPAR, em função da administração do FDE, geria seus recursos separadamente, não constando no Orçamento do Estado. Assim, gozava de grande autonomia decisória.

²⁷ É importante lembrar que mais tarde, na década de 90, Khoury foi o responsável pela elaboração da lei que deu origem ao *Bom Emprego Fiscal*, mais tarde transformado em *Paraná Mais Empregos*.

Tinha-se, portanto, como objetivo integrar o Estado no espaço capitalista nacional. Seria através da grande empresa que o Estado conseguiria se fortalecer no cenário brasileiro.²⁸

Com a ditadura houve uma centralização do poder na esfera federal. Os Estados perderam boa parte de sua autonomia, inclusive no que se refere à definição de políticas de desenvolvimento econômico e industrial. Em função da extinção do IVC em 1967 e da instituição da exclusividade da União na concessão de empréstimos compulsórios, a CODEPAR acabou se transformando, em 1968, em Banco de Desenvolvimento, o BADEP.

O BADEP passou a ter uma autonomia bastante limitada no que se refere à elaboração da política industrial para o Estado. Assim, as funções ligadas ao planejamento do governo do Estado e à análise e diagnóstico econômico do Paraná, antes realizados pela CODEPAR, passaram para a Coordenação de Planejamento Estadual – mais tarde Secretaria Estadual do Planejamento – e para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, respectivamente²⁹.

Já no início da década de 70 o Estado tinha como características econômicas uma diversificação da atividade primária, dependente e ligada aos ciclos agrícolas. A agroindústria cresceu, principalmente em função da soja, com a instalação de um pólo de beneficiamento de óleos vegetais. Implantaram-se empresas mais modernas, com grande escala de produção e altos níveis de produtividade. Nessa época, um pequeno número de empresas foi responsável por grande parcela do produto industrial. Os principais gêneros da indústria eram os produtos alimentares, madeira, têxtil, química, minerais não-metálicos, papel e papelão que representavam em 1970 75% do Produto Industrial paranaense. Em 1975 esta participação ainda se mantinha (CUNHA, 1995).

Enquanto estava ocorrendo no governo estadual a transformação da CODEPAR em BADEP e a alteração das diretrizes de desenvolvimento industrial

²⁸ Lendo documentos redigidos pela CODEPAR nesta época (AUGUSTO, 1978), é possível perceber muitas similaridades com o discurso proferido pelo grupo que assume o governo do Estado em 1995 - como veremos mais à frente - no que se refere à localização estratégica do Paraná, a sua escolha como alternativa a outros estados do país - como São Paulo - e a eliminação da dependência do Estado em relação à agricultura.

²⁹ Apesar das limitações na sua atuação, o BADEP viria a desempenhar um importante papel na captação de recursos federais e como financiador das empresas que iriam se instalar no Estado nos anos que se seguiram, principalmente na criação da CIC na década de 70.

para o Estado, era discutida em Curitiba a implantação de um novo Plano Diretor para a cidade, plano este que teve sua elaboração financiada pelo BADEP. Assim, quando o Plano começa a ser colocado em prática na primeira gestão de Jaime Lerner em Curitiba (1971-1974), reserva-se uma determinada área da cidade para a instalação de um pólo industrial, que mais tarde ficou conhecido como Cidade Industrial de Curitiba – CIC.

Para viabilizar a CIC, ou seja, dotar a área de infra-estrutura necessária, a prefeitura firmou na época um convênio com o governo do Estado. Assim, ficou sob sua responsabilidade as tarefas de desapropriação da área, terraplanagem e pavimentação. Ao governo do Estado coube suprir as necessidades de água e esgoto, energia elétrica e comunicações, e a concessão de financiamentos para a implantação de indústrias através do BADEP. Também foram concedidos incentivos fiscais e a participação do próprio Estado como acionista, novamente através do BADEP.

Nesse período se instalaram na CIC empresas de grande porte pertencentes a segmentos de novas tecnologias industriais como a Equitel (equipamentos para telecomunicações), a Furukawa (cabos telefônicos) e a Sid Informática (fabricante de microcomputadores e equipamentos para automação bancária e comercial). Outros projetos também foram disputados e trazidos para o Paraná como o da refinaria da Petrobrás, que foi para o município de Araucária.

Assim, além de ter uma melhor infra-estrutura adquirida na década de 60 e oferecer atrativos de ordem financeira e fiscal, o Paraná contava ainda com uma outra “estratégia” para atrair investimentos para o Paraná. Houve todo um trabalho de intermediação de interesses exercido por técnicos que ocupavam importantes cargos na burocracia federal.³⁰

Apesar das discussões em torno dos custos, dívidas entre empresariado, Estado e prefeitura, não há como negar que houve uma alteração na economia local com o significativo aumento da participação de Curitiba no PIB estadual.

³⁰ Dentre estes técnicos podemos destacar Karlos Rischbieter, que em 1974 presidia a Caixa Econômica Federal; Maurício Shulmann estava no Banco Nacional da Habitação – BNH; Ney Braga era ministro da Educação; e Luiz Antônio Fayet, que um pouco antes havia sido assessor do ministro Pratini de Moraes no Ministério da Indústria e Comércio. Iremos abordar a trajetória e a influência de alguns destes técnicos no capítulo 5.

O setor de transformação teve um crescimento significativo no interior do Estado, mas inferior ao verificado em Curitiba e região metropolitana. Isto se deveu à concentração de indústrias que ocorreu nessa região, principalmente nos municípios de Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais e Campo Largo. O interior se manteve mais atrelado à agroindústria. Essa concentração do valor adicionado na RMC se deve ao fato da região sediar setores mais modernos, sendo que muitos são provenientes de outros países ou regiões, complementares ao mercado nacional e desvinculados do restante da economia paranaense. Além disso, as políticas de incentivo promovidas na década de 70 em Curitiba e região pela prefeitura e Estado contribuíram para essa concentração

Concluindo, vimos nesta seção que mecanismos como incentivos fiscais, utilização de recursos do FDE (recursos públicos), bem como a negociação de técnicos estatais com empresas multinacionais, não são uma novidade da década de 90. Foram amplamente utilizados no Paraná desde os anos 60.

3.3 ABERTURA DEMOCRÁTICA E DOZE ANOS DE GOVERNO PEEMEDEBISTA

Com o fim do “milagre econômico” (1968-1973), a sociedade começa a dar sinais de descontentamento e aumenta a pressão pela democratização.

Em 1979, em meio à outras questões como a anistia, o pluripartidarismo é restabelecido e são marcadas eleições diretas para governador, eleições estas que vieram a ocorrer em 1982 já com a participação de vários partidos. O antigo MDB passa a se chamar PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É criado o PDS – Partido Democrático Social - que na verdade era a antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional) -, além do PP – Partido Popular, PDT – Partido Democrático Trabalhista e o PT – Partido dos Trabalhadores.

No quadro econômico, o cenário brasileiro dos anos 80 foi marcado pela instabilidade macroeconômica, inflação acelerada e pela falta de uma política industrial e tecnológica. Assim, houve uma retração nos investimentos e uma estagnação nos níveis de produção industrial. Tais fatores contribuíram para a diminuição do ritmo de expansão e diversificação da indústria paranaense que acontecia desde a década de 70.

Apesar disso, a economia paranaense teve um crescimento superior ao nacional. Enquanto esta última cresceu a uma taxa média de 2,2% a.a., no Paraná o crescimento foi de 4,7% a.a.. Isso se deveu principalmente à maturação dos investimentos realizados no final dos anos 70 em segmentos modernos ou novos na indústria paranaense (CUNHA, 1995). Assim, segundo LOURENÇO (2000),

a locomotiva da expansão econômica do Estado permaneceu centrada nas atividades direta ou indiretamente articuladas com o setor rural, demonstrando um grau intermediário de industrialização das matérias-primas agrícolas e reduzida capacidade de geração de renda e de arrecadação de impostos, dada a elevada interferência de fatores fortuitos e/ou exógenos, como clima, injunções da política agrícola federal e flutuações dos mercados externos.

Com a vitória peemedebista de José Richa³¹, o partido procura implantar projetos mais focados na área social. A este primeiro governo peemedebista sucederam-se mais dois, nos quais a questão industrial também não se constitui em prioridade.

Com a vitória do PMDB naquele contexto de abertura, os movimentos sociais passam a ganhar mais força na arena política. Richa propõe uma gestão participativa, contrapondo-se à até então administração centralizadora e tecnocrática, característica do regime militar. O Estado procurou mediar conflitos surgidos com a invasão de terras por movimentos de sem-terras, invasões de sem-teto em terrenos públicos e privados e, além disso, promoveu a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico, do meio ambiente, da qualidade da saúde pública, dentre outros temas (MAGALHÃES, 1999). Em relação à área econômica, a prioridade foi atender os pequenos produtores rurais e investir nos pequenos municípios de forma a atenuar as desigualdades sociais estimuladas pela característica do desenvolvimento econômico brasileiro e paranaense no período autoritário que fortaleceu o grande capital. Para o governo, os grupos locais foram prejudicados por capitais externos, pois não estavam suficientemente capitalizados para enfrentá-lo, com exceção das cooperativas agrícolas.

Segundo MAGALHÃES (1999), tal visão era compartilhada por vários líderes do PMDB, principalmente aqueles ligados aos movimentos sociais e uma fração da

³¹ Concorria com José Richa o candidato do PDS, Saul Raiz, engenheiro e empresário ligado à Ney Braga. Conhecido de Braga desde os tempos em que Braga foi prefeito de Curitiba (1954-1958), na primeira gestão de Braga frente ao Estado (1962-1965), Raiz foi seu secretário de e Viação e Obras Públicas e diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, e que no governo Canet foi nomeado prefeito de Curitiba. Braga disputou nas eleições de 82, pelo PDS, vaga para o Senado, mas foi derrotado.

burguesia que participara da concepção do “projeto paranaense de desenvolvimento” e que pregava o fortalecimento do capital paranaense que perdeu espaço para o grande capital – estrangeiro ou não – ou para as frações à ele associados ou subordinadas. A fração que apoiava Richa era liderada pelo ex-governador Jayme Canet (1975-79) e reunia grande parte do capital local. Além dos apoios já mencionados, o governo também recebeu o apoio da “burguesia agrária” que para enfrentar o grande capital agroindustrial se organizava por meio de cooperativas, sendo concorrente e/ou fornecedora de matéria-prima destas empresas.

O PMDB também conseguiu eleger o primeiro prefeito de Curitiba pós-ditadura nas eleições realizadas em 1985. Foi eleito Roberto Requião de Mello e Silva, advogado, bastante conhecido dos movimentos sociais e deputado estadual eleito em 1982. Nesse mesmo ano, o PMDB também elegeu o sucessor de Richa, Álvaro Dias, além do próprio Richa e Afonso Camargo, ambos para o Senado, demonstrando um forte predomínio peemedebista no cenário político paranaense. É importante lembrar que o sucesso do Plano Cruzado no combate à inflação, pelo menos por um tempo, contribuiu para a popularidade do partido.

Álvaro Dias (1986-1990) assume o governo do Estado com a mesma composição política do seu sucessor, José Richa. Em seu plano de governo aparecem as preocupações com as demandas dos novos atores sociais organizados e os interesses das facções políticas presentes no governo. Mas, também aparecem temas como

a ênfase no planejamento, na diversificação do parque produtivo, na competitividade da indústria nos mercados nacional e mundial, na produtividade dos agricultores, com destaque para a informática, só para mencionar alguns pontos, traduziam, se não um retorno ao estilo de desenvolvimento do projeto paranaense original, uma tentativa de retomada daquele projeto, readequando-o às mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas no cenário econômico e social do Paraná, e na sua inserção nas economias brasileira e mundial (MAGALHÃES, 1999).

Mas, o fracasso do Plano Cruzado e o retorno da inflação provocaram um processo de desaglutinação das forças que apoiavam o governo estadual, tornando tais medidas impraticáveis.

Em relação ao PMDB, ocorriam divergências internas no partido entre os que apoiavam Richa e os que apoiavam Álvaro Dias. Tais divergências acabaram

fazendo com que José Richa saísse do partido e fosse um dos pioneiros na criação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB em 1988.

A crise oriunda do fracasso do Plano Cruzado não se limitou à saída de Richa, e se estende com a perda de apoio do vice-governador Ary Queiroz do PP, e na derrota nas eleições municipais em Curitiba nas quais Maurício Fruet, candidato do PMDB, é derrotado por Jaime Lerner do PDT.

Durante o governo de Álvaro Dias foram adotadas medidas destinadas a reduzir o papel e o tamanho do Estado por meio da extinção de cargos, fechamento e fusão de órgãos, venda de imóveis, entre outras ações³².

Nas eleições de 1990, a disputa a governador do Estado se deu entre Roberto Requião, da ala “autêntica” do PMDB, Richa do PSDB, Henrique Pizzolato do PT, e José Carlos Martinez, do Partido da Renovação Nacional - PRN, partido do então presidente Fernando Collor. Martinez e Requião vão para o segundo turno, sendo que o candidato do PMDB acaba sendo eleito após uma campanha tumultuada e cheia de denúncias de sua parte em relação ao candidato do PRN.

Com a eleição de Requião, terceiro mandato seguido do PMDB, tem-se um retardamento na adoção de idéias liberalizantes que acontecia no plano federal e que ocorreu com o seu antecessor, Álvaro Dias, o qual promoveu um enxugamento da máquina administrativa. Requião resgatou preocupações e prioridades típicas do projeto original do PMDB – da época da abertura política - em que as questões sociais eram prioritárias. Além disso, Requião nunca foi adepto às idéias para redução do papel do Estado como privatizações, concessões ou concessão de benefícios à grandes empresas.

Dentro da proposta de um Estado propulsor do desenvolvimento, o governo Requião foi marcado por projetos como o Casa da Família (construção de casas populares com prestações que não ultrapassassem 20% do salário mínimo) e o Panela Cheia (financiamento de safras com equivalência em produto), e também por

³² Dentro do discurso de redução do Estado, uma das ações de Álvaro foi extinguir o BADEP. Como aponta MAGALHÃES (1999), era interessante politicamente para DIAS – para entrar em sintonia com a imagem de Collor - extinguir um órgão que por meio de empréstimos favorecia a burguesia local, e que tinha alguns dos salários mais altos do funcionalismo público paranaense. A extinção do BADEP foi contestada pelo grupo lernista, que não se conformou com a extinção do banco, pois o Paraná acabou ficando sem nenhum órgão de fomento à industrialização.

obras como a Ferroeste (ferrovia que liga Cascavel ao Porto de Paranaguá) e a Usina Hidrelétrica de Segredo.

Roberto Requião licenciou-se do governo em abril de 1994 para concorrer ao Senado e deixou em seu lugar o vice Mário Pereira. Pereira ingressou no PMDB ainda nos anos 70, elegendo-se deputado estadual em 1982 e obtendo a reeleição em 1986.

Segundo LIMA (2003),

Ao assumir a chefia do Poder Executivo do estado do Paraná, Mário Pereira lançou um programa chamado Pró-Paraná, que tinha como objetivo principal estruturar o Estado para o recebimento de novas indústrias mediante incentivos fiscais. Este projeto buscava colocar o Estado numa posição mais agressiva diante da concorrência de outros Estados, que buscavam semelhantes fins. (...) Este programa teve à sua frente o ex-presidente da Volkswagen e Autolatina (junção da Volkswagen com a Ford), um dos homens fortes do setor automobilístico brasileiro.

Na época, vários empresários e presidentes de entidades da classe empresarial ressaltaram a importância do programa, pois consideravam que o Estado há muito estava desprovido de programas de incentivo ao desenvolvimento industrial. É o caso do empresário e então presidente da FIEP, Jorge Aloysio Weber – que também ocupava a pasta da Indústria e Comércio na época -, do empresário e vice-prefeito de Curitiba, José Gomes de Carvalho, o “Carvalhinho”, e Werner Egon Schrappe, então presidente do Conselho da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (GAZETA DO POVO, 09 nov. de 1994, p. 17). Portanto percebe-se que o empresariado já ocupava postos importantes na estrutura do governo estadual peemedebista na gestão Mário Pereira, tendência que seria ressaltada com a chegada do grupo ligado à Jaime Lerner em 1995, no qual o discurso de incentivos fiscais e atração de indústrias ocuparia o centro das atenções.

3.4 ALTERNÂNCIA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 94: A “RETOMADA DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA” PARA O PARANÁ

Como vimos na seção anterior, foram três mandatos peemedebistas, nos quais a política industrial não foi tratada como prioridade. O grupo que comandou

anteriormente o Estado, antes de 1982, que criou a CODEPAR e financiou a CIC, estava há 12 anos afastado do executivo paranaense.

Como Jaime Lerner havia se elegido prefeito de Curitiba há pouco (1989-1992) e gozava de bastante prestígio, candidatou-se ao governo do Estado. Era a oportunidade do grupo de técnicos que se originou em torno do ex-governador Ney Braga retornar ao poder estadual e quebrar a hegemonia peemedebista, voltando a implementar no Estado o seu estilo de gestão. Sabemos que existem vários canais ou formas de influenciar as políticas públicas, como vimos no segundo capítulo, mas estar no comando da máquina estatal permite que uma realização mais rápida e efetiva dos projetos de quem o comanda.

O resgate dos acontecimentos ocorridos no período eleitoral em 1994 é fundamental para se começar a identificar e analisar a atuação dos principais atores envolvidos na elaboração do Programa. Além disso, nos ajudará a entender as motivações que levaram tais atores a propor um programa de governo baseado numa ampla política de incentivos ao crescimento e diversificação industrial do Estado.

Para entendermos a forma pela qual tal programa foi elaborado é fundamental entendermos as idéias defendidas por seus principais organizadores: Luiz Antonio Fayet e Cássio Taniguchi.

Em depoimento concedido em dezembro de 2005, *FAYET* relata que foi convidado por Lerner a auxiliá-lo na preparação de um programa de governo para a área econômica³³, fato que não surpreende, pois Fayet é um dos velhos companheiros do grupo lernista desde os anos 60 e 70.

Segundo *FAYET* (2005), tal planejamento começou a ser elaborado a partir da definição de quais seriam as condições básicas do Estado naquele momento: um território pequeno e totalmente ocupado, mas que tinha como pontos fortes uma notável base agrícola, disponibilidade de energia e uma posição geográfica estratégica³⁴. A partir destes pontos fortes, pensou-se na questão do adensamento

³³ O convite ocorreu em 93, pouco tempo depois de Fayet ter deixado a presidência do Banco do Brasil em 1992.

³⁴ Segundo *FAYET* (2005), "até vinte anos atrás, mais ou menos, o Brasil terminava no Rio Grande do Sul. Então o Paraná era o começo do fim. Com a vinda do Mercosul, nós ficamos no principal eixo do Mercosul que é Rio - São Paulo - Buenos Aires. Mesmo que o Mercosul seja deficiente, tenha uma série de problemas, é um embrião que se um dia houver inteligência (...)

econômico, ou seja, tendo todo o território ocupado, a alternativa mais viável era aumentar o valor agregado dos produtos da terra. Era necessário se investir no agronegócio e na sua interação com outros serviços e outras atividades industriais. Além disso, a exportação seria outro fator que deveria ser levado em consideração.

Então, a partir destas premissas foi se concebendo, segundo Fayet, um modelo de industrialização que se baseava em utilizar os recursos disponíveis no Paraná e industrializar produtos que tivessem mercado lá fora, desenvolvendo principalmente o interior do Estado.³⁵

FAYET (2005) também comenta que muitas das coisas imaginadas por ele para o plano de governo lernista já haviam sido feitas na década de 60 através da CODEPAR. Aliás, segundo consta em seu relato, foi ele quem desenhou o conceito do programa, o qual foi sendo enriquecido por uma equipe que estava trabalhando no projeto. Tal equipe era constituída na sua maioria por técnicos oriundos do BADEP, sendo que alguns contribuíram mais diretamente na formulação do programa de governo lernista, enquanto outros deram apenas algumas sugestões: “Nós fomos sempre muito unidos. (...) Então, nós fomos incorporando esse pessoal. Alguns vinham pessoalmente, outros não. Não tinha esse objetivo de comitê. Nosso objetivo era o planejamento. Dividia-se o trabalho e eles iam montando com a gente (FAYET, 2005).

Na opinião de *FAYET*, o grupo estava resgatando a utilização do conceito de *planejamento*, pois a equipe que estava trabalhando nisso entendia muito do assunto. *TANIGUCHI (2006)*, em seu depoimento também enfatiza a importância do planejamento, elemento, como vimos, fundamental na visão dos técnicos.

É por isso, que colocamos como título desta seção *Alternância política nas eleições de 94: a retomada de uma “visão estratégica” para o Paraná*, numa alusão

poderá ser muito promissor. O outro eixo é o eixo Assunção-Paranaguá. Então, nesse cruzamento de mapas, o Paraná é estratégico. Eu até inclusive criei um slogan: ‘o Paraná está na melhor esquina do Mercosul’, e até o próprio Jaime adotou esse slogan.”

³⁵ Apesar de se mencionar a preocupação de interiorizar investimentos, a concentração industrial na RMC já verificada a partir dos anos 70 irá continuar. Os grandes e novos investimentos trazidos para o Paraná na gestão lernista acabaram se fixando na RMC, notadamente as montadoras Renault, Audi e Chrysler. Ver ANEXO 1 - “Evolução da participação no total do valor adicionado fiscal do Paraná – mesorregiões geográficas – 1975-2000”).

à visão do grupo que tentava retornar ao executivo paranaense depois de doze anos. Para este grupo, o planejamento estratégico havia desaparecido nos governos peemedebistas e o Paraná carecia de um programa de desenvolvimento econômico a longo prazo ou de uma visão contextualizada de desenvolvimento (FAYET, 2005).

Para TANIGUCHI (2006), na campanha de 94 o grupo lernista tinha uma visão parecida com a de Ney Braga. Primeiramente, assim como fez o ex-governador na década de 60, era preciso complementar a infra-estrutura do Estado:

Primeiro era preciso completar a infra-estrutura, daí a idéia do Anel de Integração, ou seja, não haver nenhuma cidade que estivesse a mais de uma ou duas horas desse grande anel de infra-estrutura, de estradas, ferrovia, energia, fibra óptica, enfim, tudo aquilo que hoje se imagina em termos de necessidade de infra-estrutura.

(...) Havia também a integração com o Mercosul, enfim, uma série de fatores que levaram então, o Jaime e sua equipe a montarem mais um planejamento estratégico. Esse planejamento estratégico tinha como objetivo não só a implantação do anel, mas também a melhoria das condições do porto e um fator fundamental: desconcentrar Curitiba em termos de industrialização, em termos de concentração econômica. Foi aí que se criaram uma série de incentivos fiscais para que as indústrias preferencialmente se localizassem fora de Curitiba, especialmente na região metropolitana. Então nós tínhamos aquele projeto de um “colar” de cidades industriais, não mais em Curitiba, mas na região, e estimular a industrialização do interior nas cidades-pólo: Maringá, Londrina, o norte pioneiro, Cascavel, Foz, Francisco Beltrão, Paranaguá. Esse foi o modelo de concepção do desenvolvimento do Estado do Paraná.

Além disso, na visão do grupo, o Paraná constituía-se em alternativa de desenvolvimento para o país nessa época. A grande São Paulo estava estrangulada e os novos investimentos começaram a migrar para outras regiões do Estado e do país. Paralelamente a isso, o governo federal estava estimulando a atração de investimentos externos (TANIGUCHI, 2006).

Nesse sentido, o grupo que articulava o programa de governo estava ciente das dificuldades enfrentadas pelas grandes empresas com o forte e organizado sindicalismo paulista já com três décadas de larga experiência de luta, bem como, percebia que poderia usar a já conhecida “guerra fiscal” que minava os cofres públicos estaduais.

Em relação aos investimentos estrangeiros, a equipe lernista teria começado a verificar, já em 94, interesse por parte de empresas em ocupar o eixo ligado ao Mercosul, em função de contatos e conversas mantidas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com a CEPAL, investidores estrangeiros e com o sistema financeiro internacional (FAYET, 2005).

Lerner também já afirmava durante a campanha eleitoral que um dos objetivos de seu governo era trazer parte dos investimentos que iriam ser realizados no Brasil para o Paraná. Como o país estava conseguindo conter a inflação, novos investimentos seriam feitos, pois boa parte do dinheiro até então investido no mercado financeiro seria revertido para a produção. Segundo Lerner, bastava ter um bom projeto, como ocorreu em Curitiba – com a CIC – que o dinheiro viria (GAZETA DO POVO, 19 de agosto de 1994, p. 7).

A equipe aqui mencionada tinha sua influência, mas apenas no que dizia respeito às questões econômicas do governo Jaime Lerner. Segundo FAYET (2005), estava no comando ...

De linha de frente, no geral, o Cássio Taniguchi. Eu, na parte econômica. Nessa parte de educação, secretaria de fazenda, nessas coisas não. Entende? Eu não entrava. Eu estava na parte econômica strictu sensu. Nessa parte trabalhava eu e o Cássio (...) Com a equipe que tínhamos lá, eles iam arrumando e o Jaime “marquetiava”. Você dava a idéia, e o Jaime “marquetiava”.

Jaime Lerner saiu candidato ao governo do Estado tendo como vice na sua chapa Emília Belinatti, mulher de Antonio Belinatti, político de grande influência na região norte e na qual Lerner não tinha muita força política. Para apoiar a candidatura lernista foi formada uma coligação chamada *Movimento Paraná Novos Caminhos*, composta pelo PDT, PTB, PFL, PV e PSDB, partido que no plano federal elegeu o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O principal adversário de Lerner no pleito ao governo era Álvaro Dias, candidato pela coligação PMDB, PPR, PMN e PP. Jaime Lerner venceu ainda no primeiro turno, com 43,7 % dos votos, contra 30,7% de Dias (TRE).

Portanto, o término do governo Requião põe fim às idéias de desenvolvimento regional pautado na agricultura, na pequena propriedade, em programas para pequeno agricultor (Panela Cheia), ainda com resquícios de ideais keynesianistas de Estado interventor, e volta-se para as idéias em voga na década de 90 de abertura de mercado, privatização e atração de multinacionais, colocando o Estado como um facilitador da acumulação capitalista.

4 O PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS

Partindo da idéia de que o título *Programa Paraná Mais Empregos* foi utilizado como um grande “guarda-chuva” para medidas que abrangiam estratégias de desenvolvimento em diferentes áreas como indústria, agricultura e transporte e não apenas “atração de multinacionais” como se costuma propagar, é necessário buscar um entendimento mais amplo e profundo do programa até para que se possa fazer uma análise mais próxima da realidade de seu processo decisório.

4.1 O LANÇAMENTO E A DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O lançamento oficial do Programa Paraná Mais Empregos aconteceu em 22 de junho de 1995. Falando para uma platéia de empresários reunidos no Palácio Iguazu (GAZETA DO POVO, 23 jun. 1995, p. 16), o então governador Jaime Lerner afirmou que era preciso que governo e iniciativa privada se unissem para que, como parceiros, implantassem projetos e obras que buscassem o desenvolvimento do Estado. Na concepção do governo, era necessário recuperar uma visão estratégia para o Paraná, ausente em anos anteriores. Para o governador, o Paraná não poderia depender basicamente do período de safra agrícola, mas gerar emprego e renda durante todo o ano. Assim, deveria ser promovido um aumento da industrialização de produtos vendidos *in natura* pelo Estado e a diversificação do parque industrial paranaense.

O *Paraná Mais Empregos* (PARANÁ, [1995a]) estava fundamentado na formação do *Anel de Integração* ligando os principais pólos de desenvolvimento do Estado – Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá e Londrina – de forma a ordenar e distribuir as atividades econômicas para as proximidades da infraestrutura física e institucional das principais cidades. O programa também estava baseado na integração das cadeias produtivas, viabilizando a transformação de produtos regionais na própria região através do desenvolvimento de pólos agroindustriais. Essa seria uma maneira de alterar as características do Estado predominantemente exportador de produtos “in natura” (ver ANEXO 2).

Os mecanismos de incentivo à produção presentes no Programa eram os seguintes:

- 1) **Apoio ao Investimento Produtivo:** previa a postergação de parte ou de todo o ICMS gerado pelas empresas que executassem investimentos fixos no Estado. Projetos com investimentos de até R\$ 50 milhões davam a possibilidade das empresas pagarem cada parcela de ICMS 48 meses depois, corrigida monetariamente, mas sem juros. Para fabricantes de produtos sem similar no Estado, 100% do ICMS gerado poderia ser pago 48 meses depois. Os projetos com valor superior a R\$ 50 milhões teriam condições especiais, podendo o valor do ICMS incremental ser elevado a duas vezes o investimento realizado, mantendo-se as demais condições e o limite poderia ser de até 100% (ver ANEXO 3).
- 2) **Incremento à produção – Parceria Empresarial:** Esta parte do programa possibilitaria a obtenção de recursos para execução de projeto de investimento de até 20% do valor do projeto. Cada parcela do ICMS diferida para pagamento em prazo diferenciado venceria após 48 meses, sem correção monetária, sem juros. Além disso, o financiamento de 20% não excluiria a possibilidade da empresa enquadrar parte do investimento no Programa de Apoio ao Sistema Produtivo. Enquanto o primeiro permite a obtenção de 20% dos recursos para realizar o investimento, o segundo financia os 80% restantes, na forma de capital de giro, depois de realizado o investimento.
- 3) **Modernização do Parque Industrial:** o Paraná permitia a apropriação dos créditos de ICMS pago nas aquisições ou transferências de bens de capital. Assim, essa parte do programa era baseada na apropriação dos créditos do ICMS pago nas aquisições ou transferências de bens de capital. Isso permitia à empresa reduzir em aproximadamente 10% o custo do investimento, principalmente na aquisição de equipamentos.
- 4) **Condomínio Empresarial – Barracões Industriais:** o programa previa a construção de barracões industriais nos municípios com o intuito de gerar

empregos e aumentar a renda dos municípios. Estes barracões abrigariam empresas de pequeno e médio porte, voltados ao atendimento da demanda regional, que encontra dificuldades para se estabelecer devido ao alto custo dos investimentos em obras civis e aquisição de terreno, e a necessidade de infra-estrutura adequada ao funcionamento destas empresas.

Os agentes financeiros que bancariam e/ou apoiariam tais financiamentos seriam o Banestado (que na época administrava o FDE), o BRDE, BNDES, FINEP, SEBRAE, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Em relação aos **Instrumentos de Apoio**, ou seja, órgãos ou mecanismos através dos quais o governo imaginava alavancar recursos, através da venda ou concessão de serviços públicos e a entrada da iniciativa privada como parceira nos investimentos, estavam assim organizados:

- 1) **Câmaras Setoriais**: tinham por objetivo estreitar as relações entre governo, trabalhadores e entidades representativas da indústria, do comércio e dos serviços. As Câmaras trabalhavam para identificar problemas encontrados em diversos setores da economia paranaense e proporiã soluções e diretrizes para melhor orientar as ações do governo e o nível de desempenho das atividades econômicas e sociais do Estado.
- 2) **Núcleos regionais de fomento**: contava com a participação da Copel, Sanepar, DER, Cohapar, secretarias de Obras Públicas, Emprego e Relações do Trabalho, Agricultura e Abastecimento e da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico. Tais órgãos, organizados regionalmente, dariam assistência e infra-estrutura ao Programa.
- 3) **Concessões e privatizações**: promover estas ações significava para o governo modernizar o Estado. Através da venda de empresas estatais de um lado, e da concessão de serviços públicos de outro, o Estado seria capaz de alavancar recursos para outros programas do governo, bem como melhorar o nível dos serviços antes administrados pelo Estado como estradas, portos, telecomunicações, energia elétrica, entre outros.

- 4) **Paraná Desenvolvimento S.A:** tratava-se de uma empresa privada, responsável por fazer um trabalho complementar ao do governo no sentido de articular ações de mobilização da iniciativa privada para que esta participasse de projetos prioritários para o governo estadual.

De uma forma geral esses eram os pontos fundamentais do Programa Paraná Mais Empregos e que procuraremos analisar, pelo menos alguns deles, mais detidamente nas seções seguintes.

4.2 O PROCESSO DECISÓRIO E O “PROGRAMA EM AÇÃO”

Procuraremos nos próximos itens analisar alguns dos mecanismos pelos quais o governo pretendia implantar o programa, buscando identificar e analisar a participação dos nossos atores centrais – técnicos, técnicos-políticos e políticos -, bem como a participação de outros atores ou grupos como empresários, partidos de oposição, entre outros.

4.2.1 Os mecanismos fiscais

O primeiro instrumento a ser analisado refere-se aos aspectos fiscais e já nesse item verifica-se uma utilização ou reutilização de legislação já anteriormente existente. Os incentivos fiscais existentes no Programa Paraná Mais Empregos foram baseados na idéia do *Programa Bom Emprego Fiscal* implantado na gestão Roberto Requião (1991-1994) com algumas readequações aos interesses dos novos gestores.

Segundo relato de Antonio Carlos Banzatto (2005)³⁶, ele foi um dos autores do *Bom Emprego*. Na época da elaboração desse programa, *BANZZATTO* se encontrava na Secretaria da Fazenda, e esse programa teria surgido para cobrir uma lacuna existente, pois o governo Requião havia extinguido um outro programa

³⁶ BANZZATTO é técnico de carreira e integrou a equipe leonista na Secretaria de Indústria e Comércio. Depoimento dado à autora em novembro de 2005.

de fomento à industrialização, o Programa de Estímulo ao Investimento Produtivo - PROIN, que havia sido elaborado pelo BADEP e secretarias, ainda no governo Álvaro Dias.

Em função da pressão do empresariado, via Federação das Indústrias do Paraná, a Assembléia Legislativa viu-se na obrigação de criar uma lei de incentivos fiscais à industrialização. Para os empresários, com a extinção do PROIN e com a liquidação do BADEP, era necessário encontrar alternativas para suprir a falta de uma política de incentivos para o setor. Assim, a lei criada na Assembléia em 1992 ficou conhecida como Lei Aníbal Khoury.

BANZZATTO lembra que o governo Requião nunca foi adepto à políticas de incentivo fiscal, mas como a lei já havia sido aprovada pela Assembléia, esta foi regulamentada pelo governo e recebeu o nome de *Bom Emprego Fiscal*.

Então, na verdade, os mecanismos fiscais do Programa Paraná Mais Empregos não se constituem numa novidade, ou seja, não foram elaborados na gestão Jaime Lerner. É importante ressaltar que tal fato se refere apenas aos aspectos fiscais do Programa, pois os instrumentos para realização desta política de desenvolvimento industrial - as Câmaras Setoriais, a Paraná Desenvolvimento, as privatizações e concessões - surgiram, aí sim, a nível estadual, na gestão lernista.

Segundo *BANZZATTO*, quando o governo assumiu em 95 queria fazer um novo programa fiscal para atração de empresas. Mas, a equipe (Banzzatto, Marques Dias – este indicado por FAYET para ocupar o cargo de coordenador geral da Secretaria, entre outros) procurou demonstrar aos secretários Cássio Taniguchi – Planejamento – e Kalil Cury Filho – Indústria e Comércio - que o programa existente – o *Bom Emprego Fiscal* – era um programa eficiente, pois não era financeiro, e sim, fiscal. A empresa pagaria o imposto corrigido, dali a 48 meses, sobre o seu faturamento. Caso a empresa não pagasse o imposto devido, o Estado teria o direito de executar essa dívida.

Houve algumas discussões, e depois o Programa também foi mostrado à Miguel Salomão, então Secretário da Fazenda, que concordou com a sua permanência, desde que fossem alteradas algumas alíquotas de forma a dar maior estímulo a municípios que tivessem pouco ou nenhum desenvolvimento industrial.

Na visão de *BANZZATTO*, o governo lernista possuía figuras acessíveis, com conhecimento técnico e a tão propagada visão estratégica. Assim, a tarefa de

discutir questões referentes ao Programa, notadamente no que se refere aos aspectos fiscais, correu sem maiores dificuldades. As “pessoas acessíveis” à quem *BANZZATTO* se refere são os secretários Cássio Taniguchi, Kalil Cury Filho e Miguel Salomão. Segundo ele, eram pessoas com conhecimento técnico e experiência, e não apenas “políticos”.

Segundo Eduardo Marques Dias³⁷, as questões tributárias e fiscais do Programa foram decididas conjuntamente pelas Secretarias de Indústria e Comércio e da Fazenda, o que coincide com as informações dadas por Banzzatto. Assim sendo, na elaboração dos aspectos fiscais do Programa não houve participação de instituições de fora do governo e foram poucos os envolvidos, o que demonstra o alto grau de insulamento das decisões governamentais.

Como o slogan principal do governo Jaime Lerner era *Paraná*, este termo deveria ser usado em todos os programas. O que era *Bom Emprego Fiscal*, depois de algumas alterações, passou a se chamar *Paraná Mais Empregos*, contemplando além dos aspectos fiscais, instrumentos que deveriam ser utilizados para alavancar recursos para a promoção do desenvolvimento econômico no Estado e colocaria definitivamente o Paraná no mapa da *guerra fiscal* que marcou os anos 90 no país.

4.2.1.1 A Guerra Fiscal

A falta de regras ou de políticas de desenvolvimento regional por parte do governo federal, especialmente industrial, constituiu-se num fator importante para que o governo estadual recém-eleito em 1994 retomasse a questão da política industrial e a colocasse como prioridade.

A Constituição de 88 deu amplos poderes a Estados e municípios, tornando-os entes federativos autônomos. Assim, o governo estadual em 1995, gozando de autonomia financeira e fiscal, optou por uma estratégia de desenvolvimento econômico pautado na atração de novos investimentos, visando a diversificação e crescimento da indústria. O Programa tinha como principal atrativo uma política de incentivos fiscais expressiva, aliando-se à isso a doação de terrenos e a entrada do

³⁷ Eduardo Marques Dias foi diretor geral da Secretaria de Indústria e Comércio na gestão lernista, quando participou das negociações com as montadoras, e depois foi presidente da Paraná Desenvolvimento S.A.. Depoimento dado à autora em fevereiro de 2006.

Estado como sócio nos empreendimentos (no caso da Renault), descontos em tarifas de água e energia, entre outros benefícios. Vários municípios também se engajaram ao governo estadual no sentido de oferecer a maior gama de benefícios possíveis no intuito de serem os locais escolhidos pelas empresas que optassem pelo Paraná.

Mas não foi apenas o Paraná o Estado interessado em atrair investimentos. Vários entraram nesta disputa que ficou conhecida como *Guerra Fiscal*.

Na visão de alguns atores envolvidos no Programa, como *FAYET*, tal disputa não é encarada pelos estados periféricos como uma guerra, mas sim como “legítima defesa social” (*FAYET, 2000*), justificada pela forte polarização dos investimentos no Estado de São Paulo desde a década de 50. As lideranças de outras regiões do país, dentre elas as do Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, começaram a reivindicar mais espaço na economia nacional e a criar instituições para fomentar o crescimento industrial. Mas, segundo *FAYET (2000)*, São Paulo reagiu no sentido de não perder a sua posição:

(...) A reação paulista foi sutil e inteligente. Aproveitando-se do fato da elite política e econômico / financeira estar lá localizada, passou a exercer um forte "lobby" sobre as ações de política econômica do governo federal. Estas ações em geral eram dissimuladas, dificultando, inclusive, a defesa dos prejudicados.

*Dentre elas podemos relembrar: subsídios e quotas de importação de matérias-primas, câmbio privilegiado, incentivos fiscais federais para a industrialização, lei do sucateamento têxtil, linhas de crédito subsidiadas, alíquotas de importações exorbitantes, registros de marcas e patentes, autorizações especiais de importação, leis de reserva de mercado, a atuação **informal** no CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial do MIC, estabelecendo reservas de mercado para certas empresas e/ou grupos econômicos, da BEFIEX - privilegiando as empresas já instaladas, do BNDES e suas subsidiárias dando ou não financiamentos e participações acionárias, criação da FINAME - financiamento dos fabricantes paulistas, etc...*

Tudo isto ocorreu sob manto da proteção à "indústria brasileira" e do alto "interesse nacional".

³⁸

FAYET (2000) afirma que presenciou esses acontecimentos – por mais de seis anos - quando trabalhou no Ministério da Indústria e Comércio – MIC (1971 à 1973) e no Ministério da Fazenda (1979 à 1981). Além disso, quando estava na presidência do BADEP, de 1974 à 1979, ele afirma ter passado várias dificuldades, juntamente com empresários interessados em se instalar no Paraná, para aprovar

³⁸ O BEFIEX – Programa Benefícios Fiscais à Exportação foi criado por Delfim Neto no começo dos anos 70 e extinto pelo ex-presidente Collor. Já o FINAME é uma linha de crédito que utiliza recursos do BNDES e é destinada para aquisição de máquinas e equipamentos.

junto aos órgãos federais a instalação de empresas como a Placas do Paraná, a New Holand, Phillip Morris, Volvo, Equitel, SID Informática, Prosdócimo, Inepar, Trombini, entre outras.

Para *FAYET* esta política predatória de São Paulo tem sido contínua, não tão evidente quanto antes, mas continua presente de maneira mais sutil. Na década de 90, o Paraná não poderia ter se comportado de outra forma na atração de investimentos. Ele concorda que os incentivos fiscais eram imprescindíveis para se poder competir com os outros estados da federação e especialmente com São Paulo. Os efeitos diretos e indiretos na economia paranaense justificam a postura mais agressiva do governo paranaense, e de outros governos estaduais, para conquistar investimentos. Enquanto isso, São Paulo agia, pois

(...) empurrou para o governo federal o maior "mico", a maior renegociação de dívida estadual (inclusive o Banespa), com juros subsidiados e prazo de 30 anos, que recairá sobre os ombros de todos os brasileiros? Vejamos também, quem é o maior beneficiário da recente política de proteção à "indústria automotiva nacional" em 97/98, que elevou brutalmente as alíquotas de importação e recriou o sistema de "quotas" de importação? Vejamos ainda, quem é o maior interessado em não fazer a reforma fiscal, redistribuindo impostos pela economia consumida em vez da economia gerada? E ainda mais, quem entregou "na bandeja" a cabeça da agricultura nacional, em troca de privilégios para o setor industrial, nas negociações das tarifas internas e externas do Mercosul? Em várias oportunidades fiz cálculos segmentados sobre os efeitos econômicos destes fatos e constatei a estarrecedora sucção econômica que os estados periféricos sofreram e ainda sofrem. (FAYET, 2000).

Esta situação de disputa entre estados só terminará ou será atenuada, segundo *FAYET (2000)*, se tivermos uma política industrial para o país que procure resolver os desequilíbrios regionais e incentive um desenvolvimento harmonioso dos estados. Caso contrário, a "guerra" ou a "legítima defesa social" irá continuar.

Em relação à atração de investimentos, a Renault serviu de referencial ou de vitrine para que outras empresas viessem posteriormente, como a Audi e a Chrysler. E, para *TANIGUCHI (2006)*, não há porque se discutir se a empresa é ou não multinacional, pois o mundo está globalizado:

Não adianta ser xenófobo: "não, mas é multinacional". Hoje o mundo está globalizado. Hoje você está provavelmente se beneficiando deste processo quando você compra um ipod, por exemplo, que é sucesso de vendas no momento, pois ele é desenhado e bolado nos EUA e fabricado na China. É vendido a cem dólares.

(...)

Esse negócio de fechar o país e proteger é uma bobagem. Os americanos fazem isso para proteger os eleitores deles, mas é um absurdo, não tem sentido. Daí eles querem que os outros países abram, assim também não dá. Não é abrir o país, mas abrir seletivamente. A

gente troca: “Ah, não! Você está protegendo a sua indústria alcooleira. Então nós nos igualamos ou não tem negócio.” E o mundo é assim mesmo, é negócio, é competição. Se a China faz mais barato compra da China. A gente não faz pesquisa de preço? (...) E é assim que funciona, em qualquer atividade, a gente faz isso no nosso dia-a-dia. Por que uma grande indústria, ou pequena indústria, não vai fazer? Vai fazer.

Além disso, segundo ele, foram disponibilizados os mesmos incentivos para as empresas locais. Era certo que para o governo, naquele momento, era mais importante trazer novos investimentos, mas aquelas empresas já instaladas no Estado que quisessem aumentar a sua produção poderiam desfrutar dos mesmos incentivos dados a qualquer multinacional. Na opinião do ex-prefeito, os empresários locais é que não estavam preparados para a competição. Ele cita como exemplo de empresa paranaense com visão empresarial diferenciada o *O Boticário*:

... aquelas empresas que eventualmente já tinham uma visão empresarial diferente como o Boticário, por exemplo, permaneceram. O Boticário está no mundo inteiro. Estas empresas mantiveram-se, cresceram, melhoraram e se multiplicaram. Por que? Atualizaram-se, entraram com franquias, etc. E têm várias outras indústrias dessa natureza. Às vezes são pequenas indústrias, mas com uma cabeça, um know-how, com uma cabeça voltada para fora. (2006)

Sobre as idéias defendidas pelos entrevistados nesta seção algumas observações se fazem importantes para explicar e compreender a utilização de mecanismos fiscais e a entrada na guerra fiscal por investimentos, ou seja, quais foram as motivações encontradas pelos atores que justificam estas ações.

Primeiramente, é possível perceber, nas idéias expostas acima, um discurso que muito se aproxima do contexto econômico dos anos 60 no qual buscava-se através da CODEPAR e do FDE propiciar autonomia ao Paraná com relação à São Paulo, retomando a idéia de economia periférica de PADIS (1981). É visível que o grupo ainda não estava satisfeito com a situação do Paraná no cenário econômico brasileiro. O processo de industrialização conseguido até então não fora suficiente para colocar o Paraná numa posição de destaque. Era preciso crescer mais, e na concepção dos gestores lernistas, isso significava aumentar e diversificar o tamanho do parque industrial paranaense. Assim, as idéias de uma economia periférica e os privilégios concedidos à São Paulo continuavam vivas e estimulando o comportamento do grupo.

Em segundo lugar, é importante destacar o depoimento dado por Taniguchi, que diz que não importava ao governo se a empresa era brasileira ou multinacional. Todas tiveram acesso aos incentivos fiscais. Para ele, as empresas brasileiras, principalmente as paranaenses, não estavam prontas, aptas para a competição. Mas, o ex-prefeito não consegue esconder que nenhuma empresa recebeu tantos benefícios quanto as montadoras de automóveis e suas fornecedoras. A indústria automobilística recebeu os incentivos fiscais, mas também recebeu incentivos financeiros, benefícios em termos de infra-estrutura – como será possível perceber quando falarmos da Renault – que nenhuma outra empresa local recebeu. É interessante destacar como a indústria automobilística cause tanto fascínio aos governantes, representando ou sendo símbolo de progresso para a unidade da federação onde ela esteja instalada, por mais que nos dias atuais a sua capacidade multiplicadora de empregos não seja mais a mesma, pois utiliza-se de tecnologias ditas poupadoras de mão-de-obra.

Enquanto isso, empresas tradicionais do Paraná faliram ou foram vendidas como a REFRIPAR, vendida para a Electrolux, a Batavo para a Parmalat, o Bamerindus para o HSBC e o Mercadorama para a rede portuguesa SONAE e posteriormente adquirida pela americana Wal-Mart. Em relação ao empresariado, foram beneficiados aqueles mais ligados ao comércio, como por exemplo, José Gomes de Carvalho, dono de uma concessionária AUDI, uma das montadoras que se instalaram no Paraná neste período.

4.2.1.2 O caso Renault

Analisando os oito anos de governo Lerner, seja no primeiro ou no segundo mandato, é praticamente impossível não tocar no caso Renault seja em virtude dos valores envolvidos na negociação, seja pelo destaque dado pela imprensa regional e nacional à opção da empresa em instalar uma filial em território paranaense. Também não podemos deixar de destacar o combate realizado pelos políticos peemedebistas à tal política, com destaque para o então senador Roberto Requião e as críticas ao protocolo de intenções firmados entre o governo Lerner e a empresa francesa mantidos em sigilo por muito tempo.

É importante deixar claro que este trabalho não tem por finalidade analisar os resultados da implantação da Renault, suas conseqüências econômicas, políticas, ambientais, mas sim, de que forma a vinda da empresa foi tratada pelos principais técnicos do governo.

MARQUES DIAS (2006), em seu depoimento, confirma uma das versões mais propagadas na época da instalação, destacada pelo jornal *Gazeta do Povo* (1996, 13 mar. p. 10) de que um dossiê foi entregue à Renault, na sua matriz na França, pelo brasileiro Sérgio Azinelli, na época diretor da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial sediada em Paris. Foi Maria Elisa Ferraz Paciornick, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, quem primeiro cogitou a possibilidade da Renault vir para o Brasil, pois leu em uma revista francesa, em 1993, que a montadora tinha interesse em instalar uma nova fábrica na América Latina. Desse fato é que foi elaborado um dossiê sobre a cidade de Curitiba e sobre a Cidade Industrial – inicialmente cotada para o projeto – e enviado à Azinelli para que fosse entregue diretamente à administração da montadora em Paris.

Com a eleição de Jaime Lerner e a divulgação do *Programa Paraná Mais Empregos* em junho de 1995 esperava-se que o Paraná passasse a receber sinais mais efetivos de grandes empresas para se instalarem aqui. Porém, apesar das inúmeras visitas que ocorriam, nenhum protocolo havia sido fechado e existia o risco de nenhuma empresa de grande expressão internacional se instalar no Estado.

Com o passar do tempo e mesmo com os incentivos fiscais, técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio resolveram fazer uma avaliação das razões pelas quais isso vinha acontecendo. Segundo *BANZZATTO (2005)*, o Estado estava deixando passar as oportunidades, uma vez que o país estava recebendo naquele momento uma grande leva de investimentos estrangeiros. A partir de então, a equipe técnica do governo passou a perceber que não bastava os investimentos virem para o Brasil, era necessário o Paraná oferecer algo a mais do que outros estados brasileiros.

Então, foram elencadas todas as montadoras que tinham visitado o Paraná – quinze ou dezesseis – e dentre elas seria escolhida aquela que melhor se encaixasse nos planos do grupo de técnicos. E que plano era esse? Atrair para o Estado uma empresa que realmente fosse “vitrine”, ou seja, se uma empresa de

grande porte e exigente se instalasse aqui seria porque encontrou boas condições. Assim, essa empresa acabaria chamando a atenção de outras. Dentre as alternativas, a Renault foi escolhida. Outro fator que chamou a atenção no caso da Renault, é que ela teria que montar todo o seu parque industrial, ao contrário de outras montadoras já instaladas no Brasil como, por exemplo, a GM - que foi para a cidade de Gravataí – que já tem seus fornecedores, ferramentais, etc. Além disso, Ayrton Senna, quando morreu em 1994, era patrocinado pela Renault. Ele era o grande mito esportivo naquela época, ou seja, como jogada de marketing a Renault oferecia ao grupo lernista todas as possibilidades de publicidade possíveis para aquele momento.

Em outubro de 1995, um mês após os primeiros contatos de Marques Dias com os franceses, estes vieram fazer uma visita e sobrevoaram as áreas previamente disponibilizadas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC para uma possível instalação. Foram selecionadas as seguintes áreas: a primeira em Campo Largo – para onde foi a Crysler -, a segunda em Fazenda Rio Grande – para onde foi a Electrolux e que depois acabou saindo de lá - e, por fim, em São José dos Pinhais, onde a Renault está hoje.

Segundo *BANZZATTO*, os franceses escolheram São José dos Pinhais em função das condições logísticas que o local proporcionava: perto do porto, próximo de Curitiba, do Mercosul, etc. Segundo ele, a Renault já tinha um pré-contrato com Minas Gerais para se instalar em Juiz de Fora, mas após constatar as condições logísticas que o Paraná fornecia, a Renault decidiu vir para cá. Depois disso, começaram a ser discutidas outras questões: os problemas em relação à fornecedores, mão-de-obra qualificada, além da qualidade de vida em Curitiba como escolas e moradias para os funcionários que viriam da França, transporte de funcionários, etc. Para *BANZZATTO*, mais um mês, um mês e meio, e a Renault teria “escapado”.

Para o governo lernista a Renault era emblemática, pois depois dela viriam outras empresas, como de fato vieram: a Audi, a Crysler e outras mais. E é claro, como não podemos deixar de destacar, que tal fato rendeu bastante publicidade ao governo e garantiu a sua reeleição em 1998, também em primeiro turno.

Foram ao todo 22 missões de executivos franceses que vieram ao Paraná negociar com o governo as condições para a instalação da fábrica, totalizando vinte

semanas de trabalho. Participaram da primeira reunião em 17 de outubro de 1995, o governador Jaime Lerner, o presidente da Renault do Brasil, Pierre Poupel, os secretários Cássio Taniguchi (Planejamento), Alex Beltrão (Ciência e Tecnologia), Rafael Dely (Habitação), Ramiro Wahrahtig (Educação), Giovani Gionédis (Governo) e o presidente da Copel, Ingo Hübert (GAZETA DO POVO, 28 mar. 1996, p. 11),

Nas demais reuniões, para se discutir vários aspectos da negociação, participaram do lado do governo mais de 50 pessoas, entre secretários de estado, economistas, arquitetos e técnicos em planejamento sob a supervisão de Taniguchi e sob a coordenação operacional de Marques Dias, então diretor-geral da Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico. Toda essa negociação se manteve em sigilo, sendo que o anúncio oficial da escolha do Paraná foi realizado somente em 12 de março de 1996.

Assim como a negociação, o protocolo firmado entre a montadora francesa e o governo foi mantido em sigilo por dois anos. A oposição, formada pelo PMDB – principalmente o senador Roberto Requião - e pelo PT - solicitou, por várias vezes, que as condições deveriam ser levadas à público, mas por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná o acordo foi mantido em segredo. Apenas em janeiro de 1998, praticamente dois anos depois, é que o PMDB conseguiu quebrar o sigilo. O deputado Luiz Cláudio Romanelli - PMDB, revelou o conteúdo do protocolo – que tem validade de 11 anos - na Assembléia Legislativa do Estado em 28 de janeiro de 1998.

Dentre as vantagens concedidas à montadora (PARANÁ, Protocolo de acordo Renault – Estado do Paraná, mar 2006) podemos destacar que o Estado e o município de São José dos Pinhais se comprometeram com:

- uma participação acionária de 30%, ou seja, US\$ 300 milhões, através de ações preferenciais, sem direito à voto³⁹;
- financiamento de até US\$ 1,5 bilhão para a instalação comercial e industrial;

³⁹ As ações podem ser **ordinárias**, que concedem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia, ou **preferenciais**, que oferecem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia, não concedendo o direito de voto, ou restringindo-o. As ações também podem ser diferenciadas por classes: A, B, C ou alguma outra letra. As características de cada classe são estabelecidas pela empresa emissora da ação, em seu estatuto social. Essas diferenças variam de empresa para empresa. Assim, não é possível fazer uma definição geral das classes de ações .

- utilização de 100% dos créditos do ICMS acumulados pela Renault;
- diferimento do ICMS devido na aquisição de matéria-prima, peças e componentes⁴⁰;
- tratamento diferenciado no desembaraço aduaneiro;
- prioridade para atracar no porto de Paranaguá;
- prioridade para atravessar a fronteira de Foz do Iguaçu;
- prioridade para decolar e aterrissar no aeroporto Afonso Pena;
- construção de ramal ferroviário;
- isenção de IPTU por dez anos;
- isenção de ISS ao grupo Renault e empresas contratadas por 10 anos;
- doação de terreno de 2,5 milhões de m² com reserva de 500 m²;
- terraplanagem do terreno;
- energia elétrica com 25 de subsídio;
- o governo se responsabiliza por evitar danos ao meio ambiente;
- crédito financeiro caso mudem as regras da economia nacional.

À Renault caberia:

- instalar a fábrica em São José dos Pinhais;
- acompanhar o projeto de instalação da fábrica;
- fazer mudanças estatutárias e aumentar o capital para o FDE subscrever⁴¹ ações;
- respeitar a legislação em vigor no que se refere às questões ambientais;
- transferir à Renault do Brasil tecnologia da fábrica francesa;
- treinar mão-de-obra.

⁴⁰ Diferimento é o retardamento total ou parcial do recolhimento do imposto incidente, neste caso o ICMS, de uma dada mercadoria (no caso matérias-primas, peças e componentes para a fabricação de veículos), para um momento futuro.

⁴¹ *Subscrever* quer dizer “comprar ações”. O direito de subscrição é distribuído pela empresa emissora gratuitamente ou adquirido por um preço unitário em determinada data, dando ao seu portador o direito de subscrever (comprar) uma nova ação, dentro de um prazo determinado, por um preço complementar, corrigido monetariamente ou não. O acionista que não efetuar a subscrição no período estipulado perderá seu direito e não terá restituição do valor pago antecipadamente pelos direitos/bônus de subscrição, já que estes papéis deixam de existir, perdendo seu valor, após o período de subscrição.

É importante observar que coube ao Estado e ao município de São José dos Pinhais um número muito maior de obrigações. Alguns itens do protocolo já eram de conhecimento público como os incentivos fiscais e a doação do terreno. O que mais surpreendeu a oposição na quebra do sigilo foi a possibilidade de financiamento de até US\$ 1,5 bilhão à montadora, dependendo do faturamento da empresa e do montante que viesse a ser recolhido de ICMS. O acordo também dava garantias à montadora de que havendo alguma mudança na economia brasileira que afetasse o seu equilíbrio financeiro, o Estado disponibilizaria um crédito equivalente para não prejudicá-la.

Outro item polêmico do protocolo é a impossibilidade da Renault ser acionada pela Justiça ou órgão ambiental em função de eventuais problemas que pudessem vir a ocorrer com o meio ambiente. O Estado e o município é que seriam responsabilizados, ou seja, caberia à eles evitar ou reparar qualquer tipo de prejuízo ambiental.⁴²

Em relação à participação acionária do Estado no empreendimento, *MARQUES DIAS (2006)* explica que

... o governo do Paraná não tinha interesse de fazer participação acionária nenhuma. Mas, a Renault, quando ela começou a negociação - já na parte final da negociação - falou que gostaria muito que o Paraná pudesse colocar um aporte de investimento e ela daria em contrapartida ações.

(...)

O Estado tinha um compromisso de colocar na Renault 300 milhões de dólares, que representava algo como 40% do capital da Renault e, para facilitar a sua participação, o governo criou (...) uma empresa especificamente para participação no capital acionário da Renault [a Paraná Desenvolvimento]. Mas, por conta da própria estrutura do acordo de acionistas que foi assinado entre a Renault e o governo do Estado, ficou muito difícil a Paraná Desenvolvimento fazer o seu papel de intermediação entre a Renault e o mercado financeiro – o mercado de papéis – com vistas à capitalização da Renault naquilo que estava previsto pelo acordo. Na verdade, em última análise, o acordo de acionistas entre o governo do Paraná e a Renault direcionava a captação para o governo do Paraná. Ele teria que ser o aplicador, pois as exigências e benefícios oferecidos pelo acordo não eram similares ao mercado de papéis, ao mercado acionário, ao mercado de investidores. Então, a Renault impôs condições muito fechadas do tipo “não poder vender, não poder endossar, não poder utilizar as ações como forma de suporte de dívidas”, enfim, você dá a ação como garantia. Além disso, ela previa o não pagamento de dividendos durante um número “x” de anos, enfim, era um acordo muito leonino e dificilmente as empresas privadas estariam dispostas a aceitar uma compra de papéis. Então, para a Paraná Desenvolvimento ficou difícil trabalhar nesse mercado.

⁴² Inclusive, no caso da Renault, a área onde hoje está localizada a empresa era uma área de proteção ambiental, portanto, não destinada à implantação de empreendimentos industriais. Mas, houve alteração da lei, tanto em termos municipais, quanto estaduais, que acabou excluindo esta área e outras que abrigaram novas empresas. A esse respeito ver FIRKOWSKI (2002).

Tentando contornar as exigências da montadora, pouco favoráveis ao Estado, *MARQUES DIAS* (2006) afirma que

... quando estava na Paraná Desenvolvimento - conversei com a Renault diretamente por várias vezes para ver se a gente poderia fazer um ajuste naquele contrato de acionistas, amenizar um pouco, mas não foi possível. Então, acabou que o Estado nem utilizou a Paraná Desenvolvimento para participação acionária. Ele fez direto através do FDE, diretamente com o governo do Estado e a Secretaria da Fazenda na época. O Estado participou da Renault e comprou papéis e a Paraná ficou sem função e foi desativada. Continua aberta, mas em processo de liquidação no governo atual que acabou não a querendo.

A fala de *Marques Dias* deixa claro que as condições impostas pela empresa foram realmente “leoninas” e que nenhum empresário ou empresa capitalista aceitaria participar de um contrato tão fechado e em condições tão adversas ao lucro, à acumulação, com exceção da própria Renault, é claro. Nesse sentido, é possível perceber claramente a dependência do estado perante o capital (OFFE e RONGE, 1984b) que impôs um contrato desvantajoso para um “sócio” que deveria entrar com aproximadamente 50% do total previsto e que era de 300 milhões de dólares.

Do ponto de vista de outros membros do governo, como os secretários Miguel Salomão, Rafael Grega – o mesmo que hoje está no PMDB – e Giovani Gionédís, não houve nenhuma condição desonesta no protocolo, sendo que o governo lucraria com o aumento na arrecadação e com a venda das ações posteriormente (FOLHA DE LONDRINA, 29 janeiro 1998, p. 6).

O fato é que o financiamento por parte do governo para a instalação de empresas no Paraná acabou gerando um seqüência de déficits financeiros, um verdadeiro rombo nas contas públicas estaduais que afetariam todos os outros setores de responsabilidade do Estado, como a educação e a saúde, e que foram relegadas à um segundo plano na administração lernista. Segundo LOURENÇO (2003)

a despeito de toda a farra fiscal ocorrida nos últimos anos no Brasil com base no ICMS, (...) é inegável que as chances de êxito estrutural de qualquer política subnacional de competitividade depende do equilíbrio fiscal e financeiro dos respectivos estados (...) nesse particular, salta aos olhos o fato de o tesouro do Estado do Paraná vir registrando crescentes déficits financeiros desde 1995, apesar dos resultados da safra de industrialização recentemente plantada.

LOURENÇO ainda destaca que o fechamento das contas somente vinha ocorrendo em virtude da venda de ações de companhias públicas como a Companhia de Energia Elétrica do Paraná - Copel e Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, do atraso no pagamento de fornecedores e da antecipação de arrecadação do ICMS de empresas públicas.

No que se refere à venda das ações da Renault, como mencionou *MARQUES DIAS*, de fato a empresa Paraná Desenvolvimento encontra-se em processo de liquidação, como veremos mais adiante, sendo que o Estado não obteve nenhum retorno financeiro de tais ações, uma vez que não negociou nenhuma.

Em termos de arrecadação, vimos que a Renault – e outras empresas que aderiram aos incentivos fiscais – ganharam 48 meses de postergação para recolher o ICMS. A partir do quinto ano as empresas começariam a pagar o ICMS normalmente, acrescentando aí o pagamento do primeiro exercício com correção monetária. Tal postergação foi encarada pelo governo lernista como uma “poupança” a ser aproveitada pelos governos posteriores.

Mas, em setembro de 2002, o governo tomou a seguinte atitude: algumas empresas que aderiram ao programa, dentre elas a Renault, deveriam pagar apenas 25% do tributo devido, sendo que o restante só será recolhido em 2016. Só não foram postergados os 100% dos impostos devidos porque, por força de lei, 25% devem ser destinados ao Fundo de Participação dos Municípios. Segundo LOURENÇO (2003), com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal em junho de 2000, ficou inviável para o Estado cumprir com os acordos firmados. Para compensar as empresas, quadruplicou o tempo de início para recolhimento. Além disso, era necessário que o governo compensasse a não efetivação dos 40% de participação acionária na Renault, que acabou sendo de 17%. Assim, em 2001, os incentivos fiscais do *Programa Paraná Mais Empregos* foram substituídos pelo *Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná*, o

PRODEPAR, justamente para renovar os contratos, postergando para 2016 o recolhimento do ICMS.

Uma questão importante que se coloca: os incentivos fiscais poderiam ser dados à qualquer empresa interessada em se instalar no Estado, quer seja ela local ou estrangeira, como declarou o ex-prefeito Cássio Taniguchi. Mas, e as garantias ambientais, a garantia contra desequilíbrios econômicos, e possíveis investimentos da ordem de até US\$ 1,5 bilhão, seriam dadas à qualquer empresa?

4.2.2 A Paraná Desenvolvimento S.A., ou melhor, o Instituto Paraná Desenvolvimento

A empresa Paraná Desenvolvimento S.A. já fazia parte do plano de governo de Jaime Lerner e constituiu-se num dos instrumentos de execução do *Programa Paraná Mais Empregos*. Ela teria como função inicial fazer a ponte entre a iniciativa privada e o governo, em projetos considerados estratégicos para este último (PARANÁ, 1995), ou seja, a empresa buscaria investidores no mercado para participarem de projetos do Estado. O objetivo do governo era encontrar parceiros, pois alegava que o Estado não teria recursos suficientes para ampliar e melhorar a infra-estrutura sozinho.

Mas, com o nome *Paraná Desenvolvimento* acabou sendo criada uma empresa para efetivar a instalação da montadora Renault em território paranaense. Segundo o estatuto social da Paraná Desenvolvimento - sociedade anônima cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº. 11.742, de 19 de julho de 1997 - esta tinha por objeto social “a participação acionária minoritária em outras sociedades em fase de instalação ou de expansão no território paranaense, desde que necessárias à implantação de projetos de interesses para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.” (JUCEPAR, ESTATUTO SOCIAL). A constituição da empresa data de 07 de maio de 1998, tendo assinado o documento de constituição Manoel C. Garcia Cid – representante do subscritor Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, gerido pelo Banestado; Alaor Alvim Pereira –

representante da subscritora Banestado – Participação, administração e serviços⁴³; Giovani Gionédís – presidente do Conselho de Administração; Miguel Salomão, José Cid Campelo Filho, Alexandre Fontana Beltrão e Eduardo Francisco Sciarra – conselheiros de Administração.

Como observamos, a Paraná Desenvolvimento foi criada pelo governo para ajudar a resolver problemas de financiamento. Se empresas quisessem se instalar no Paraná e se defrontassem com problemas para complementar o seu capital, a Paraná Desenvolvimento se constituiria numa alternativa viável para levantar esse dinheiro, independente da origem destes novos investimentos, quer fossem nacionais ou estrangeiros.

Atualmente a Paraná Desenvolvimento está em fase de liquidação em função de processo movido pelo governador Roberto Requião. Este enviou à Assembléia Legislativa - em 2004 - uma solicitação para liquidação e extinção da Paraná Desenvolvimento e de outra empresa, a Paraná Investimentos⁴⁴.

Em relação à Paraná Desenvolvimento, os técnicos do governo Requião alegaram que os R\$ 136 milhões investidos pelo FDE na montadora francesa praticamente desapareceram. Como o Estado não acompanhou os aportes de capital feitos pela Renault, o investimento foi minguando (CUT- PR, 2004).

Assim, a tentativa do governo em montar um instrumento de fomento à industrialização através da Paraná Desenvolvimento não foi bem sucedida. Como vimos na seção 4.2.1.2, as condições negociadas entre a Renault e o Estado foram muito “leoninas”, o que inviabilizou a utilização da Paraná Desenvolvimento. Além disso, o Estado acabou não participando acionariamente em nenhuma outra empresa.

⁴³ Vale ressaltar que Alaor Alvim Pereira foi ex-assessor técnico de Câmbio e Operações Internacionais do Banestado e foi um dos vinte denunciados por crimes contra o sistema financeiro nacional no *Caso Banestado* pelo fato de ter participado de um esquema de envio ilegal de dinheiro para o exterior através das chamadas contas CC5. As fraudes ocorreram entre os anos de 1996 e 1998. Dos vinte acusados, quinze foram considerados culpados, dentre eles Alvim, que foi condenado a cinco anos de prisão, em regime semi-aberto, por gestão fraudulenta e evasão de divisas, podendo ainda recorrer da sentença (FOLHA DE LONDRINA, 17 fev. 2006).

⁴⁴ A Paraná Investimentos foi criada em 1996 para gerar recursos adicionais destinados a alavancar investimentos usando as ações de empresas públicas. A empresa restringiu-se a fazer operações com as ações da Copel, principalmente junto a BNDESPAR, a subsidiária do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que ajudou na formatação do frustrado processo de privatização da Copel.

Na verdade, a empresa que fazia parte dos planos iniciais do governo no sentido de viabilizar projetos considerados estratégicos para o governo foi criada, não como uma S.A., mas como um Instituto, o Instituto Paraná Desenvolvimento – IPD. As duras críticas e questionamentos, realizados principalmente por parte da oposição na Assembléia Legislativa, formada pelo PMDB e PT, a respeito da criação de uma empresa privada para encontrar parceiros para o governo, cumprindo uma função que seria da própria Secretaria da Indústria e Comércio, fez com que o governo Lerner e organizadores do IPD voltassem atrás na idéia de criar uma S/A e acabassem criando a instituição sob a forma de Instituto, disfarçando dessa maneira os interesses corporativos dos empresários que seriam os membros associados do instituto.

Fazendo nossas as indagações da oposição na Assembléia Legislativa: por que se criar uma empresa privada, formada por empresários, para buscar novos investimentos e parcerias para o Estado se esta é uma função da Secretaria da Indústria e Comércio? Por que delegar uma função estatal à um grupo privado, principalmente se tal grupo é formado por empresários? Por que então, por exemplo, não se contratou algum serviço de consultoria em instituições especializadas ou não se utilizou a estrutura do IPARDES?

Segunda LIMA (2003),

o governo aprofundou o processo de venda de estatais de energia elétrica e água, bem como, do banco do Estado – Banestado. Estas mudanças alteraram substancialmente a função do Estado, no Paraná. A capacidade de investimento foi quase anulada sendo repassada a empresas terceirizadas a função de fomento, numa clara guinada para o Estado mínimo. É interessante destacar que a estrutura administrativa e técnica foi mantida paralelamente ao surgimento das instituições não-governamentais: Paraná Educação e Secretaria de Estado da Educação, Paraná Tecnologia e Secretaria de Ciência e Tecnologia, etc., onerando portanto duplamente os cofres públicos que tinham que arcar com os salários dos funcionários e estrutura física e ainda remunerar os serviços da empresa criada e contratada.

Talvez ironicamente o liberalismo aplicado por esse governo possa ser denominado de “liberalismo invertido” pois os cofres públicos foram duplamente exigidos.

No caso da PARANÁEDUCAÇÃO, por exemplo, a oposição na Assembléia Legislativa bem que tentou barrar a aprovação da proposta enviada pelo Executivo, mas pelo fato de ser minoria viu a proposta ser aprovada por 36 votos a favor e 13 contra. Em pronunciamento na Assembléia (Anais da Assembléia, 15 dez. 1997, p. 47-48), o deputado Luiz Cláudio Romanelli alegava que a empresa se configuraria numa entidade vinculada administrativamente ao Estado e, portanto, deveria ser

enquadrada no regime de administração pública, tendo funcionários contratados via concurso público e estando sujeita a realizar licitações para fazer compras e fazer contratações. Assim, para o deputado, a PARANÁEDUCAÇÃO, não poderia se constituir numa empresa privada. Nesta mesma oportunidade, Romanelli lembra da constituição de outra empresa nestes mesmos termos, a Universidade Livre do Esporte do Paraná. Tal empresa foi criada como uma sociedade civil sem fins lucrativos, sem autorização da Assembléia Legislativa, e constituída pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, pelas Secretarias de Educação e de Esportes, pela prefeitura de Curitiba, Copel, Banco Real, pelo sistema FIEP/SESI/SENAI, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, Universidade Tuiuti e pelo Grupo Positivo que, segundo o deputado, seria o maior destinatário das verbas da educação com a aprovação da criação da PARANÁEDUCAÇÃO (Anais da Assembléia, 15 dez. 1997, p. 48).

4.2.2.1 A constituição do Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD

A criação da Paraná Desenvolvimento, que mais tarde acabou sendo criada como IPD, foi anunciada pelo governador Jaime Lerner em 10 de março de 1995. A idéia básica era constituir a empresa com 100% de capital privado, com no máximo 10% de ações para cada participante.

A principal tarefa da Paraná Desenvolvimento seria encontrar empresas parceiras interessadas em financiar projetos do governo. O programa da Costa Oeste – exploração turística da orla do Lago de Itaipu - seria um exemplo, segundo o governo, de um projeto que deveria contar com um aporte de capital externo em função da grande dimensão da obra (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 14-15 jun. 1995, p. B3).

O então secretário da Indústria e Comércio, Kalil Cury Filho foi convidado para ser o diretor executivo da empresa e Karlos Rischbieter seria o presidente. É importante destacar que Rischbieter constituiu-se na figura central na constituição da empresa e o principal interlocutor entre os empresários e o governador Jaime Lerner.

Antes de sair da secretaria, Kalil concedeu uma entrevista à imprensa para explicar o papel da Paraná Desenvolvimento. Essa preocupação em esclarecer a atuação da empresa se deveu à forte reação da oposição na Assembléia Legislativa que não entendia o porquê da constituição de uma empresa privada, a ser formada por empresários, para cuidar de assuntos que seriam de responsabilidade da Secretaria de Indústria e Comércio. Kalil afirmou que a Paraná Desenvolvimento iria complementar “o governo na busca de investidores nacionais, internacionais e até do próprio Paraná” e que “nada impede que a iniciativa privada conclua que as propostas desenvolvimentistas do governo não são boas, e partam para outras fora das pretensões do Palácio Iguazu” (GAZETA DO POVO, 22 de junho de 1995, p. 7).

Já o secretário Cássio Taniguchi, que iria assumir a Secretaria de Indústria e Comércio interinamente em função da saída de Kalil, foi convocado pela Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre a empresa, o que pode ser considerada uma derrota dos governistas, pois a oposição conseguiu aprovar a convocação. O autor do pedido foi o deputado Luiz Cláudio Romanelli do PMDB.⁴⁵

É importante destacar que na concepção do governo a Paraná Desenvolvimento não seria um órgão de fomento, assim como foi a CODEPAR ou o BADEP. Kalil Cury afirmou que a empresa era de capital privado e não teria como o governo, do setor público, estar envolvido. Também afirmou que não poderia “negar que o governador Jaime Lerner sugeriu e estimulou a criação da Paraná Desenvolvimento, mas não há nenhuma ligação entre o governo e a empresa a não ser a adesão da iniciativa privada ao mesmo projeto do governo”. Kalil também afirmou que não haveria nenhuma interferência da empresa na ação do governo.

⁴⁵ Essa foi uma das poucas ocasiões em que a oposição conseguiu barrar uma proposta do executivo. Analisando os anais de votação dos programas estudados neste trabalho, a oposição sempre se colocava, fazia contestações, mas na hora da votação, como era em número bem menor que a bancada governista, acabava por ser vencida. A título de informação, dos 55 deputados que iniciaram a legislatura 1995-1998, doze eram do PMDB e cinco do PT, totalizando 17 deputados. O restante – 38 – na sua maioria votava com o governo. No decorrer da legislatura, o PMDB ainda teve problemas com dissidências, e viu alguns de seus deputados migrarem para partidos aliados ao governo, como por exemplo, Ricardo Chab, que foi para o PSDB. Os deputados dissidentes alegavam ser necessário estarem mais próximos do governo para resolver problemas das suas regiões de origem (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 28 ago. 1995, p. A5). Dos membros da oposição que se destacaram fazendo pronunciamentos nas votações dos projetos podemos citar Luiz Cláudio Romanelli, Caíto Quintana e Orlando Pessuti do PMDB. Do PT, aparecem Dr. Rosinha, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Irineu Colombo. Do lado do governo, um dos grandes defensores dos projetos enviados pelo executivo era Valdir Rossoni, na época do PDT. No início da legislatura seguinte (1999 – 2002), a situação ficou ainda pior para a oposição, pois somando-se os deputados do PMDB que eram 7, com os do PT, que eram 4, tinha-se um total de 11 deputados eleitos.

Embora as propostas fossem do governo, quem teria que investir comercialmente nos negócios, em hotéis, marinas, no turismo, por exemplo, seria a iniciativa privada.

Kalil também informou que havia várias empresas interessadas em participar da Paraná Desenvolvimento, entre elas a Volvo e outras grandes da CIC. Também confirmou que partiu de Sérgio Prosdócimo⁴⁶ o convite para que ele ingressasse na empresa (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 22 jun. 1995, B3).

Podemos perceber que o grupo formado no final dos anos 60 e início dos anos 70 e que encabeçou o projeto CIC voltava a ocupar postos importantes na administração pública e direcionava os gastos públicos de acordo com os interesses do empresariado (Karlos Rischbieter, Cássio Taniguchi, Volvo, entre outros).

Pouco tempo depois, Kalil deixa o governo e entra na Paraná Desenvolvimento. Porém, poucas semanas depois, alegando problemas pessoais, deixa a empresa e é substituído pelo empresário Ricardo Almeida.

Ricardo Almeida lembrou que a Paraná Desenvolvimento nascia cercada de pessoas experientes, que desde os anos 60, no governo Ney Braga, têm se preocupado em fomentar o desenvolvimento paranaense. Ele estava se referindo à Karlos Rischbieter, Alex Beltrão e Saul Raiz, segundo ele, os principais colaboradores na concepção e organização da empresa⁴⁷ (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 28 de ago. 1995, p. A5).

Em setembro de 95, Rischbieter afirmou que a pressa na criação da empresa acabou contribuindo para gerar dúvidas quanto às suas funções. Na verdade, não ficou bem para o governo de Lerner propor em seu programa de governo a constituição de uma empresa particular, formada por empresários, para ajudar na gestão de assuntos públicos. Até que ponto iria a participação do empresariado na elaboração de políticas e quão beneficiados seriam?

Tentando encontrar explicações, Rischbieter afirmou que “se a Paraná Desenvolvimento elaborar o projeto de viabilidade não tem como cobrar do Governo Estadual. Além do mais, não se deve esquecer que qualquer iniciativa do Governo não pode ser executada sem a prévia licitação. ” (INDUSTRIA E COMÉRCIO, 1-3

⁴⁶ Sérgio Prosdócimo era o dono da empresa Refrigerações Paraná S.A., fabricante de produtos de linha branca e que mais tarde seria adquirida pela Electrolux.

⁴⁷ Como já mencionamos, Rischbieter foi presidente da CODEPAR/BADEP; Alex Beltrão foi secretário de Estado de Ney Braga e criador do FDE; Saul Raiz foi prefeito de Curitiba e também secretário no governo Ney Braga.

set. 1995, p. A13). Também ficou decidido que a empresa não seria mais uma S.A., mas sim, um instituto sem fins lucrativos.

Em declaração à imprensa, já no mês de dezembro de 1995, Ricardo Almeida anunciou que o estatuto da empresa estava sendo elaborado por vários empresários entre os quais se destacava o presidente da FIEP, José Carlos Gomes de Carvalho, o presidente da Associação Comercial do Paraná - ACP, Eduardo Guy de Manoel e o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette. Além de Ricardo Almeida e Rischbieter, estava confirmado na Paraná Desenvolvimento Carlos Gloger, ex-diretor do BRDE, que ocuparia o cargo de diretor financeiro (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 07 dez. 1995, p. A9).

A cerimônia de abertura do Instituto Paraná Desenvolvimento só veio a acontecer em março de 1996, um ano após o seu anúncio pelo governador Jaime Lerner. Este participou da cerimônia de abertura da assembléia que constituiu o instituto. Entre os projetos do governo dos quais os empresários fariam parte foram destacados o da Costa Oeste, de um Centro de Negócios em Londrina e um projeto no litoral (GAZETA DO POVO, 29 mar. 1996, p. 3).

Durante a cerimônia, Lerner destacou que o engajamento do setor privado nos projetos do governo seria fundamental para o desenvolvimento do Paraná. Já Rischbieter declarou que a criação da empresa era uma antiga idéia do então prefeito Jaime Lerner: “ele queria que os empresários se unissem para estudar as oportunidades de investimento para o Paraná. E finalmente depois de tanto tempo e de várias discussões, o instituto vira uma realidade” (GAZETA DO POVO, 29 mar. 1996).

O IPD “é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada por empresários paranaenses em 29 de março de 1996, declarada de utilidade pública pela Lei 11.828, em 12 de setembro de 1997” (IPD, 2006). O Instituto teve como primeiro presidente do Conselho de Investimentos Karlos Rischbieter. Além de Rischbieter, o Conselho era composto de outras personalidades do meio empresarial: Fernando Garcia Cid (Viação Garcia), André Zacharow (BRDE), João Elísio Ferraz de Campos (Bamerindus Seguros), Alfredo Felipe da Luz Sobrinho (Frigobrás – Sadia), Antonio Carlos Romanoski (Refripar), Ágide Meneguette (Usina de Açúcar Santa Terezinha), Sérgio Coimbra (Companhia Cacique de Café) e Saul Raiz (Umuarama) (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO...).

Em relação ao seu capital inicial, a empresa contou com R\$ 6 milhões, composto por 1200 quotas de participação no valor de R\$ 5000,00 cada uma, tendo dez empresas fundadoras e previsão de ampliação para pelo menos cem sócios. Conforme a ata da Assembléia de Constituição, as empresas fundadoras do IPD foram: Franka Administração e Participação Ltda., representada por Karlos Rischbieter; Viação Garcia Ltda., representada por Fernando Campinha Garcia Cid; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) representado por André Zacharow; Bamerindus Seguros representada por João Elísio Ferraz de Campos; Frigobrás – Companhia Brasileira de Frigoríficos, representada por Pedrinho Antonio Furlan; Refrigeração Paraná, representada por Antonio Carlos Romanoski; Usina de Açúcar Santa Terezinha, representada por Ágide Meneguette; Companhia Cacique de Café, representada, por Sérgio Coimbra; Umuarama Administração de Bens e Participações, representada por Saul Raiz; e Companhia de Cimento Portland Rio Branco, representada por Luiz Vilar de Carvalho.

Analisando atas posteriores, encontramos novos associados como a Irmãos Thá S.A. (representada por Alberto Veiga Filho), Rádio Independência Ltda. (representada por Leonardo Petrelli Neto), Til Transportes Coletivos Ltda. (representada por Fernando Lopes Kireeff), Trombini Papel e Embalagens S.A (representada por Renato Alcides Trombini), Incepa Indústria Cerâmica do Paraná (representada por Augusto da Costa Ávila), Ibema Cia. Brasileira de Papel (representada por Rui Gerson Brandt), Jabur Pneus (representada por João Ibrahim Jabur), Televisão Bandeirantes do Paraná (representado por Adherbal Fortes de Sá Júnior), Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR (representado por Afonso Celso Koehler de Camargo), Sul América Terr. Marit. e Acidentes (representado por José Antonio Santa Ritta Rocha), Paulo Afonso Sciarra, Virgílio Moreira Filho, Aldo de Almeida Júnior, Formato Construções Ltda. (representada por Roberto A. Trauczynski), Nutrimental S.A. (representada por Rodrigo Costa da Rocha Loures), entre outros.

O IPD continua funcionando até hoje e tem sede em Curitiba. O presidente atual do IPD é o também presidente da FIEP, Rodrigo Costa da Rocha Loures. Virgílio Moreira Filho é o presidente do Conselho de Investimentos e o Secretário de Desenvolvimento é Carlos Alberto Del Claro Gloger (IPD, 2005). Este último se encontra no Instituto desde a sua fundação.

Destacamos também que ao entramos em contato com o IPD, encontramos muitas dificuldades em levantar dados referentes ao seu período de constituição. A informação que nos foi dada é que o IPD nunca teve nenhuma ligação com o governo Lerner, apenas foi criado durante seu mandato. Em relação à alguns programas citados anteriormente, como o da Costa Oeste, este teria sido gerenciado pela ECOPARANÁ, uma empresa privada, sem fins lucrativos, ligada à Secretaria Estadual de Turismo.

O único programa mencionado na época que seria realizado pelo IPD e que se encontra relacionado no site da empresa na Internet é o projeto de um Centro Regional de Negócios, que foi construído em Araçongas. Foi utilizado um armazém do antigo Instituto Brasileiro do Café – IBC para implantação da primeira unidade do programa. Nesta unidade, de 70 mil m², estariam funcionando 25 indústrias de pequeno e médio porte, com possibilidade de serem auxiliadas por órgãos como o BRDE, o Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, entidades de classe, entre outras.

Além disso, o instituto promove cursos e palestras em parceria com outras instituições como a Federação das Indústrias do Paraná – FIEP e desenvolve uma série de projetos como a Academia Paranaense de Doutores para o desenvolvimento (congregação de doutores que atuam no Paraná, permitindo que o seu conhecimento aliado à atividade empresarial, possa gerar desenvolvimento em benefício do Paraná e do Brasil), revitalização de empresas paranaenses (mecanismos que atenderiam empresas em dificuldade e a formação de clusters), Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba - ORBIS-MC (o objetivo é criar uma rede de observação na RMC de Curitiba que possa fornecer dados e informações que dêem respostas às demandas da população) (IPD, 2006).

Dos projetos de cooperação firmados entre o Estado e o IPD, encontramos dois termos de cooperação firmados entre o instituto e o Banestado. Um dos acordos se refere à implantação de um programa denominado de Programa de Revitalização da Empresa Paranaense, onde o Estado deveria repassar ao IPD R\$ 880.000,00 em parcelas e datas previamente estabelecidas. O outro termo de cooperação se refere à implantação do projeto do Centro Regional de Negócios,

este no valor de R\$ 1.000.000,00, também parcelado e com prazos estabelecidos. O interessante é que na época (outubro de 1997), Garcia Cid e Aldo Almeida Júnior, então secretário do IPD e membro do Conselho Superior do instituto respectivamente, eram ao mesmo tempo, diretor presidente e diretor vice-presidente executivo do Banestado.⁴⁸ Deixando muito claro a relação muito próxima entre membros do instituto e importantes cargos governamentais.

4.2.3 AS CÂMARAS SETORIAIS

MARQUES DIAS (2006) mencionou em seu depoimento que as Câmaras Setoriais criadas pelo governo do Estado constituíram-se numa tentativa de fazer algo similar ao que aconteceu a nível federal. Assim, torna-se importante, num primeiro momento, abordar o que foram as Câmaras Setoriais, quais foram instituídas e qual a sua importância na proposição de uma nova relação entre Estado, capital e trabalho.

4.2.3.1 As Câmaras Setoriais no Brasil

As Câmaras Setoriais federais foram um espaço de negociação tripartite, do qual faziam parte, através de representantes, Estado, capital e trabalho. O objetivo destas Câmaras era a discussão de problemas setoriais e proposição de medidas para superação destes problemas, bem como a elaboração de políticas para melhorar a performance e a competitividade do setor⁴⁹.

⁴⁸ A esse respeito ver os Termos de Cooperação Técnica assinados entre o IPD e o Banestado (out. 1997) e as Atas das Reuniões do Conselho de Investimento e das reuniões das Assembléias Gerais Ordinárias (1996-2005).

⁴⁹ Foram criadas várias câmaras setoriais: agroindústria, automotiva, bens de capital, biotecnologia, borracha, brinquedos, celulose, papel e gráfica, comércio e distribuição, complexo eletrônico, couro, calçados e afins, eletrodomésticos, farmacêutica, higiene, limpeza e cosmética, indústria da construção, informática, imagem e som, jóias, livros, indústria de materiais de construção, metais não ferrosos, mobiliário, odonto-médico-hospitalar, química de base, química fina, siderúrgica, têxtil e confecções, *tradings*, transporte aéreo, turismo. Extraído de DINIZ, 1999.

No final de 1991 é criada a Câmara do setor automotivo que, em função da sua importância econômica e estratégica, foi a que acabou centralizando as atenções. Além disso, o setor passava por uma grave crise. Com a abertura econômica promovida pelo governo Collor, a indústria automobilística estava perdendo em termos de competitividade para montadoras internacionais, sendo que a produção brasileira de automóveis estava em franco declínio.

Segundo ARBIX (1996),

Esse movimento, ainda que permeado por tensões e antagonismos, atingiu um razoável grau de eficácia econômica e política e impulsionou, de modo decisivo, a recuperação da indústria, imersa em profunda crise...

(...)

A busca do consenso no interior da câmara e, particularmente, a celebração de dois amplos acordos sinalizavam alterações de qualidade no comportamento de empresários, trabalhadores e agências estatais envolvidas. Não se tratava mais de uma comissão *ad hoc*, muito menos de um pacto social de “unidade das forças vivas da nação”, como era hábito se anunciar em tempos difíceis. Mas sim de uma negociação intermediária, que se desenvolvia no interior de uma estrutura legalmente constituída e que se definia pela busca de uma política setorial de curto, médio e longo prazo. A ausência de voto na câmara estimulou a decisão consensual. E a relativa transparência das negociações permitiu o livre acesso da imprensa, com repercussões de toda a sociedade.

Cabe aqui ressaltar os acordos mencionados por ARBIX. Primeiramente, no que se refere ao primeiro acordo firmado em Brasília entre os dias 25 e 26 de março de 1992, podemos destacar como pontos principais decididos: a redução de 22% nos preços dos automóveis e veículos comerciais leves; manutenção do nível de emprego e correção mensal dos salários; relançamento dos consórcios; redefinição dos mecanismos de financiamento para caminhões, ônibus e tratores; prorrogação de data-base, criação de um grupo específico para discutir um contrato coletivo de trabalho para o setor, entre outros itens. Segundo ARBIX (1996), “o jogo de pressões e contra-pressões que se estabeleceu na câmara obteve resultados positivos: as vendas, as exportações e a produção aumentaram, os preços baixaram, o nível de emprego do setor foi mantido, os salários protegidos e a arrecadação de impostos só acusaria queda em 1994.”

Em relação ao segundo acordo, que foi assinado pelo presidente Itamar Franco em 15 de fevereiro de 1993, após o impeachment de Collor, propunha alguns compromissos entre os quais podemos destacar: metas fixadas para a produção de veículos que partia de 1,20 milhão em 1993 e chegaria a 2 milhões em 2000;

investimento de 20 bilhões de dólares na cadeia produtiva neste mesmo período; redução de impostos; ampliação do tempo de duração dos consórcios; redução de até 10% no preço dos veículos; convenção coletiva de trabalho na qual havia o compromisso do reajuste salarial mensal com base na inflação, manutenção de emprego e aumento real dos salários, entre outros compromissos.

Em 1994 a câmara automotiva foi perdendo a sua força. Para ARBIX (1996) isso se deve à dificuldade de pensamento estratégico da elite brasileira: "lamentavelmente, o imediato continua exercendo grande fascínio sobre governo, trabalhadores e empresários brasileiros."

Na visão de ARBIX houve um descaso por parte do governo em relação à câmara, uma vez que em 1994 teríamos eleições presidenciais e não se imaginava o que a próxima equipe econômica faria com a câmara. Além disso, os empresários estavam mais preocupados com mercado e com desavenças entre si, no caso entre a ANFAVEA e a Fiat, pois esta última sempre olhou com ressalvas a criação da câmara. Assim, segundo ARBIX, os únicos que estavam dispostos a não desistir da câmara eram os trabalhadores que a julgavam um mecanismo eficaz de participação e decisão para estabelecer políticas para o setor.

É importante lembrar que a constituição e funcionamento das câmaras, principalmente a automotiva, suscitou uma série de discussões a respeito da validade destas enquanto espaço institucional de articulação de interesses e de formulação de políticas. Alguns, acreditavam que as câmaras significaram uma ruptura em relação ao corporativismo autoritário do período Vargas. Para outros, as câmaras significavam o predomínio de um sistema corporativista de se formular a política industrial⁵⁰.

Para DINIZ (1999), é necessário superar esta dicotomia para se fazer uma análise real do significado das câmaras e dar destaque à sua dimensão política:

(...) não há dúvida de que, enquanto instância de negociação tripartite, as câmaras podem ser utilizadas como um poderoso instrumento de implementação de políticas setoriais, contribuindo para eliminar um dos gargalos das políticas públicas no Brasil, que consiste no hiato entre a formulação e a implementação. A falta de sustentação política frequentemente inviabiliza a fase de implementação, dadas as resistências de grupos estratégicos e o poder de veto de alguns segmentos, o que torna muitas vezes inócuas decisões tecnicamente bem-concebidas.

⁵⁰ A respeito desta discussão ver ARBIX (1996) e DINIZ (1999, capítulo 4).

Assim, as câmaras podem desempenhar uma função importante, mas não ocupar, no âmbito da formulação de políticas, um lugar que é do Estado, ou exercer uma prerrogativa que deve ser do Estado.

(...)

Caberia, portanto, ao Estado garantir a coerência da política industrial e sua adequação à política econômica mais geral.

Além disso, ela ressalta que a garantia da soberania do interesse público não decorre somente da existência de uma negociação tripartite. Decorre sim, de um Estado capaz de “agir e fazer valer suas decisões.” (DINIZ, 1999).

4.2.3.2 As Câmaras Setoriais no governo Jaime Lerner

No caso das câmaras setoriais paranaenses houve dificuldades no processo de reconstrução de sua trajetória ao longo do governo Jaime Lerner. Não tivemos acesso aos documentos referentes às reuniões realizadas para obter mais detalhes a respeito das questões discutidas, das decisões tomadas e dos resultados alcançados. *MARQUES DIAS (2006)*, por exemplo, confirma a implantação de várias Câmaras Setoriais, mas indagado se havia alguma documentação referente aos encontros ou reuniões realizadas respondeu: “Documentação deve ter, mas o Estado é ausente nisso aí, não tem memória das coisas... (...) É, se perde, e quando tem muita mudança de governo, cada um quer por sua marca. Ao invés de pegar “Câmaras Setoriais” e continuar, já corta e inventa outra coisa parecida, ou dá outro nome. É o governo...”

Em função desta dificuldade e de outras, como não conseguir ouvir o principal responsável por esta parte do programa, Telmo Bradash, fomos buscar informações em documentos como as *Mensagens enviadas pelo Executivo à Assembléia Legislativa* e matérias publicadas na imprensa. Já a Secretaria da Indústria e Comércio do governo atual (Roberto Requião, 2003 – 2006) também alega não ter nenhuma informação referente ao período Lerner.

Apesar de todas as dificuldades, resolvemos manter esta seção no trabalho com o objetivo de fazer um registro histórico da existência de Câmaras Setoriais no Paraná e despertar, quem sabe, no futuro, o interesse pelo aprofundamento de sua pesquisa.

Entre os anos de 1995 e 2001 aconteceram várias reuniões das Câmaras Setoriais. O problema é que essas reuniões são apenas citadas, sem que haja um maior aprofundamento dos assuntos tratados em cada uma delas (MENSAGENS ENVIADAS PELO GOVERNO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1995 -2001)

Em 1995, primeiro ano do governo Jaime Lerner, foram realizadas reuniões nos setores têxtil, da madeira, turismo, mineral e agroindústria de alimentos. Em 1997 consta a realização de quatorze reuniões nos segmentos mineral, da madeira e metalmeccânica para discussão da legislação mineral, do financiamento de reflorestamentos e adequação do parque metalmeccânico do Paraná respectivamente. Em 1998 é relatada a realização de três reuniões no setor mineral, mas sem maiores detalhes. Além das já mencionadas anteriormente, aparece em 2000 também a eletroeletrônica. Um dos assuntos tratados foi a capacitação de empresas paranaenses como fornecedoras de segunda camada para o Pólo Automotivo do Estado.

Na mensagem de 2001 foram mencionados alguns assuntos abordados pelas Câmaras: plano estratégico da indústria do vestuário; Programa Paraná Eletromotivo (eletroeletrônica e telecomunicações); Fórum Competitividade da Madeira; Programa Paraná Automotivo.

Segundo o jornal Indústria e Comércio (1995, 05 jul., p. 3), o governo estadual lançou as Câmaras Setoriais no dia 20 de fevereiro de 1995 com a implantação de Câmaras nos setores têxtil e madeireiro. Cada Câmara contaria com a participação de até 25 pessoas e de até 12 pessoas em cada grupo de trabalho. Estes grupos de trabalho eram responsáveis, cada um, por realizar o levantamento de informações sobre o setor e propor projetos para serem posteriormente discutidos pela Câmara. Estas, só se reuniam novamente quando os grupos chegassem à alguma conclusão, sem datas ou períodos pré-fixados.

Apesar de Marques Dias ter participado também da implantação de algumas Câmaras, quem efetivamente as coordenava era Telmo Bradash, indicado para essa função pelo próprio Marques Dias, pois segundo este, Bradash já tinha avançado um pouco na definição de prioridades para serem discutidas setorialmente. Pouco tempo depois disso, Marques Dias saiu da Secretaria de Indústria e Comércio e não soube dizer quais foram os resultados efetivos das Câmaras Setoriais. Mas, pelo que pôde perceber, parece não ter acontecido muita coisa: *“Não sei o que*

aconteceu. Mas, pelo que a gente pode ver não aconteceu nada. A idéia era que essas Câmaras Setoriais tivessem um representante da Secretaria da Fazenda para discutir alguns aspectos de tributação, ICMS, facilidades, entendeu? Mas, não andou. Dependia muito de políticas federais, então...” (MARQUES DIAS, 2006).

Na opinião de Marques Dias, as Câmaras Setoriais federais tinham mais força, mais expressividade em função de terem instrumentos de política com maior poder de alcance, ou seja, os resultados chegavam mais rapidamente aos setores envolvidos. Com a negociação acontecendo a nível federal, há autonomia para tomar as decisões, ao contrário do que ocorre na esfera estadual, quando as decisões na maioria das vezes esbarram em leis federais. No caso do Paraná, as Câmaras serviram para realizar programas de treinamento, para sugerir algumas políticas de modernização setoriais, etc.:

Na verdade não havia outros instrumentos de política industrial como têm o governo federal como no caso da política industrial, tributária e exportação, quando ele pode mexer em um, mexer em outro e a empresa vê o efeito rapidamente dessa atuação. Nós não tínhamos isso. Era mais no sentido de aproximar o governo da iniciativa privada e daí procurarem um denominador comum de ações a nível estadual, algo que pudesse ser feito. (MARQUES DIAS, 2006)

TANIGUCHI (2006) também analisa o papel das câmaras no sentido de colaborarem para o desenvolvimento das cadeias produtivas no Estado. Além disso, segundo ele, as Câmaras foram criadas para estimular e atrair investidores e, tinham, também, a função de desconcentrar o PIB paranaense.

Percebemos, portanto, que as câmaras setoriais paranaenses tentaram utilizar um instrumento que já havia sido aplicado no plano federal no setor automotivo com relativo sucesso, mas que no caso do Estado tinham um quesito diferenciador: a tentativa de regionalização de investimentos, desenvolvendo atividades econômicas no interior do Paraná. Porém, o governo Lerner se mostrou incapaz de transformar essa idéia em realidade, segundo o depoimento de MARQUES DIAS.

Em virtude da fragilidade do acesso às informações referentes às câmaras setoriais paranaenses qualquer análise seria superficial ou deixaria lacunas fundamentais. Nesse sentido, um estudo mais crítico e profundo das câmaras ainda demandará uma busca mais persistente às fontes e aos principais atores envolvidos.

4.2.4 As Concessões e Privatizações

Outro instrumento de execução do Programa eram as *Concessões e as Privatizações*. Conforme já mencionamos, na visão do governo as privatizações e as concessões de serviços antes executados pelo Estado para a iniciativa privada seriam importantes para a modernização da infra-estrutura do Estado e para alavancar recursos para aplicação em outros programas do governo. Além disso, alegava-se que estava cada vez mais difícil para as empresas estatais competirem com as concorrentes privadas.

Antes de adentrarmos nos acontecimentos que delinearam a implantação destes mecanismos na gestão leonista, cabe antes uma rápida retrospectiva acerca da hegemonia, na década de 90, das idéias liberais no país e que influenciaram várias subunidades nacionais - inclusive o Paraná - bem como o governo federal, a priorizar a adoção de medidas desestatizantes.

A partir dos anos 90 o Brasil adotou um modelo diferente daquele utilizado entre as décadas de 30 e 70, pois segundo POCHMANN (2001), ao invés “da defesa da produção e do emprego nacional, privilegia-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional à economia mundial”. Assim sendo, para ganhar competitividade, o papel do Estado foi revisto nesta década, quando várias empresas foram privatizadas, outras foram concedidas à iniciativa privada, e outros segmentos estatais terceirizados ou reformulados.

No período compreendido entre os anos 30 e 70 o padrão de intervenção estatal se caracterizou pelo abandono do liberalismo reinante até a década de 20. A partir dos anos 30 é forte a presença do Estado como condutor do desenvolvimento econômico. Assim sendo, dentro de uma forte visão nacionalista, o Estado passa a atuar diretamente no processo de acumulação capitalista, suprimindo as deficiências apresentadas pelos setores privados no que se refere à produção e tecnologia. Nesta época são criadas no Brasil várias empresas públicas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1942), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), o BNDES (1952), a Petrobrás (1954), entre outras. Além disso, foram criados novos quadros e áreas na administração estatal para viabilizar este novo padrão de intervenção estatal.

Com a implantação do Plano de Metas no governo JK, ganha força um novo arranjo de forças, desta vez não só ancorado no Estado e no capital privado nacional, mas também com a participação do capital privado internacional. Mais uma vez o objetivo do Estado era o de preencher as lacunas ainda deixadas pelo setor privado, agora internacionalizando a industrialização.

Já no período em que o Brasil esteve sob ditadura militar, entre 1964 e 1985, houve a expansão das empresas estatais e a proteção de grande parcela da indústria nacional, revertendo, portanto, um cenário de desnacionalização que havia se instalado no governo JK (DINIZ, 1978).

Apesar da proteção de parte dos interesses nacionais, o governo autoritário acabou por adotar um processo de formulação de políticas públicas centralizado na burocracia estatal, com forte influência das grandes empresas públicas, “o que trouxe, por consequência, o deslocamento de parte dos interesses do setor privado nacional.” (POCHMANN, 2001). Assim, começa a se delinear uma insatisfação em relação ao autoritarismo e a crescente estatização econômica.

Nos anos 80, em função da grande crise econômica pela qual o país passava, especialmente em relação às altas taxas de inflação e o problema da dívida externa, a atuação do Estado brasileiro, fortemente interventor na economia, passa a ser questionado, bem como o regime autoritário que o conduziu. Como consequência de tal visão, o final dos anos 80 e os anos 90 são marcados pela alteração no perfil estatizante e de intervenção econômica e a instauração de um novo modelo econômico.

Segundo POCHMANN (2001), a ênfase na alteração do papel do Estado a partir de 1990 foi provocada pelo “avanço hegemônico da ideologia neoliberal, a partir da difusão da concepção de que o aparato estatal impunha obstáculos à inovação tecnológica, sendo ineficiente na alocação dos recursos da economia e na promoção da redução do déficit fiscal.”

Esse processo de desestatização substancial teve início, mais precisamente, em 1990 com a aprovação - pelo Congresso Nacional - do Programa Nacional de Desestatização – PND proposto pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2002), podemos distinguir dois momentos diferentes de privatização na década de 90. Num primeiro período, entre os anos de 1990 e 1994, a privatização

ficou mais concentrada nos sistema estatal produtivo, especificamente em setores estratégicos, ou seja, empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. O governo federal privatizou 33 empresas, sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petrobrás Química S.A. - Petroquisa e a Petrobrás Fertilizantes S.A. - Petrofértil. Foram realizados ainda oito leilões de participações minoritárias.

A partir de 95, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, há uma alteração de perfil, sendo que o foco das privatizações acaba se voltando para os serviços públicos contemplando os setores elétrico, financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos e telecomunicações. A participação do capital estrangeiro no período 1995-2002 atingiu 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas no Brasil. As empresas nacionais responderam por 26% da receita, sendo 7% de entidades do setor financeiro nacional, 8% de pessoas físicas e 6% de entidades de previdência privada (BNDES, 2002).

No Paraná, é neste último período, durante o governo Jaime Lerner, que tem início um programa efetivo de privatizações e de concessões. No que se refere às privatizações, são desestatizados o BANESTADO, o Banco do Estado do Paraná, e a TELEPAR – Telecomunicações do Paraná. Outra tentativa feita pelo governo lernista foi a de privatizar a Companhia de Energia Elétrica do Paraná, a COPEL, mas em função da grande mobilização popular contrária à privatização, a tentativa constituiu-se em derrota para o governo. Em relação à política de concessões, a administração de várias estradas foi concedida à iniciativa privada, bem como a administração da Ferroeste, Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.

Nesse sentido o governo de Jaime Lerner notabilizou-se, assim como outros governos estaduais pelas inúmeras privatizações, muitas delas contestadas politicamente e judicialmente até hoje.

4.2.4.1 As concessões

Em 1995 começaram as negociações entre o governo federal e os secretários estaduais de transporte de todo o Brasil para a estadualização de rodovias federais.

O objetivo era estadualizar as rodovias e depois entregá-las à iniciativa privada para que esta fizesse a manutenção, duplicação, melhorias, etc. em troca da cobrança de pedágio. Inclusive, o secretário paranaense dos Transportes, Deni Schwartz, foi eleito, em junho desse mesmo ano, presidente do Fórum dos Secretários Estaduais de Transporte, entidade responsável em negociar diretamente a questão com o governo federal.

A prioridade do governo paranaense naquela época era estadualizar principalmente as estradas que formavam o *anel de integração*, ligando as cidades de Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Guarapuava. Além destas estradas, o governo também estava brigando pela estadualização da BR 277 – entre Foz do Iguaçu e Paranaguá – que também faz parte do *anel de integração*, mas que não estava nos planos do governo federal permitir a sua estadualização por considerá-la de interesse internacional (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 30 jun. – 02 jul. 1995, p. B3).

É importante lembrar que o chamado *anel de integração* já existia, ou seja, eram estradas que haviam sido construídas em governos anteriores. O que o governo lernista fez foi entregá-lo à iniciativa privada. Com tal jogada de marketing, criou-se a impressão na sociedade paranaense de que haveria realmente a construção de novas estradas ou de um novo caminho ligando as principais regiões produtoras do estado. Tal propaganda obteve sucesso até o momento em que a população passou a enfrentar a realidade das estradas pedagiadas, com tarifas altas e sem a existência de alternativas de passagem. A reação aos pedágios no Paraná após alguns anos foi intensa, sendo inclusive mote de campanha dos adversários na eleição para governador em 2002.

Segundo o governo, “a opção pela modalidade de Concessão das Rodovias, visou prioritariamente alavancar recursos junto a iniciativa privada para lograr a recuperação e expansão da infraestrutura de transporte do Estado, de outra maneira não disponíveis, para isso se moldando em programas similares do Governo Federal” (DER, [?]). O governo justificava a utilização de tais mecanismos alegando que, com as rodovias em boas condições, ficaria mais fácil atrair investimentos para o Paraná, interiorizar o crescimento e gerar mais empregos. Além disso, segundo a perspectiva do governo, os orçamentos federal e estadual não eram suficientes para garantir a qualidade das estradas.

A lei complementar nº 76 que autorizou as concessões no Estado do Paraná foi votada pela Assembléia Legislativa em 20 de dezembro de 1995, tendo sido aprovada por 43 votos a 5. O tema das concessões, quando da sua votação em plenário pela Assembléia Legislativa, foi pouco debatido. A maioria dos deputados não se interessou em aprofundar as discussões e o projeto foi aprovado com facilidade. Apenas três emendas de caráter técnico foram apresentadas, mas a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ apresentou parecer contrário às emendas do plenário. Um dos poucos deputados que votaram contra foi Luiz Cláudio Romanelli, do PMDB, que parecia estar “prevendo” o que aconteceria com a apressada – e sem discussão - aprovação do projeto das concessões. O deputado declarou naquele episódio que “o projeto é deficiente porque não estabelece garantias de que o pedágio das rodovias, por exemplo, não será exorbitante”. Para Romanelli, o projeto deveria especificar possíveis mecanismos de defesa do patrimônio público caso algo desse errado (INDUSTRIA E COMERCIO, 21 dez. 1995, p. A5). Ricardo Chab, do PSDB, que também votou contra o projeto, foi outro deputado que questionou a falta de debate na Assembléia e lembrou que o Estado iria entregar estradas em excelentes condições à iniciativa privada, e que gostaria de saber quem iria “ficar com o osso”, ou seja, e as estradas em péssimo estado, a iniciativa privada também se responsabilizaria por elas? (ANAIS DA ASSEMBLÉIA, 21 dez. 1995).

No mesmo dia em que o projeto é aprovado na Assembléia Legislativa, o governador Jaime Lerner assina o edital para a pré-qualificação de empresas nacionais e estrangeiras interessadas em participar do processo de concessão das rodovias do Estado. O governo do Paraná estava se antecipando e lançando um edital antes mesmo da aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei do Executivo federal que previa a estadualização das rodovias. A aprovação do projeto de lei que autorizava à União delegar aos estados, municípios e Distrito Federal a administração de portos e rodovias direta ou indiretamente – através da transferência à iniciativa privada – somente aconteceu em abril de 1996. A lei passou a vigorar em 13 de maio de 1996.

Segundo o comunicado da Secretaria de Estado da Comunicação Social (18 abr. 1996, ano II, n. 35),

Jaime Lerner foi o primeiro governador a reivindicar a estadualização de rodovias federais. A atuação do secretário Deni Schwartz também foi fundamental para a aprovação da lei. Na condição de presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Transportes e pelo seu bom trânsito em Brasília, no Congresso e no Executivo, onde foi respectivamente deputado federal e ministro, Deni fez contatos diretos com as principais lideranças, buscando apoio para que a tramitação não fosse demorada. Devido a votação da reforma constitucional, temia-se um atraso.

Como mencionamos acima, a aprovação da lei pelo Congresso foi em abril de 1996, mas o processo de licitação já estava correndo no Paraná desde o final do ano anterior. Na época da publicação do comunicado acima, já haviam mais de setenta empresas inscritas nos editais de pré-qualificação, sendo que num primeiro momento o Estado estava prevendo conceder 2.035,5 quilômetros de rodovias à iniciativa privada.

No dia seguinte à assinatura do edital de pré-qualificação, é publicado no jornal Indústria e Comércio (21 dez. 1995, p. 1) um anúncio do governo paranaense com o título “Governo do Estado do Paraná procura empresas nacionais e internacionais”. No anúncio aparece o mapa do Paraná ilustrado com o *Anel de Integração* e o aviso de que o governo estava procurando empresas interessadas em assumir a concessão de estradas.

4.2.4.2 As privatizações

Na seção anterior vimos que a lei das Concessões foi aprovada na Assembléia Legislativa praticamente sem debate. Poucos deputados se manifestaram contrários à forma pela qual a lei estava sendo aprovada, sem mecanismos que possibilitassem o controle sobre as tarifas de pedágio a serem cobradas nas estradas paranaenses.

No que se refere às privatizações, no caso do Banestado e da Telepar não houve, assim como no processo das concessões, grande resistência por parte da oposição ou de outros grupos, com exceção, é claro, dos funcionários destas empresas, os quais não concordavam com a venda.

A Telepar foi vendida em 1998 para a Tele Centro-Sul, holding formada pelos grupos Opportunity, Itália Telecom e um consórcio brasileiro de fundações. A área de atuação da Tele Centro-Sul abrange o Distrito Federal e os Estados do

Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.⁵¹

Em relação ao Banestado, no programa de governo do então candidato Jaime Lerner, não há citação sobre a venda do Banestado. Segundo Lerner, na época de campanha, “fazer do Banco do Estado do Paraná uma instituição forte é a condição essencial para o desenvolvimento do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 13 SET. 1994, p. 7). Ele também afirmava que se elegendendo governador, seria um defensor do banco e de seus funcionários e que garantiria a valorização profissional e a função social da instituição. O Banestado seria uma peça fundamental para auxiliar o governo na promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

Foi designado para assumir a presidência do banco Luiz Antonio Fayet. Em julho de 95, *FAYET* afirmou que a privatização do Banestado estava fora dos planos do governo estadual (INDUSTRIA E COMÉRCIO, 20 jul. 1995, p. A7). Tal declaração foi motivada em função da especulação em torno da elevação do capital do banco em R\$ 42 milhões com a emissão de 12 milhões de ações, o que causou indagações acerca dos objetivos do governo. Segundo *FAYET*, a obtenção destes recursos poderia ampliar a capacidade de financiamento para o setor industrial e auxiliar na retomada do desenvolvimento econômico do Estado, estagnado há algum tempo.

Conforme relatado por *FAYET (2005)*, o Banestado já estava saneado em agosto de 1995. Porém, a partir do final deste mesmo ano inicia-se um processo de intervenção do governo na administração da instituição, o que ocasionou seu descontentamento e a sua saída da presidência da instituição. A partir de então, o banco entra em um processo de crise de liquidez seguida de pouca credibilidade, que culminaria na venda do banco para o Itaú em outubro de 2000.

Este processo controvertido e marcado pelo difícil acesso às informações ainda hoje gera processos, condenações e questionamentos quanto à lisura da

⁵¹ O processo de privatização dos serviços de telecomunicações tem início no Brasil em 1995, quando é aprovada a emenda constitucional que põe fim ao monopólio estatal. A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é criada para regular o setor. Em julho de 1998, o sistema Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.) é vendido para quatro grupos de telefonia fixa: Tele Norte Leste (ou Telemar), Embratel, Telefônica e Tele Centro-Sul.

venda. Ainda não está claro o que fez com que o governo mudasse de idéia e resolvesse vender o banco, uma vez que tal medida não fazia parte do projeto inicial.

Ao contrário do que ocorreu com as estatais Telepar e Banestado, cujas privatizações acabaram por se concretizar, o caso da Copel se constituiu numa grande derrota para o governo lernista.

Houve uma intensa mobilização contrária à venda por parte da população e de dezenas de entidades representativas do Paraná, além dos partidos de oposição ao governo. Vale destacar que uma contestação de tais proporções, mobilizando vários setores da sociedade, não se fez presente nas privatizações da Telepar e do Banestado..

O movimento contrário à privatização da Copel conseguiu mobilizar várias entidades como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Paraná, a Associação Comercial do Paraná na figura de seu presidente Marcos Domakoski, políticos da oposição como Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião, Igrejas, além de um Fórum Popular constituído por dezenas de entidades.

Segundo o governo, a privatização da estatal melhoraria o nível de serviço ao consumidor. Segundo o presidente da Copel naquela época, Ingo Hübert, com a desregulamentação do setor energético do país, o mercado iria mudar radicalmente e o consumidor poderia escolher de quem comprar energia. Ganhariam aquelas empresas que conseguissem melhorar o serviço e diminuir tarifas. Sendo assim, as estatais teriam dificuldade para reduzir custos e competir com empresas do setor privado, principalmente em função das limitações da Lei de Licitações que tiram a flexibilidade e agilidade das estatais na hora de fechar contratos (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 abr. 2001, p. B6).

.A lei que autorizou a desestatização – mais uma vitória do executivo na Assembléia Legislativa - previa que 30% do dinheiro arrecadado com a venda da Copel seria destinado à investimentos no Estado e os 70% restantes iriam para capitalização do Fundo de Previdência do Estado, sendo que aqueles deputados e prefeitos que faziam parte do grupo político do governo Jaime Lerner que apoiaram a venda teriam prioridade no recebimento do dinheiro. (GAZETA DO POVO, 30 set. 2001, p. 13).

O governo estava tão convicto da venda estatal que não acreditava que o leilão da Copel pudesse ser adiado. O governo esperava contar em 2002 com o dinheiro oriundo da venda, uma vez que muitos projetos previstos no Orçamento, aprovados anteriormente também por deputados naquele momento contrários à privatização, seriam realizados com esse dinheiro.

Já o movimento contrário à venda alegava que o processo tinha uma série de irregularidades no edital de privatização e falta de publicidade nas audiências públicas, além de fazer outras ponderações: por que vender uma empresa que teve um lucro de 403,3 milhões em 1998 e 430,6 milhões em 2000, uma das mais rentáveis companhias do setor energético nacional e referência em tecnologia e conhecimento? (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 abr. 2001, p. B6).

Até o final de novembro, o Fórum Popular contra a venda da Copel já havia impedido a realização do leilão de privatização por duas vezes (Revista do CONFEA, ano VI, n. 8, jan. - fev. 2002). Uma marcha com 40 mil pessoas contrárias à venda da Copel, no dia 11 de julho de 2001, cerca a Assembléia Legislativa durante ato de entrega de 140 mil assinaturas do primeiro projeto de iniciativa popular a tramitar em um legislativo estadual no país. A votação do projeto acontece em 20 de agosto. A Assembléia Legislativa rejeitou por 27 a 26 o projeto de iniciativa popular que impedia a venda da empresa. Mais uma vez, por um voto, a proposta do executivo é aprovada, mesmo com tantos protestos da população.

Apesar de ter sido membro do governo e inclusive elaborado o programa de econômico de Lerner, *FAYET (2006)* também se coloca contra a privatização da Copel e enumera em um artigo de sua autoria - "Reflexões sobre a privatização da Copel" 16 "verdades", como ele mesmo diz, sobre a venda da estatal, das quais destacamos algumas:

2 - Não existe nenhuma determinação legal obrigando os estados a privatizar suas empresas de energia; o que houve foi uma liberação do mercado.

(...)

4 - As empresas oficiais, que têm sido privatizadas, o foram por estarem sucateadas, quebradas ou por não terem condições de investir, o que não é o caso da nossa [da Copel]. O argumento da incapacidade de investimento configura-se uma inverdade.

5 - A COPEL não perderá a sua capacidade de competir no mercado energético; pelo contrário, pois das 18 unidades geradoras em operação, 16 já estão amortizadas (pagas) e como quase todas são movidas por água, matéria-prima que Deus nos dá de graça, o seu custo operacional é imbatível para competir no território paranaense.

(...)

8 – Quanto à qualidade dos serviços, a privatização das telecomunicações dá um bom exemplo. Melhorou a quantidade de oferta, mas os consumidores tornaram-se reféns da falta de qualidade das operações. (...) Será que este monopólio em mãos da iniciativa privada não seria desvirtuado? O que temos visto com as rodovias e os portos assusta.

(...)

10 – Vender uma empresa estratégica no bojo de uma crise pode ser um bom negócio financeiro para um especulador, mas é um negócio inaceitável para uma comunidade social. Portanto, o governo tem que ter acima de interesses financeiros, a responsabilidade social e manter posições estratégicas. Um proprietário privado poderá ter mais interesses em vender a energia para fora do estado, ampliando a crise em nosso território. É correto?

11 – A autorização legislativa (Lei no. 12 355 de 08/12/1998) para a venda da COPEL aconteceu numa outra conjuntura, quando a economia nacional estava em recesso e a imprevidência governamental desprezava a hipótese de racionamentos no Brasil. Com o novo cenário, seria pouco provável que a Assembléia Legislativa tivesse a mesma decisão, pois os Deputados têm uma visão clara das necessidades de suas comunidades.

(...)

15 – Mas há uma questão mais grave a ser considerada; não existe no Paraná um mecanismo sério e confiável de "controle social de concessões públicas".

Com ou sem privatização é intolerável a falta de um organismo sério para exercer tal controle. Não há transparência na forma de dar "concessões" e nem das planilhas de preços/custos de pedágios, portos, ferrovia, transportes, etc., que vêm sendo contestados por vários segmentos da sociedade, como focos visíveis de desmandos, inclusive com finalidades eleitoreiras.

Seguramente um dia haverá o acerto de contas e os responsáveis serão punidos. Mas enquanto esta esperança não se faz realidade, toda a sociedade deve estar mobilizada para exigir participação em tais controles.

Privatizar uma empresa do porte da COPEL sem ter previamente um sistema de controle confiável é mais uma temeridade.

16 – Embora defenda certas privatizações por razões ideológicas, sob todos os ângulos de análise, concluo que neste momento a privatização não se justifica e, inclusive, me disponho a debater publicamente o assunto, com quem quer que seja.

Não estamos pois discutindo conceitos doutrinários. Trata-se de uma questão estratégica onde o fundamental é ter a garantia do suprimento de eletricidade num Brasil em crise, mas nesse desespero de fim de governo, suspeito que o interesse real na privatização não seja do Paraná, mas de potenciais compradores.

Nesta fala de Fayet as fissuras no bloco de governo ficam claras, pois o autor é um dos atores históricos do grupo de planejamento e seu posicionamento contrário aponta para interesses "estranhos" à sociedade e que só interessariam aos compradores da empresa pública. Talvez Fayet esteja apontando para mais um acordo "leonino" para os interesses públicos paranaenses na cessão de uma das mais lucrativas empresas públicas do país.

A privatização do Banestado e a quase venda da Copel apontam para a existência de interesses contraditórios no interior do governo Lerner e que merecem maiores estudos tanto por parte da justiça quanto da academia para que haja uma melhor compreensão dos interesses que conseguiram se sobressair na administração do executivo estadual no período considerado.

Um exemplo dessa contradição é a fala de MARQUES DIAS que imputa a responsabilidade das privatizações ao contexto nacional, enquanto FAYET destaca que governo algum foi obrigado a privatizar nenhuma empresa.

5 OS PRINCIPAIS ATORES

Nos capítulos anteriores pudemos identificar a ação de alguns dos principais atores envolvidos no Programa Paraná Mais Empregos. São eles: Karlos Rischbieter, Luis Antonio Fayet, Jaime Lerner, Cássio Taniguchi. Vale citar também o nome de Eduardo Marques Dias, Antonio Carlos Bazzatto, Kalil Cury Filho e Alex Beltrão. Apesar de estarem discutindo e participando da organização do Programa e posteriormente ocuparem cargos na administração pública ou mesmo na “estrutura paralela”, como no caso do Instituto Paraná Desenvolvimento, consideramos que estes indivíduos possuem escalas de importância diferenciadas no processo. Em virtude disso acreditamos na possibilidade de dividi-los em dois grupos de atores: o primeiro formado por Rischbieter, Fayet, Lerner, Taniguchi e Saul Raiz, e o segundo por Bazzatto, Kalil Cury Filho e Eduardo Marques Dias.

Tal divisão se deve ao fato de que o primeiro grupo além de estar atuando há muito mais tempo juntos, desde o final dos anos 60, alia a chamada questão técnica com a política, pois com exceção de Rischbieter, todos disputaram cargos eletivos no Executivo ou no Legislativo. O segundo grupo configura uma formação mais técnica formada por elementos que não entraram em disputas políticas eleitorais como candidatos.

A CODEPAR/BADEP teve um papel importante na promoção da urbanização de Curitiba a partir dos anos 60 e na constituição da CIC nos anos 70, aglutinando vários desses atores. Assim, veremos que há uma relação muito próxima entre o grupo que comandou a política curitibana nos anos 60 e 70 e a estadual nos anos 90.

O primeiro ator a ser destacado é **Karlos Heinz Rischbieter**. De acordo com a classificação de SCHNEIDER (1994), Rischbieter poderia ser analisado como um técnico político. Tem formação técnica, passou por várias agências estatais ocupando cargos importantes, tendo atuado também na iniciativa privada.

Catarinense de Blumenau, ele é engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Paraná. Ingressou na CODEPAR em 1962 - ano de criação da instituição pelo então governador Ney Braga - como engenheiro para o setor de projetos e, depois de algum tempo, foi nomeado diretor-técnico.

Na CODEPAR, Rischbieter acabou por viabilizar o financiamento de um novo plano diretor para Curitiba durante a gestão do prefeito Ivo Arzua (1962-1966). Ele sempre esteve próximo aos acontecimentos que ocorriam na prefeitura de Curitiba. Além de sua mulher Franchete Rischbieter⁵² fazer parte do grupo responsável pela implantação do novo Plano, já conhecia o grupo de arquitetos e engenheiros ligados à Jaime Lerner. Inclusive, chegou a participar de algumas aulas como aluno – e colega deste grupo - na primeira turma de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (1962-1963) (DUNIN, MEMÓRIA DE CURITIBA URBANA, maio 1990).

Até então, Curitiba tinha o Plano Agache, concebido na década de 40 por Alfredo Agache, o primeiro Plano Diretor da cidade. O papel da CODEPAR como financiadora do novo plano urbanístico de Curitiba foi importante. Segundo RISCHBIETER (dez. 1990, p. 18), além de administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, ela tinha que financiar, de acordo com a lei, no seu primeiro ano, 80% em infra-estrutura das cidades, sendo que este percentual iria diminuindo gradativamente, passando a ter como foco principal a implantação de indústrias. Foram financiados projetos em cidades como Londrina, Ponta Grossa e Apucarana, mas, segundo ele, nenhum obteve os resultados alcançados por Curitiba, em função da combinação da escolha de um bom plano e de uma boa equipe.

Rischbieter ficou na CODEPAR até 1965. Nesse mesmo ano é nomeado assessor do presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no Rio de Janeiro assumindo em seguida a Chefia do Instituto em Hamburgo, na Alemanha, até 1967, período em que acumulava o cargo de Membro do Conselho Consultivo de Planejamento do Ministério do Planejamento.

Na iniciativa privada foi – entre 1968 a 1971 - Diretor-Gerente da Paraná Comércio e Administração S/A e Diretor da PAFISA - S/A Crédito Financiamento e Investimento. Voltou ao setor público em 1972 como presidente do BADEP.

Na década de 70, durante a gestão de Jaime Lerner à frente da prefeitura de Curitiba (1971-1974), o país vivia o “milagre econômico”, período em que muitas

⁵² Quando Ney Braga se elegeu prefeito e começou a administrar Curitiba (1954-1958), ele criou o Departamento de Urbanismo para tratar do crescimento da cidade. Segundo RAIZ (MEMÓRIA DE CURITIBA URBANA, dez. 1990, p. 55), Ney Braga juntou um grupo de pessoas chefiadas por Mario de Mari do qual faziam parte ele (Raiz), como engenheiro-chefe do Departamento de Rodagem, Maria Francisca Rischbieter (Franchette), Luiz Armando Garcez, entre outros, para começarem a pensar no zoneamento da cidade. Para consultor deste grupo foi trazido Prestes Maia, na época um dos maiores urbanistas do Brasil.

empresas estrangeiras estavam investindo no Brasil. Nesta época, como vimos, Rischbieter já estava novamente na CODEPAR, que agora não era mais uma “companhia” de desenvolvimento e sim um banco de desenvolvimento, o BADEP.

Neste período também foram criados mecanismos diferenciados para atração de investimentos estrangeiros. Segundo *RISCHBIETER* (MEMÓRIA DE CURITIBA URBANA, dez. 1990), ele e Maurício Shulmann, então secretário do Estado da Fazenda na época, acreditavam ser importante oferecer algo diferente às empresas, pois outros Estados também estavam na briga e as vantagens oferecidas eram as mesmas. Diante disso, foram criados instrumentos de participação acionária no investimento. Um exemplo foi a participação acionária do Estado na Philip Morris com uma regra de recompra, ou seja, era um tipo de financiamento disfarçado, pois a empresa iria fazer a recompra do capital posteriormente. O mesmo aconteceu na implantação da Volvo.

Além de incentivos tributários também havia a isenção de IPTU e terraplanagem. A Prefeitura, com apoio do BADEP, também organizava missões oficiais para promover a CIC.

Observando tal relato, não é difícil perceber que o que voltou a ocorrer na década de 90 é, em grande parte, fruto da experiência vivenciada por Rischbieter e outros atores. Como mencionamos em nossas considerações teóricas resgatando *JOBERT* e *MULLER* (1987), os resultados alcançados com políticas anteriores acaba por influenciar nas decisões dos formuladores de uma determinada política, pois fornece um horizonte conceitual para identificar problemas e propor soluções. O ator acaba se reportando às experiências passadas e, tendo-as como base, propõe alternativas que muitas vezes são uma repetição das soluções do passado. No nosso caso, a adoção de incentivos fiscais, a utilização de mecanismos como o FDE e o oferecimento de outros tipos de benefícios como terrenos e isenções de tarifas públicas não são uma invenção dos anos 90. São sim, soluções adotadas já na década de 70 e repetidas nos anos 90 durante a gestão lernista.

Ora, como vimos no depoimento de alguns atores envolvidos com o Programa, a concepção de dependência e situação periférica do Paraná em relação à outros estados brasileiros, principalmente São Paulo, ainda se fazia presente. As políticas industrializantes propostas nos anos 60 e 70 não foram suficientes, na opinião deste grupo de atores, para desfazer tal dependência, pois ainda não tinham

conseguido inserir o Paraná definitivamente no cenário econômico nacional como um Estado de destaque.

Rischbieter ficou no BADEP entre 1972 e 1974. Saiu de lá para assumir a presidência da Caixa Econômica Federal durante o governo do presidente Ernesto Geisel. Além de Karlos Rischbieter, estavam também nessa época no governo federal Maurício Shulmann, que saiu da Secretaria Estadual da Fazenda e foi para o BNH, e Ney Braga que estava assumindo o Ministério da Educação. Assim, o Paraná contava com representantes localizados em cargos estratégicos no governo federal e que ajudaram a atrair empresas para a CIC.

Neste sentido, como destaca SCHNEIDER (1994, p. 333), os governos militares usaram a representação por nomeação para sustentar o apoio das elites econômicas e políticas, enquanto que os nomeados procuraram atender os interesses de suas regiões. Segundo ele,

... os presidentes militares procuraram manter o equilíbrio regional, especialmente no gabinete formal, para incorporar políticos promissores ao governo e para nomear alguns representantes dos principais grupos de apoio civis. Esses nomeados eram geralmente representantes (...) capazes de promover os interesses dos setores ou das regiões dos quais vinham, mas removíveis pelo presidente (e facilmente substituídos por outro “representante”).

Em 1977 Rischbieter assumiu a Presidência do Banco do Brasil e em 1978 foi Presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE). Em 1979 foi Ministro da Fazenda do governo Figueiredo, permanecendo no cargo até 1980 quando pediu demissão.

Posteriormente, foi presidente do Conselho de Administração da Volvo do Brasil Motores e Veículos S/A (Curitiba-PR). Participou também dos conselhos administrativos da Refripar e da Clímax.

Rischbieter, como vimos, não participou diretamente do governo de Jaime Lerner (1995-2002) ocupando cargos formais no Executivo, mas a nosso ver, era um dos atores mais influentes dentro do governo lernista, mais especificamente no que se refere aos aspectos econômicos do governo.

Ele irá ficar à frente da Paraná Desenvolvimento S.A., que no final acabará sendo criada com o nome de Instituto Paraná Desenvolvimento. Essa foi a maneira encontrada pelo grupo na época – mudando o estatuto e o nome da empresa - para desvincular a empresa do governo do Estado. Como mostramos, o IPD foi formado

por empresários e houve contestação por parte da oposição - na Assembléia Legislativa - que alegava ser esta uma forma de entregar à iniciativa privada responsabilidades que seriam do Estado.

Rischbieter se constituiu na principal ligação entre o empresariado e o governo. Com a colocação da Paraná Desenvolvimento /Instituto Paraná Desenvolvimento entre os mecanismos do Programa, se depreende a importância dada pelo governo à participação e opinião dos empresários.

Apesar de não participar formalmente do governo, Rischbieter exerceu papel importante nos bastidores. Sua influência era grande entre os membros do governo, como ficou claro no episódio da nomeação de Fayet para a presidência do Banestado. Fayet seria o secretário da Indústria e Comércio, mas quando do recebimento da carta do Banco Central indagando o governador recém-eleito sobre o futuro do banco, Rischbieter foi consultado e sugeriu o nome de Fayet para assumir o Banestado.

Outro ator analisado é **Luiz Antonio Fayet**. Verificando sua trajetória, poderíamos também enquadrá-lo como um técnico-político, apesar de ter exercido entre 1983-1987 um cargo eletivo como deputado federal. De acordo com a tipologia proposta por SCHNEIDER (1994), em função desse fato, Fayet seria classificado como político⁵³.

Fayet é formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Paraná. Fez um curso de treinamento em problemas do Desenvolvimento Econômico - DOAT/CEPAL/BNDE em 1962 no Rio de Janeiro. Também cursou Engenharia quando esteve no Exército (CPOR/5 – 1958 -1959).

Foi economista da CODEPAR/BADEP, tendo ingressado na instituição em 1962. Nesta época havia uma comissão no BADEP chamada de CODEM (Comissão de Desenvolvimento Municipal), da qual ele fez parte. Esta comissão trabalhava diretamente com planos de urbanização e que ajudou no financiamento do novo Plano Diretor de Curitiba (MEMÓRIA DE CURITIBA URBANA, FAYET, 1991).

Após ter sido afastado do BADEP no governo de Haroldo Leon Perez, foi nomeado em 1971 assessor do Ministro da Indústria e Comércio, Pratini de Moraes.

⁵³ A esse respeito ver SCHNEIDER (1994, p. 357).

Segundo *FAYET (2005)*, quanto ele estava no Ministério ajudou a trazer a New Holland e a Volvo para o Paraná: *“Lá eu ‘costurei’ no Conselho de Desenvolvimento Industrial esses dois projetos, e vim pegá-los aqui como presidente do BADEP. O Rischbieter estava aqui e eu lá.”* Em 1974 Fayet é nomeado presidente do BADEP, segundo ele por iniciativa de Rischbieter que estava indo para a Caixa Econômica Federal (*FAYET, 2005*).⁵⁴

Fayet permaneceu no BADEP até 1979. Também foi professor titular de Geografia Econômica na Universidade Federal do Paraná de 1965 à 1993, empresário industrial desde 1965 e presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE entre 1977 – 1979.

Novamente no governo federal, ocupou os cargos de Secretário Geral-Adjunto do Ministério da Fazenda de 1979 a 1981, na gestão de Figueiredo. Foi coordenador do Conselho Diretor do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) entre 1979 e 1981 e membro de vários conselhos: Conselho Nacional de Siderurgia e Não Ferrosos - CONSIDER entre 1979 e 1982, do Conselho Diretor da Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER de 1979 a 1982, do Conselho Nacional do Petróleo de 1979 a 1982, do Conselho Nacional de Transportes de 1980 a 1982, entre outros.

Foi assessor do Ministro da Fazenda para Política Energética entre 1979 e 1981 (Rischbieter era o ministro nesta época). Foi deputado Federal na legislatura 1983 – 1987 e nos anos 90 (entre 1990 – 1992) foi diretor de Crédito Rural e Presidente do Banco do Brasil.

É consultor da Federação da Agricultura do Paraná desde 1992 e do SINDIMETAL - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do PR desde 1996. Também é membro do Conselho de Fomento, Tecnologia e Política Industrial da Federação das Indústrias do Paraná desde 1999

⁵⁴ Várias empresas foram disputadas e algumas trazidas para o Paraná, mais especificamente para a CIC. Vários estados tinham interesse em projetos como o da Inepar – para produzir disjuntores de alta tensão -, da Sid Informática – montadora de microcomputadores – e da Volvo, que foi negociado tanto na Europa quanto aqui no Brasil, pois as indústrias já instaladas no país não desejavam concorrentes. Segundo *FAYET (MEMÓRIA DE CURITIBA URBANA, 1991)*, o problema é que o governo federal favorecia as empresas que já estavam aqui, mas o fato de ter trabalhado no Ministério da Indústria e Comércio o ajudou, pois ele conhecia a intimidade do Ministério da Indústria e Comércio. Também veio para o Paraná, nessa época, a refinaria de Petróleo da Petrobrás, que foi instalada no município de Araucária.

e do Conselho da Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá/Antonina desde 2002, representando a AEB - Associação do Comércio Exterior do Brasil.

Também é consultor para assuntos de economia e responsável técnico pela *Fayet Consultoria Econômica* desde 1978.

No que se refere à participação de Fayet no *Programa Paraná Mais Empregos*, vimos que por volta de 1993 Lerner o chamou para ajudá-lo na elaboração da parte econômica do seu programa de governo, pois pretendia se candidatar ao governo do Estado nas eleições de 1994. Conforme relato do próprio *FAYET (2005)*, com a ajuda e sugestões de técnicos oriundos do antigo BADEP, foi elaborada uma *Proposta de Governo* (jul. 94) para o período 1995-1998⁵⁵. À proposta de Fayet foram agregadas outras idéias da equipe de trabalho lernista chefiada por Taniguchi, que junto com Fayet, foram os responsáveis principais pela elaboração da política econômica do governo.

Com a vitória de Lerner, *FAYET* seria o Secretário da Indústria e Comércio, mas por problemas no Banestado, foi indicado por Rischbieter para assumir o banco e acabou trocando a secretaria pela presidência do Conglomerado Banestado.

Embora tivesse apoiado o governo e elaborado uma série de propostas, entrou em desacordo com a administração lernista e em novembro de 1995 acaba por deixá-la. Segundo *FAYET (2005)*, sua saída se deveu à crescente interferência de membros do governo na sua gestão à frente do Banestado, para a qual havia pedido “carta branca”.

Nas entrevistas informais com alguns técnicos que trabalharam com Fayet nos anos de CODEPAR/BADEP e indiretamente no governo lernista, há a impressão de que ele goza de bastante prestígio entre estes ex-funcionários, tendo tido a capacidade de aglutinar técnicos oriundos destas instituições na elaboração de um programa de desenvolvimento econômico para o Estado. A maioria desses atores lamenta o fechamento do BADEP, durante a gestão Álvaro Dias (1986-1990), pois consideram esse acontecimento um ato indiscriminado, sem justificativas plausíveis

⁵⁵ Em relação à participação de ex-funcionários do BADEP, outra constatação feita durante a pesquisa é a importância atribuída pelos atores aqui analisados à CODEPAR/BADEP, para os quais a instituição era um exemplo do que poderia ser feito em termos de planejamento e que tinha em seu quadro funcional pessoas capacitadas para elaboração de políticas de desenvolvimento econômico, notadamente de fomento industrial.

e uma falta de visão em termos de planejamento econômico por parte do governo que o executou.

Fayet é ainda requisitado por partidos políticos como é o caso do PPS – Partido Popular Socialista, nas campanhas de 2004 e 2006, para a elaboração do programa de governo do então candidato Rubens Bueno.

Outro ator importante na industrialização paranaense é **Cássio Taniguchi**. Apesar de não ter ocupado cargos importantes na burocracia federal como Fayet e Rischbieter, conseguiu projetar-se no cenário curitibano e estadual. Se formos enquadrá-lo na tipologia de SCHNEIDER (1994), poderíamos considerá-lo como um técnico político, mas a nível estadual. Taniguchi ocupou cargos importantes na prefeitura de Curitiba e, em 1995, no governo do Estado foi secretário do Planejamento. Apenas em 1996 é que vai candidatar-se pela primeira vez a um cargo eletivo, tornando-se prefeito de Curitiba.

Paulista, formou-se em engenharia eletrônica em 64, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA. Logo após veio para o Paraná e começou sua carreira trabalhando na CODEPAR. Lá, Taniguchi foi funcionário de Fayet. Segundo *FAYET (2005)*,

... o Cássio Taniguchi, quando ele se mudou para o Paraná, o primeiro emprego dele foi no BADEP [Codepar], e era o meu subordinado. Pessoa extremamente inteligente, de formação em engenharia, tecnologia, e que foi - logo depois de ter se especializado em economia - convivendo conosco, convivendo com o contexto mais rico que eu conheci na minha vida, que foi o do BADEP.

Taniguchi desenvolveu entre 65 e 71, antes de entrar no campo do planejamento urbano e atuar na prefeitura de Curitiba, atividades ligadas às áreas de engenharia, economia e administração, em empresas como a Telepar, a Companhia Catarinense de Telecomunicações – COTESC, além da CODEPAR/BADEP.

O primeiro contato de Taniguchi com a equipe de Lerner foi em 1971. Era a primeira gestão lernista à frente da prefeitura de Curitiba e Taniguchi foi contratado pela URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba) para gerenciar a implementação da Rodoferroviária de Curitiba. Pouco depois, ele foi convidado por Lerner para presidir a URBS (1972-75). Inclusive, Taniguchi participou da

implantação da CIC estando à frente da URBS, órgão que ajudou a desenvolver e operacionalizar, juntamente com o IPPUC, todo o projeto da CIC.

Nesta época também foram organizadas algumas missões para divulgar a CIC, sendo que Taniguchi participou da primeira missão oficial ao Japão, que rendeu a instalação da Sony e da Furukawa na Cidade Industrial, apesar da primeira ter ficado pouco tempo (MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, TANIGUCHI, 1991). Além disso, elaborou, junto com a equipe de Jaime Lerner, programas e projetos de áreas urbanas de outras cidades brasileiras. É sócio fundador do Instituto Jaime Lerner.

Taniguchi foi presidente do IPPUC por duas gestões: 1979-1984 e 1990-1995. Além disso, foi Secretário Municipal de Curitiba para Assuntos Metropolitanos durante a gestão de Rafael Greca (1993-1996).

Taniguchi também fez parte da preparação do programa de governo de Lerner, tendo sido um dos seus principais responsáveis. Foi nomeado secretário do Planejamento e substituiu Kalil Cury Filho quando este saiu da secretaria da Indústria e Comércio em junho de 1995, ficando interinamente no cargo até julho de 1996 quando assumiu a pasta o deputado estadual Nelson Justus. Foi durante a gestão de Taniguchi à frente da Indústria e Comércio que foi anunciado oficialmente o *Programa Paraná Mais Empregos* e empresas como a Renault anunciaram a sua vinda para o Paraná. Assim, Taniguchi se constituiu no “homem de frente” das fileiras lernistas.

Em 1996 Taniguchi concorre à prefeitura de Curitiba e é eleito já no primeiro turno para o mandato 1997-2000, aproveitando da projeção que sua participação no governo lernista lhe propiciou. Foi reeleito também para o mandato seguinte (2001-2004).

Jaime Lerner, apesar de poder ser enquadrado como técnico-político a nível estadual, tornou-se político. Foi prefeito nomeado de Curitiba por dois mandatos e conseguiu se eleger para mais um, só que através do voto direto.

Lerner nasceu em Curitiba em 1937 e é arquiteto e planejador urbano, formado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná em 1964.

No início dos anos 60 foi aberta uma concorrência em nível nacional, durante a gestão de Ivo Arzua na prefeitura de Curitiba para a escolha de uma empresa que montaria um novo Plano Diretor para Curitiba. A concorrência foi ganha pela

empresa Serete que contratou Jorge Wilhelm para ser o responsável pela parte arquitetônica.

Para acompanhar permanentemente o Plano Serete foi criado um grupo de trabalho. Assim surgiu o APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que deu origem posteriormente ao IPPUC (Instituto do Planejamento Urbano de Curitiba) em 1965. Esse grupo era formado por jovens arquitetos, engenheiros, administradores, entre outros, e do qual fazia parte Jaime Lerner. Inclusive, Jaime Lerner foi presidente do IPPUC entre 1969 e 1970.

Como destaca DÓRIA (2001), se referindo ao estudo de KUNHAVALIC (1999)⁵⁶, no início de sua atuação no setor público, Lerner aparece vinculado ao engenheiro Ivo Arzua, eleito prefeito de Curitiba em 1962, graças à sua ligação com Ney Braga, então governador do Paraná. Ainda, segundo DÓRIA (2001), “O PDC, partido de Ney Braga, pelo qual Ivo Arzua foi eleito, mostra-se, assim, como o primeiro vínculo partidário de Jaime Lerner, ainda que de forma indireta. Desde então, foi cada vez mais efetiva a sua inserção no neismo ...”

O novo plano diretor de Curitiba foi finalizado em 1965, mas só começou a ser colocado em prática quando Lerner foi nomeado prefeito em 1971 pelo então governador Haroldo Peres, sendo que a sua nomeação significou a chegada dos técnicos do IPPUC ao poder. Foi durante essa gestão que nasce a Cidade Industrial de Curitiba.

Em 1979 Lerner é nomeado novamente prefeito biônico de Curitiba para o mandato 1979-1983, desta vez por Ney Braga, então governador nomeado do Paraná e filiado ao PDS (ex-Arena).

Em 1988 vence sua primeira eleição direta para prefeito de Curitiba, numa campanha que durou apenas doze dias⁵⁷. Nesta eleição concorreu pelo PDT, partido ao qual se filiou em 1983, em que pese o partido ser ideologicamente contrário ao PDS por onde Lerner havia transitado (KUNHAVALIC, 1999).⁵⁸

⁵⁶ José Paulo Kunhavalic é autor da dissertação *Ney Braga: trajetória política e bases do poder* e destaca nesse trabalho que Lerner surgiu sob a influência dominante de Ney Braga.

⁵⁷ Sobre a campanha relâmpago de Lerner à prefeitura de Curitiba ver DÓRIA (2001).

⁵⁸ SCHNEIDER (1994) destaca a importância das nomeações como trampolim para cargos eletivos, principalmente se o indivíduo atuou em importantes postos no Estado ou na burocracia federal, pois “esses cargos apresentam o burocrata ao mundo da elite local, que pode por sua vez assegurar a eleição do burocrata, caso ele queira concorrer”.

Em 1994 Lerner é eleito governador do Paraná, também pelo PDT, sendo reeleito em 1998, mas pelo PFL. A mudança para o Partido da Frente Liberal adequou de forma mais coerente a prática econômica/ideológica de Lerner com o partido filiado, pois as privatizações e concessões faziam de Lerner um “estranho no ninho brizolista”.

Alex Beltrão nasceu em Curitiba em 1924. Engenheiro civil, estruturou a Codepar na década de 60, criando o FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico implementado na gestão de Ney Braga. Foi presidente do Instituto Brasileiro do Café. Ocupou a chefia do escritório do Instituto Brasileiro do Café em Nova Iorque e uma diretoria executiva da Organização Internacional do Café, em Londres, por 26 anos (1968-1924), até ser chamado pelo governador recém-eleito, Jaime Lerner, para assumir a Secretaria do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. No governo Lerner também participou da constituição da Paraná Desenvolvimento e foi um dos idealizadores do Instituto Paraná Desenvolvimento.

Já o engenheiro **Saul Raiz**, assim como Karlos Rischbieter, fez parte do Departamento de Planejamento e Urbanismo de Curitiba durante a gestão de Ney Braga (1954-1958). Quando Braga é eleito governador do Paraná (1962-1965), coloca Raiz para presidir o Departamento de Estradas e Rodagem. Raiz também foi seu secretário estadual de Obras Públicas.

Em 1975 é nomeado prefeito de Curitiba pela ARENA, sucedendo Jaime Lerner, onde fica até 1979.

Na segunda gestão de Braga à frente do Estado foi secretário de Assuntos para o Desenvolvimento dos Municípios entre 1979 e 1982, fato importante segundo COUTO (1998), pois uma proximidade com inúmeros municípios paranaenses seria importante para dar-lhe maiores condições e visibilidade para concorrer nas eleições ao governo do Estado em 1982. Assim, candidata-se pelo PDS e concorre ao cargo com José Richa, do PMDB, por quem é derrotado.

Depois de ter assumido vários cargos públicos, vai atuar na iniciativa privada, participando dos conselhos administrativos de empresas como a REFRIPAR e Clímax.

Também exerceu o cargo de vice-presidente corporativo do Conselho Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participação S.A., onde também esteve Rischbieter.

No governo Jaime Lerner, Raiz não exerceu nenhum cargo formal. Ele foi um dos articuladores da constituição do Instituto Paraná Desenvolvimento e, inclusive, foi um dos membros do Conselho de Investimentos representado a Umuarama.

Segundo COUTO (1998), Raiz foi um dos articuladores da campanha de reeleição de Lerner ao governo do Estado em 1998.

Em relação ao segundo grupo de atores, destacamos primeiramente **Eduardo Marques Dias**, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano, Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, Economia Regional pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, e Gestão de Projetos Tecnológicos pela Universidade de Tecnologia de Compiègne, França.

Foi diretor técnico do Projeto Noroeste⁵⁹, na Secretaria Extraordinária para o Trato de Assuntos de Planejamento e Coordenação Geral; trabalhou como consultor técnico da Organização dos Estados Americanos – OEA na Argentina, Paraguai e Bolívia; foi coordenador das Coordenadorias de Estudos e Projetos da Secretaria de Estado do Planejamento e de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná.

Respondeu pela assessoria técnica da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná e, antes de assumir o cargo de diretor geral da secretaria de Indústria e Comércio em janeiro de 1995, foi coordenador técnico do CITPAR – Centro de Integração de Tecnologia do Paraná.

Foi convidado por Luiz Antônio Fayet para trabalhar na Secretaria da Indústria e Comércio em 1995 e atualmente é Diretor de Desenvolvimento Econômico da Curitiba S.A. na gestão Beto Richa (2005-2008).

Marques Dias não participou da formulação do programa de governo do então candidato Jaime Lerner. Sua participação começa no governo de transição como diretor geral da Secretaria de Indústria e Comércio, quando participou das

⁵⁹ Com a expansão das culturas anuais e o aumento da erosão pelo mau uso do solo, teve início no Paraná o primeiro programa de combate à erosão no noroeste do Estado, primeiramente com a finalidade de resolver os problemas causados pela erosão urbana e áreas vizinhas. No início da década de 70 criou-se o Projeto Noroeste, com recursos do Governo do Estado, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Pela gravidade do problema observado na região, em 1973 esse projeto foi ampliado para a área rural, envolvendo 153 municípios e 67.445 km². (SEPULCRI, 2005, p. 90).

negociações com as montadoras, e depois como presidente da Paraná Desenvolvimento S.A. Em seu relato afirma que foi voto vencido em relação à criação da Paraná Desenvolvimento, a qual foi constituída para viabilizar a participação acionária do Estado na Renault e com a qual não concordava, pois acreditava que o Paraná não teria condições de arcar com os 300 milhões de dólares de participação em ações, sem direito a voto. E, de fato, o Estado acabou entrando apenas com parte desta quantia.

Outro ator analisado é **Antônio Carlos Banzatto**, economista, é funcionário do Estado há mais de 30 anos. Passou por várias secretarias e atualmente está lotado na COMEC – Comissão para Assuntos Metropolitanos.

Na gestão Jaime Lerner esteve na Secretaria da Indústria e Comércio, trabalhando ao lado de Eduardo Marques Dias. Não participou da concepção do programa de governo de Lerner, mas foi um dos responsáveis pela elaboração do *Bom Emprego Fiscal*, programa implantando no governo Roberto Requião, que serviu de base para o *Paraná Mais Empregos* no que se refere aos seus aspectos fiscais.

Já **Kalil Cury Filho** é natural de São Paulo e nasceu em 1952. Engenheiro Civil e mestre em Engenharia Urbana e Construção Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. É pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Realizou estágios técnicos em atividades de engenharia de construção na área de transportes urbanos na Alemanha e na Áustria.

Foi professor no curso de Engenharia Civil na Escola de Engenharia Mauá. Exerceu funções de chefia e coordenação de projetos em empresas como a GH Engenharia, Promom Engenharia e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, tendo sido responsável pela elaboração de projetos e estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira de empreendimentos. Realizou trabalhos de análise de oportunidades de mercado em empreendimentos de engenharia na área industrial e de infra-estrutura.

Exerceu atividades relativas ao planejamento estratégico e à formulação de operações financeiras internas e internacionais para a obtenção de recursos para investimentos públicos e privados em programas de infra-estrutura nas áreas de saneamento, energia e transportes.

Sua escolha para a pasta da Indústria e Comércio se deu, como ele próprio explica, “em virtude de sua experiência especialmente na captação de recursos. E também porque mantém uma antiga amizade com Jaime Lerner” (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Palácio Iguazu, jan. 95, p. 16).

6 CONCLUSÃO

O fim do regime militar na década de 80 coincide com o crescimento das críticas ao modelo intervencionista implantado no Brasil desde os anos 30.

O aumento das vozes defensoras de um Estado mínimo, de um Estado liberal, se fazem sentir já no governo Sarney (1985-1989), intensificando-se na gestão de Fernando Collor (1990-1992), quando tem início o primeiro grande momento das privatizações no Brasil, pois muitas empresas foram desestatizadas. O auge das privatizações aconteceu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), especialmente no seu primeiro mandato, quando houve uma nova leva de desestatizações. Neste período o país gozava de uma estabilidade econômica, pois a inflação estava sob controle em função da implantação do Plano Real em 1994. O Brasil passara a ser um dos destinos mais procurados pelos investidores estrangeiros para aqui instalarem filiais de suas empresas.

Como vimos, é neste contexto favorável à economia brasileira e receptivo às idéias liberais que Jaime Lerner assume o governo do Paraná em 1995. Na sua gestão foram adotadas medidas compatíveis com o que acontecia no plano federal: privatizações, concessões, atração de investimentos estrangeiros.

A partir da análise realizada neste trabalho, chegamos à conclusão de que a opção por tal estilo de gestão pública pode ser considerada, em parte, reflexo do cenário econômico da época. Pode se alegar que a situação econômica do país levou as unidades subnacionais a adotar políticas semelhantes às praticadas pelo governo federal, mas o governo do Paraná não tinha nenhuma obrigação formal ou legal para seguir à risca o que o era feito em Brasília. Aliás, no que se refere à política industrial, observamos que o governo FHC não estabeleceu políticas econômicas regionais que ajudassem, principalmente aqueles Estados da federação menos industrializados, a se fortalecerem quanto à este processo. Soma-se à essa ausência de uma política nacional de industrialização, o fato da Constituição de 1988 ter concedido autonomia fiscal aos Estados. Assim, cada Estado acabou usando as “armas” ou adotando as práticas que melhor se encaixavam aos seus objetivos.

A nosso ver, a partir da análise da trajetória política dos atores aglutinados no governo Jaime Lerner⁶⁰, a conjuntura nacional da época só favoreceu, ainda mais, a implantação no Paraná da plataforma ideológica do grupo recém-chegado ao poder⁶¹.

Percebeu-se, no resgate e análise do processo decisório e da implantação de alguns dos instrumentos do Programa que a composição do grupo que estava à frente dos projetos de desenvolvimento econômico para o Estado naquele momento foi fundamental na definição do estilo de gestão do governo lernista. O grupo era formado na sua maioria por técnicos, técnicos-políticos ou políticos⁶², que começaram suas vidas profissionais em agências estatais e construíram suas carreiras galgando cargos no aparato estatal, sendo que alguns chegaram a ocupar posições importantes na burocracia federal, outros se candidataram a cargos eletivos e se tornaram políticos. De qualquer forma, estiveram ao longo de suas trajetórias ligados à elaboração de políticas para a industrialização paranaense, tendo sido defensores notórios da ampla participação da iniciativa privada nesse processo, com a qual sempre tiveram forte ligação como já atestaram trabalhos como os de OLIVEIRA (1995) e COUTO (1998). Também é inegável que souberam

⁶⁰ Como vimos no capítulo dois, a Ciência Política tem três linhas explicativas principais para analisar as “ações” do Estado e os possíveis atores e interesses por detrás destas ações. Se em termos teóricos as abordagens são incompatíveis, metodologicamente foram importantes para realizar esta pesquisa e a análise das informações encontradas: 1) no caso da *Teoria das Elites*, esta nos permitiu iniciar a pesquisa identificando os atores participantes em função de suas posições institucionais e, através da análise de suas trajetórias políticas, encontrar características comuns - formação educacional, experiências profissionais e participação em entidades de classe ou empresas - que ajudassem a explicar a visão que o grupo tinha sobre o desenvolvimento econômico do Estado; 2) em relação aos *pluralistas*, pôde-se verificar que no Estado não existe apenas uma única elite, mas grupos que se alternam e chegam ao poder, e que, uma vez estando lá, colocam em prática suas idéias. Assim, as eleições têm um papel fundamental. Foi assim, quando o grupo ligado à Lerner voltou ao executivo paranaense depois de doze anos de governos peemedebistas. Além disso, analisando o processo decisório do Programa e as ações efetivas dos atores – como pregam os pluralistas -, observou-se que o governo teve, na maioria das vezes, sucesso na aprovação dos seus projetos, pois não houve resistência por parte da Assembléia Legislativa ou outros setores da sociedade para barrar suas ações; 3) já a linha *marxista* destaca a dependência estrutural do Estado frente ao capital. Assim, o Estado se preocupa em dar condições econômicas estáveis e certos benefícios para que o capital possa prosperar e, assim, gerar mais empregos e renda para a população, aspectos estes demonstrados no discurso lernista, principalmente na atração de investimentos estrangeiros. Complementando estas três abordagens, o *institucionalismo* trouxe atores importantes para esta análise - os estatais - e possibilitou entender a importância e influência das instituições e das políticas anteriores na constituição de novas políticas públicas.

⁶¹ Aspectos relevantes do pensamento tecnoburocrático foram destacados no capítulo dois desta dissertação, utilizando-se de PEREIRA (1981), dentre os quais podemos citar a importância da industrialização, do planejamento, da eficiência técnica e do desenvolvimento econômico.

⁶² Conforme tipologia desenvolvida por SCHNEIDER (1994).

se aproveitar das oportunidades quando chegaram ao poder executivo para pôr em prática as suas idéias, como foi nos anos 60, 70 e novamente em 1995.

Observamos que a concessão de benefícios fiscais e de infra-estrutura, a utilização do FDE e a negociação com empresas multinacionais não são uma estratégia dos anos 90. Já foram implementadas no Paraná em larga escala entre os anos 60 e 70 pelos mesmos atores que em 1995 assumiram o governo e elaboraram o Programa Paraná Mais Empregos como Karlos Rischbieter, Luiz A. Fayet, Cássio Taniguchi, Alex Beltrão, o próprio Jaime Lerner, entre outros.

Em alguns depoimentos, os próprios atores reconhecem que se basearam nas experiências do passado para pensar no que poderia ser feito no Paraná dos anos 90, mesmo porque o sentimento de “economia periférica” (PADIS, 1981) continuava vivo. Na visão do grupo, o Paraná precisava expandir e diversificar o seu parque industrial e se inserir, definitivamente, no cenário econômico brasileiro, aumentando sua participação tanto no PIB quanto nas decisões nacionais.

Além da situação econômica favorável, não presente, por exemplo, nos governos peemedebistas que passaram por graves crises e que antecederam a gestão lernista, o governo ainda contou com o apoio da maioria dos deputados na Assembléia Legislativa. Como pudemos verificar, analisando o processo decisório de alguns instrumentos do Programa, a oposição era inferior numericamente e pouco conseguiu fazer para barrar as pretensões do executivo. A oposição por diversas vezes se manifestou, protestou, mas não conseguiu sensibilizar os demais deputados. Foi assim com a aprovação da lei das concessões, das empresas a serem privatizadas, bem como no caso da Copel, no qual, apesar de toda a mobilização popular contra a venda, esta foi confirmada por 27 votos a 26.

Aliás, no que se refere à participação da sociedade na gestão lernista, pelo menos no que se refere ao Programa Paraná Mais Empregos, vimos que não houve abertura de muitos espaços. A parte econômica do programa de governo da candidatura de Lerner foi elaborada por Fayet (contando com a colaboração de técnicos oriundos da CODEPAR/BADEP) e Taniguchi. O restante do programa, com Lerner já eleito, foi concebido pelas equipes técnicas das Secretarias da Indústria e Comércio e da Fazenda, seus secretários e, é claro, o próprio governador.

Um aparte que pode ser feito em relação ao insulamento do governo na elaboração de tais políticas é a constituição do IPD. Concebido por Karlos

Rischbieter, Saul Raiz e Alex Beltrão, e uma antiga aspiração de Lerner, o IPD aproximava os empresários do centro das decisões governamentais. Eles poderiam opinar acerca de projetos para o Estado e prestar serviços de consultoria sobre a viabilidade de tais projetos. É paradoxal ver o empresariado local apoiando o governo lernista, uma vez que não desfrutou dos mesmos privilégios concedidos às multinacionais, notadamente do setor automobilístico. Muitas empresas paranaenses sucumbiram à abertura econômica e muitas delas foram vendidas à grandes grupos estrangeiros. Quem sabe fazer parte do IPD tenha sido uma nova maneira encontrada pelos empresários para influenciar as políticas governamentais, uma vez que entidades como o Instituto Liberal do Paraná⁶³ ou grupos informais como o Grupo de Empresários de Curitiba – GEC⁶⁴ já estavam enfraquecidos e em vias de desativação. Nessa fase acentuada de internacionalização da economia brasileira e mediante os benefícios fiscais concedidos às empresas estrangeiras, a exemplo da Renault, é mais lógico supor que as grandes corporações mundiais têm mais chances de influenciar, sob diversas formas, as políticas públicas⁶⁵.

Percebe-se, portanto, que o plano de desenvolvimento econômico agrupado em torno do *Programa Paraná Mais Empregos* não se restringiu apenas à um projeto de secretaria. Ele acabou se configurando no principal programa da gestão lernista. Hoje, tal gestão não é lembrada em função do que o governo fez em termos educacionais, de saúde ou habitação. Ela é lembrada pelos seus aspectos econômicos, ou seja, pela atração de multinacionais, principalmente das montadoras, da concessão das rodovias – e da cobrança dos pedágios – e das privatizações realizadas, o que ressalta a importância do Programa.

⁶³ A esse respeito ver LIMA (2003).

⁶⁴ A esse respeito ver COUTO (1998).

⁶⁵ No que se refere às Câmaras Setoriais, é possível que tenham se constituído numa exceção e os sindicatos dos trabalhadores dos setores nos quais foram instaladas tenham participado efetivamente das discussões. Como o governo atual não possui registros das reuniões realizadas e os membros do governo anterior que deveriam ter tais registros não os tinham ou não nos atenderam, tornou-se difícil realizar uma análise da participação dos trabalhadores e dos resultados efetivos dessas câmaras. Apesar deste trabalho não ter contribuído com tal análise, fica ao menos o registro da existência das Câmaras Setoriais no Estado, o que pode provocar interesse e a tentativa pela busca de informações sobre o assunto por parte de outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. **Uma aposta no futuro** – os primeiros anos da câmara setorial automotiva. São Paulo: Scritta, 1996.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 1, v. 18, p. 7-9, fev. 2003.

_____. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ATAS DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO de Sociedade Civil sem fins lucrativos - Instituto Paraná Desenvolvimento. Curitiba, 28 mar. 1996.

ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS do Instituto Paraná Desenvolvimento. Curitiba, 1996-2005.

ATAS DAS REUNIÕES do Conselho de Investimentos do Instituto Paraná Desenvolvimento. Curitiba, 1996-2005.

AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BNDES. **Histórico das Privatizações**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações/catalogo/Priv_Gov.pdf> Acesso em: 20 maio 2006.

COELHO, V. S. P. Interesses e instituições na política da saúde. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 37, v. 13, p. 115-128, jun. 98.

COUTO, I. C. **Ação Política Empresarial**: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990-1998. Curitiba, 1998. 141 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CRUZ, S. V. e. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

CUNHA, S. K. O papel das políticas e das instituições no desenvolvimetro industrial do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba: UFPR, n. 19, p. 101-135, 1995.

CUT. **CCJ vota fim de empresas criadas para atrair capital**. Disponível em: <www.cutpr.org.br/clipping_2.php?id1=29> Acesso em: 10 maio 2006.

DAHL, R. A. **Análise política moderna**. Brasília: UNB, 1988.

_____. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DER. **Histórico das Concessões**. Curitiba, [?].

DINIZ, E. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**: Brasil, 1985-95. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOMHOFF, G. W. **The powers that be**: precesses of ruling-class domination in America. New York: Vintage Books, 1979.

DÓRIA, P. R. **Liderança, autoridade e contexto político**: o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971 - 2000). Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ECOPARANÁ. Disponível em: <http://www.ecoparna.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php?conteúdo=27> Acesso em: 05 jun. 2006.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: historiografia e história, São Paulo, Brasiliense, 1972.

FAYET, L. A. **Guerra Fiscal – causas e realidades**, 2000. Disponível em: <http://www.fayet.com.br/2000guerra.htm> Acesso em: 15 dez. 2005.

FAYET, L. A. **Reflexões sobre a privatização da Copel**, 2001. Disponível em: <http://www.fayet.com.br/2001reflexoes.htm> Acesso em: 15 dez. 2005.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. A nova lógica da localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 103, p. 79-100, jul/dez 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 abr. 2001, p. B6.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 1994-2002.

GOMES, A. M. de C. **Burguesia e Trabalho**: Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HUNTER, F. **Community Power Structure** . Chapel Hill: University of North Caroline, 1953.

IPD. Disponível em: <http://www.ipd.org.br/institucional.htm> Acesso em: 15 abr. 2005).

INCISA, L. Industrialização. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UNB, 1993, v.1, p. 626-631.

INDUSTRIA E COMÉCIO. Curitiba, 1994-1995.

JOBERT, B.; MULLER, P. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.

JUCEPAR. Estatuto Social da Paraná Desenvolvimento S.A.

KINZO, MARIA D'ALVA G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo Perspectiva, vol.15, no.4, p.3-12, out./dez. 2001.

KUNHAVALIK, J. P. **Ney Braga: Trajetória Política e Bases do Poder**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, E. P. S. **Instituto Liberal: a defesa das leis de mercado no Parana 1987-2002**. Curitiba, 2003, 103 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

LINDBLOM, C. **O processo de decisão política**. Brasília: UNB, 1981.

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense nos anos 90**. Curitiba: Editora do Autor, 2000.

LOURENÇO, G. M. O preço fiscal da industrialização. In: **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 25, n. 1-2, p. 10-12, jan-fev. 2003.

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. **Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. São Paulo, 1999. 286 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fapesp/Revan, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.

Memória de Curitiba Urbana. **IPPUC**, Curitiba, mai. 1990.

Memória de Curitiba Urbana. **IPPUC**, Curitiba, dez. 1990.

Memória de Curitiba Urbana. **IPPUC**, Curitiba, abr. 1991.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: **O que ler na ciência social brasileira**. MICELI, S. (Org.). São Paulo: Sumaré, 1999.

MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

MONTERO, A. P. Elaboração de políticas econômicas em nível subnacional no Brasil: uma colcha de retalhos. In: ABREU, A. A. de. **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NOJIMA, D.; MOURA, R.; SILVA, S. T. da. Dinâmica Recente da Economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In: **Primeira Versão IPARDES**. Curitiba, n. 3, dez. 2004

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba,

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado Capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984b.

OLIVEIRA, D. de. **A política do planejamento urbano: o caso Curitiba**. Curitiba, 1995. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. Anais da Assembléia, 1995-2002.

PARANÁ. Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa, 1995-2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Comunicação Social. Fax-comunicação. Curitiba: SECS, n. 35, 18 abr. 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico. **Programa Paraná Mais Empregos: plano de desenvolvimento do Paraná**. Curitiba: SEID, [1995a?].

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico. **Programa Paraná Mais Empregos: incentivos fiscais do Paraná**. Curitiba: SEID, jun. 1995b.

PEREIRA, L. C. B. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POLSBY, N. **Community Power and Political Theory**. New Haven: Yale University Press, 1969.

PROTOCOLO DE ACORDO Renault – Estado do Paraná. Curitiba, mar. 1996.

REIS, E. P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 1, v. 18, p. 11-14, fev. 2003.

REVISTA DO CONFEA. **Luz no fim do túnel**. Disponível em: <http://www.confea.org.br/revista/materias/edicao_08/materia_11/materia.asp> Acesso em: 06 jun. 2006.

RODRIGUES, D. A. A distribuição setorial e estadual dos novos investimentos no Brasil: 1996-98. **Revista do BNDES**, n. 11, p. 79-96, jun. 1999.

RUA, M. das G & A. **A política industrial no Brasil: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de *policy-making***. Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, jun.- dez, 1995.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

SCHATTSCHNEIDER, E.E. **The semisovereign People**. New York: Wadsworth, 1988.

SCHNEIDER, B. R. **Burocracia pública e política industrial no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1994.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (Emater-PR)**. Curitiba, 2005, ?p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico, Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

SHAPIRO, H. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. **De JK a FHC, a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 15-20, fev. 2003.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UNB, 1993, v. 2, p. 933-943.

SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, jan. – mar. 1996, vol. 16, n. 1, p. 5-20.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **História Econômica e história de empresas**, São Paulo, HUCITEC, III, 2, p. 7-25, 2000.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre o Banestado – Banco do Estado do Paraná S.A. e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 20 out. 1997.

TSBELIS, G. **Jogos Ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.

THELEN, K. STEINMO, S. historical Institutionalism in Comparative Politics. In: Sven, S. THELEN, K; LONGSTRETH (Orgs.). **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. New York, Cambridge University Press, 1992.

WEIR, M.; ORLOFF, A.S.; SKOCPOL, T. **The politics of social policy in the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, H. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed??, 1985, n. 48, p. 62-80.

DEPOIMENTOS CONCEDIDOS PARA A DISSERTAÇÃO

BANZZATTO, Antonio Carlos. **Entrevista concedida a Candida Deichmann Santos Lima**. Curitiba, nov. 2005.

DIAS, Eduardo Marques. **Entrevista concedida a Candida Deichmann Santos Lima**. Curitiba, jan. 2006.

FAYET, Luiz Antonio. **Entrevista concedida a Candida Deichmann Santos Lima**. Curitiba, dez. 2005.

TANIGUCHI, Cássio. **Entrevista concedida a Candida Deichmann Santos Lima**. Curitiba, fev. 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DO PARANÁ – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1975-2000	112
ANEXO 2 - MATERIAL PUBLICITÁRIO SOBRE O PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS	114
ANEXO 3 - MANUAL EXPLICATIVO DOS INCENTIVOS FISCAIS OFERECIDOS PELO PARANÁ	123

ANEXO 1 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO VALOR
ADICIONADO FISCAL DO PARANÁ – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS -
1975-2000

FONTE: NOJIMA, D.; MOURA, R.; SILVA, S. T. da. Dinâmica Recente da Economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In: **Primeira Versão IPARDES**. Curitiba, n. 3, dez. 2004

ANEXO 1 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DO PARANÁ - MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1975/2000

MESORREGIÃO	VALOR ADICIONADO FISCAL (%)										
	1975	1980	1983	1985	1988	1989	1991	1992	1993	1998	2000
NOROESTE	11,212	5,867	5,723	7,245	6,385	4,122	3,759	3,552	3,413	3,802	3,649
CENTRO-OCIDENTAL	4,947	4,560	4,122	4,879	4,390	3,235	3,397	3,332	3,101	2,720	2,158
NORTE CENTRAL	25,706	17,698	18,835	21,935	19,454	18,012	15,793	16,005	15,213	14,744	14,323
NORTE PIONEIRO	7,213	5,791	5,169	6,164	5,615	4,471	3,793	3,731	3,545	3,474	2,839
CENTRO-ORIENTAL	7,501	7,124	7,662	7,073	7,341	8,024	7,230	6,904	6,946	6,895	7,612
OESTE	12,973	11,145	11,558	11,834	10,805	13,005	16,468	16,126	14,903	14,680	13,839
SUDOESTE	3,936	3,677	3,537	3,881	4,193	3,380	3,151	3,537	3,783	3,558	3,483
CENTRO-SUL	4,376	4,433	3,328	3,365	4,139	4,433	4,079	4,745	5,073	5,055	3,907
SUDESTE	2,193	2,361	1,548	1,843	2,286	2,187	2,327	2,301	2,205	2,736	2,331
METROPOLITANA DE CURITIBA	19,944	37,342	38,519	32,181	35,392	39,131	40,003	39,768	40,839	42,336	45,859
TOTAL DO PARANÁ	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000

FONTE: SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

ANEXO 2 – MATERIAL PUBLICITÁRIO SOBRE O PROGRAMA PARANÁ MAIS
EMPREGOS

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico. **Programa Paraná Mais Empregos**: plano de desenvolvimento do Paraná. Curitiba: SEID, [1995a?].

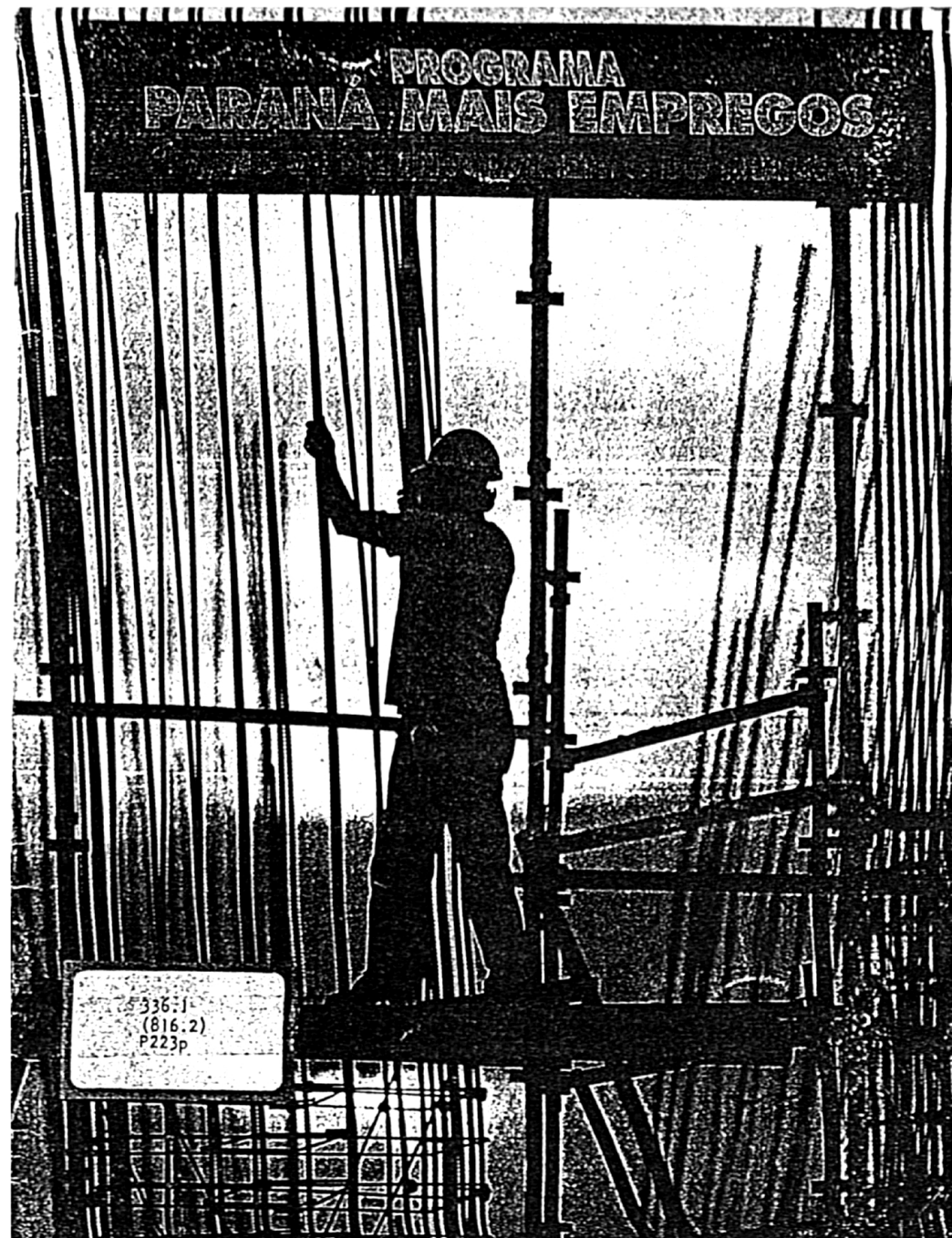
APOIO:

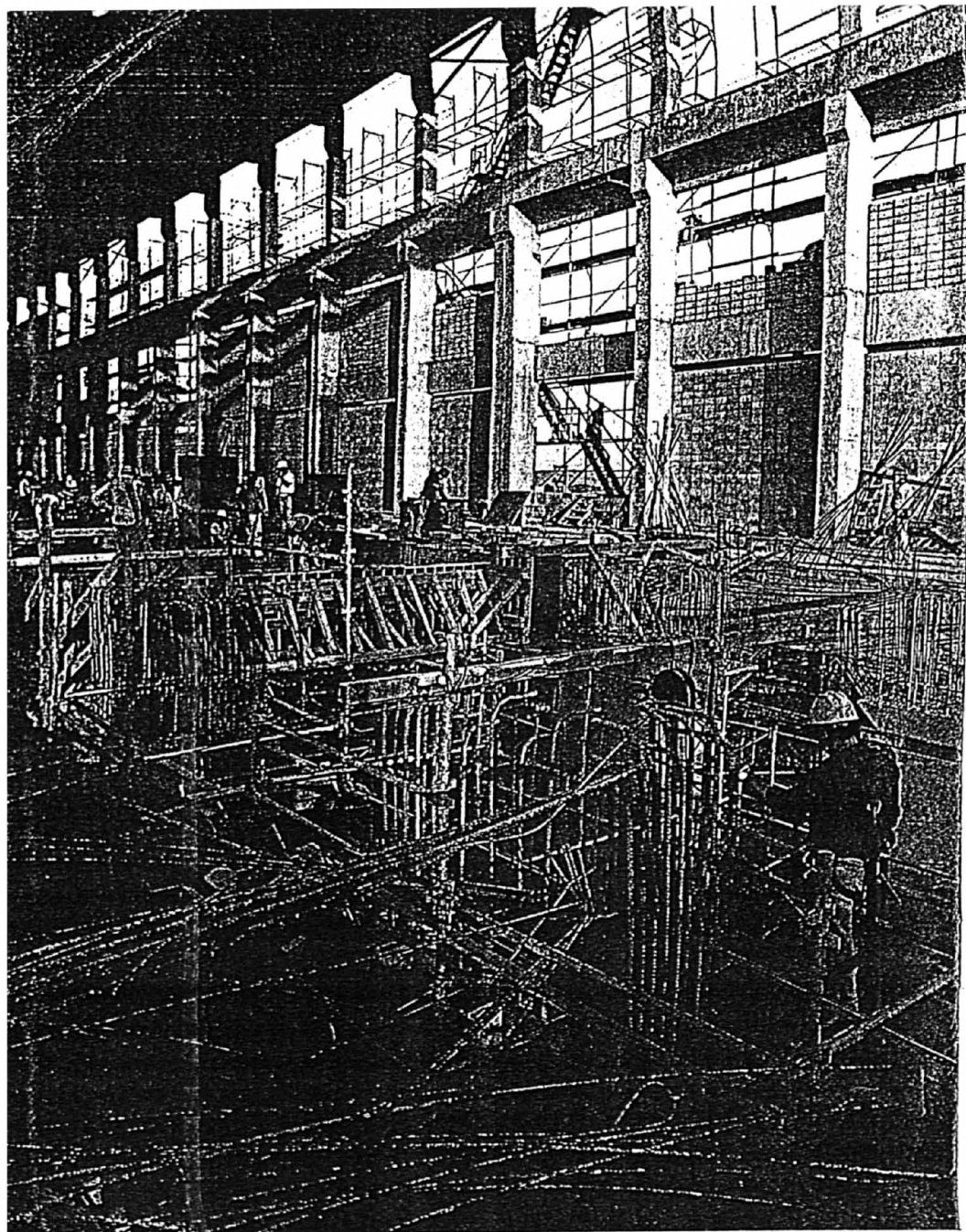


GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO





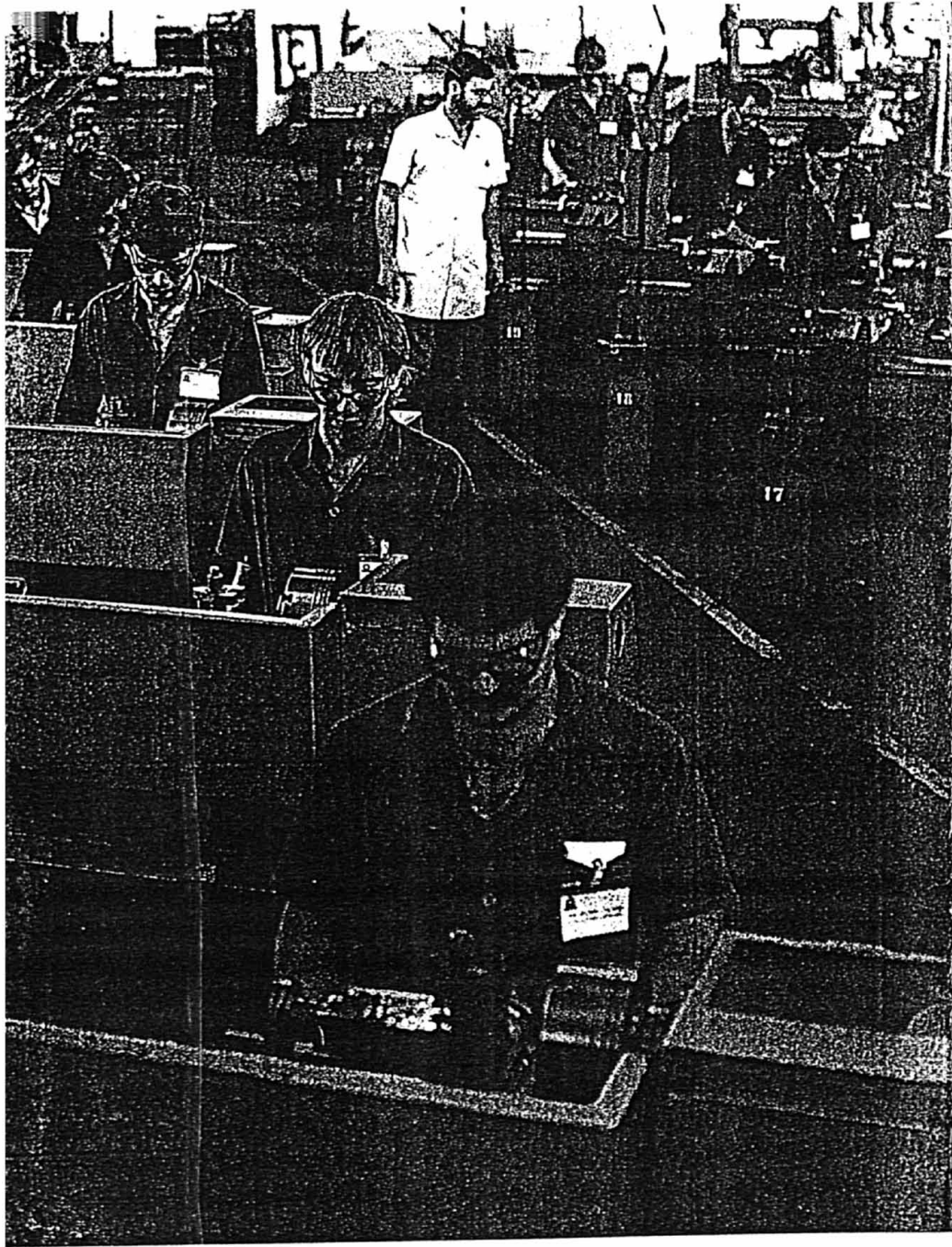
OBJETIVOS DO PROGRAMA

Fundamentado no Plano de Desenvolvimento do Paraná, desenvolveu-se o Programa Paraná Mais Empregos, que representa um conjunto de mecanismos adotados pelo Governo do Paraná, que visa dinamizar a estrutura produtiva já existente e apoiar a diversificação da indústria no Estado do Paraná.

O Paraná Mais Empregos e o seu desenvolvimento estratégico está fundamentado em duas pré-condições de execução:

- A formação de um anel de integração entre os principais pólos de desenvolvimento do Estado, com a distribuição e a ordenação das atividades econômicas para as proximidades da infra-estrutura física e institucional das principais cidades do Paraná;
- A integração das cadeias produtivas, viabilizando ao máximo a transformação de produtos regionais através do desenvolvimento de pólos agro-industriais, alterando a atual característica predominante no Estado de exportação de produtos *in natura*.

Paraná Mais Empregos. Com este programa, o Governo do Paraná espera ampliar os investimentos produtivos otimizando as potencialidades econômicas do Estado. Isso resulta na geração de novas oportunidades de emprego e na melhoria da qualidade de vida de toda população do Paraná.



MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

**COMO VAI ACONTECER O PROGRAMA
PARANÁ MAIS EMPREGOS**

MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO

PROJETOS ATÉ R\$ 50 MILHÕES EM INVESTIMENTOS (EQUIVALENTES A 2.300.000 UPF/PR EM JULHO/95)

É um mecanismo que permite a postergação de parte ou todo o ICMS gerado por estabelecimentos industriais que executarem investimentos fixos no Estado do Paraná.

Cada parcela mensal de ICMS enquadrada no programa vence após 48 meses com correção monetária, mas sem juros, ou seja, trata-se de uma barata fonte alternativa de financiamento ao capital de giro da empresa.

A duração do programa é de 48 meses ou até o limite do investimento fixo realizado, o que acontecer primeiro.

Se a empresa realizar novos investimentos poderá complementar o valor autorizado a enquadrar no programa ou requerer novo enquadramento.

Vale dizer, enquanto houver investimento e até o limite deste, que a empresa poderá pagar ICMS em prazo diferenciado.

Para fabricantes de produtos sem similar no Estado, 100% de ICMS gerado poderá ser pago em 48 meses.

Para conhecer as hipóteses de investimentos nos diversos setores e regiões, bem como os percentuais de redução do ICMS, consulte a tabela ao lado.

PROJETOS ACIMA DE R\$ 50 MILHÕES EM INVESTIMENTOS (EQUIVALENTES A 2.300.000 UPF/PR EM JULHO/95)

Os projetos acima de R\$ 50 milhões em investimentos terão condições especiais: poderá o valor do ICMS incremental ser elevado a até 2 vezes o investimento realizado mantendo-se as demais condições e o limite poderá ser de até 100%.

MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FIXOS E GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (1)

HIPÓTESES	% ICMS INCREMENTAL ENQUADRÁVEL	PRAZO DE UTILIZAÇÃO (2)	VENCIMENTO MÊS (3)
Curitiba, Araucária	50%	Até 48 meses	49ª até 96ª
Região Metropolitana Cinturão de Empregos	80%	Até 48 meses	49ª até 96ª
Ponta Grossa, Maringá, Londrina, São José dos Pinhais	70%	Até 48 meses	49ª até 96ª
Demais Municípios do Estado	80%	Até 48 meses	49ª até 96ª
Fabricantes de produto sem similar no Estado	100%	Até 48 meses	49ª até 96ª
Setores Integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado	% definido para a localização	Até 48 meses	49ª até 96ª
Investimento superior a 2.300.000 UPF/PR (2)	Até 100% (enquadramento de comissão técnica)	Até 48 meses	49ª até 96ª

INCENTIVO ADICIONAL A ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NO PROGRAMA PARA COMPRAS DE INSUMOS NO ESTADO (1)

HIPÓTESES	GÊNEROS (4)	PRAZO DE UTILIZAÇÃO (2)	VENCIMENTO MÊS
40% de compras de fabricantes paranaenses	Mecânica, material elétrico e comunicações, transporte, química	Até 48 meses	O acima mais 12 meses
60% de compras de fabricantes paranaenses	Mecânica, material elétrico e comunicações, transporte, química	Até 48 meses	O acima mais 24 meses

INCENTIVO ADICIONAL AOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (1)

HIPÓTESES	% A DEDUZIR	PRAZO DE UTILIZAÇÃO	VENCIMENTO MÊS (3)
Estabelecimentos que apenas realizarem gastos em pesquisa e desenvolvimento (5)	100% dos gastos, na proporção de 1/12 ao mês	12 meses	49ª até 96ª

INCENTIVO ADICIONAL À AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (6)

HIPÓTESES	BENEFÍCIO	% A APROPRIAR	DURAÇÃO	ENCARGOS
Estabelecimentos industriais	Apropriação do ICMS pago	Até 10% do saldo devedor mensal	Até esgotar os créditos de ICMS	Subsídio integral e efetivo

(1) Correções os valores enquadrados serão corrigidos pelo Fator de Conversão e Atualização - FCA/PR - que varia com a UFIR, sem juros.

(2) Duração de 48 meses, mas limitada ao valor do investimento e dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento, exceto nos casos de cadeias produtivas prioritárias e investimento superior a 2.300.000 UPF/PR, hipóteses em que o valor poderá ser duplicado.

(3) Subsequente ao da dedução do ICMS incremental.

(4) Estabelecimentos industriais enquadrados no programa que adquirirem peças, partes e componentes de fabricante paranaense, comprovadas ao término do período de duração do programa.

(5) Contratos com as instituições de ensino, pesquisa e tecnologia localizadas no Estado.

(6) Listados na tabela II, anexo II, item 9, do RICMS.

MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

INCREMENTO À PRODUÇÃO - PARCERIA EMPRESARIAL

Muito semelhante ao Programa de Apoio ao Investimento Produtivo, permite alavancar recursos para executar o projeto de investimento, na proporção de 20% do valor do projeto. Pressupõe, portanto que em contrapartida, a empresa ou qualquer outra fonte de financiamento aporte os demais 80% dos recursos. Da mesma forma que o Programa de Apoio ao Investimento Produtivo, cada parcela do ICMS diferida para pagamento em prazo diferenciado, vence após 48 meses de carência, com correção monetária, sem juros.

A duração do programa também é de 48 meses e a parte do ICMS que pode ser mensalmente postergada é de 20% do saldo devedor do imposto. Ocorre que, para poder utilizar na prática os recursos da Parceria Empresarial, a empresa já deve estar em funcionamento, ou seja, gerando ICMS ou, alternativamente, poderá associar-se a qualquer contribuinte inscrito no cadastro do ICMS do Estado do Paraná que aceite participar com, no mínimo, 20% do empreendimento.

Deste modo, o estabelecimento associado é que passa a reter parte do seu saldo devedor do ICMS para alavancar os recursos a serem aplicados no projeto de investimento da empresa.

É importante frisar que o financiamento de 20% do investimento não exclui a possibilidade da empresa enquadrar parte do investimento restante no Programa de Apoio ao Investimento Produtivo. A única diferença é que o primeiro permite alavancar 20% dos recursos para realizar o investimento e o segundo financia os 80% restantes, na forma de capital de giro, depois de realizado o investimento.

Poderá se habilitar ao programa qualquer contribuinte inscrito no CAD/ICMS que pretenda executar investimentos fixos em estabelecimentos industriais do Estado do Paraná. Destina-se a apoiar a implantação, a expansão e a reativação de estabelecimentos industriais, a modernização tecnológica e o incremento do emprego, mediante o financiamento do investimento fixo. Serão enquadrados no programa os estabelecimentos:

- cujo aumento de produção física seja superior a 20%, tratando-se de expansão;
- em que a participação do requerente no montante dos investimentos seja superior a 20%.

Os estabelecimentos enquadrados no programa poderão deduzir do saldo do imposto a recolher em conta gráfica:

- 40% do valor total do investimento, desde que realizado em estabelecimento de cooperativas de produtores;
- 20% do valor total do investimento realizado em outros estabelecimentos industriais.

Quando o investimento for realizado por mais de uma empresa, a dedução será proporcional à participação de cada uma delas no investimento total. O valor a ser deduzido será calculado antes da apropriação do crédito que trata o art. 541-A e após apurado o ICMS incremental.

MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

O Paraná é o único estado brasileiro que permite a apropriação dos créditos do ICMS pago nas aquisições ou transferências de bens de capital.

No Brasil, o imposto pago nas aquisições de ativo fixo ou bens e serviços para uso e consumo próprio do contribuinte, não dá direito a crédito do ICMS, aspecto que entretanto, é concedido pelo Paraná, em relação aos bens de capital.

Isso permitirá à sua empresa reduzir em aproximadamente 10% o custo do seu investimento na implantação da fábrica, particularmente no que diz respeito aos equipamentos adquiridos.

Ainda em relação aos bens de capital, os sem similar nacional (certificado da ABIMAQ de não-similaridade e isenção ou alíquota zero de IPI e Imposto de Importação), poderão ser importados pela sua empresa sem incidência de ICMS.

O Paraná já procurou adiantar-se à reforma constitucional na área tributária, conforme explicitado. Isso representará importante sinalização para a retomada dos investimentos produtivos na economia brasileira que já se encontra em expansão desde a edição do plano real, em meados de 1.994.

O Paraná dispõe de uma série de hipóteses e mecanismos para neutralizar os créditos de ICMS porventura acumulados, principalmente em decorrência de exportações imunes, operações isentas ou com redução na base de cálculo do imposto.

Vale dizer, em relação ao regime tributário aplicado às saídas (débitos de ICMS) para o Estado do Paraná, permite, por exemplo, que a aquisição de máquinas e equipamentos, de insumos e até a energia elétrica, sejam efetuados dos respectivos fornecedores com a transferência de créditos acumulados.

Estes créditos acumulados não ficam sujeitos a corrosão inflacionária porque o Paraná permite a correção monetária integral dos referidos créditos, desobrigando a empresa da preocupação de ter que esgotá-los rapidamente para que não se percam parcialmente.

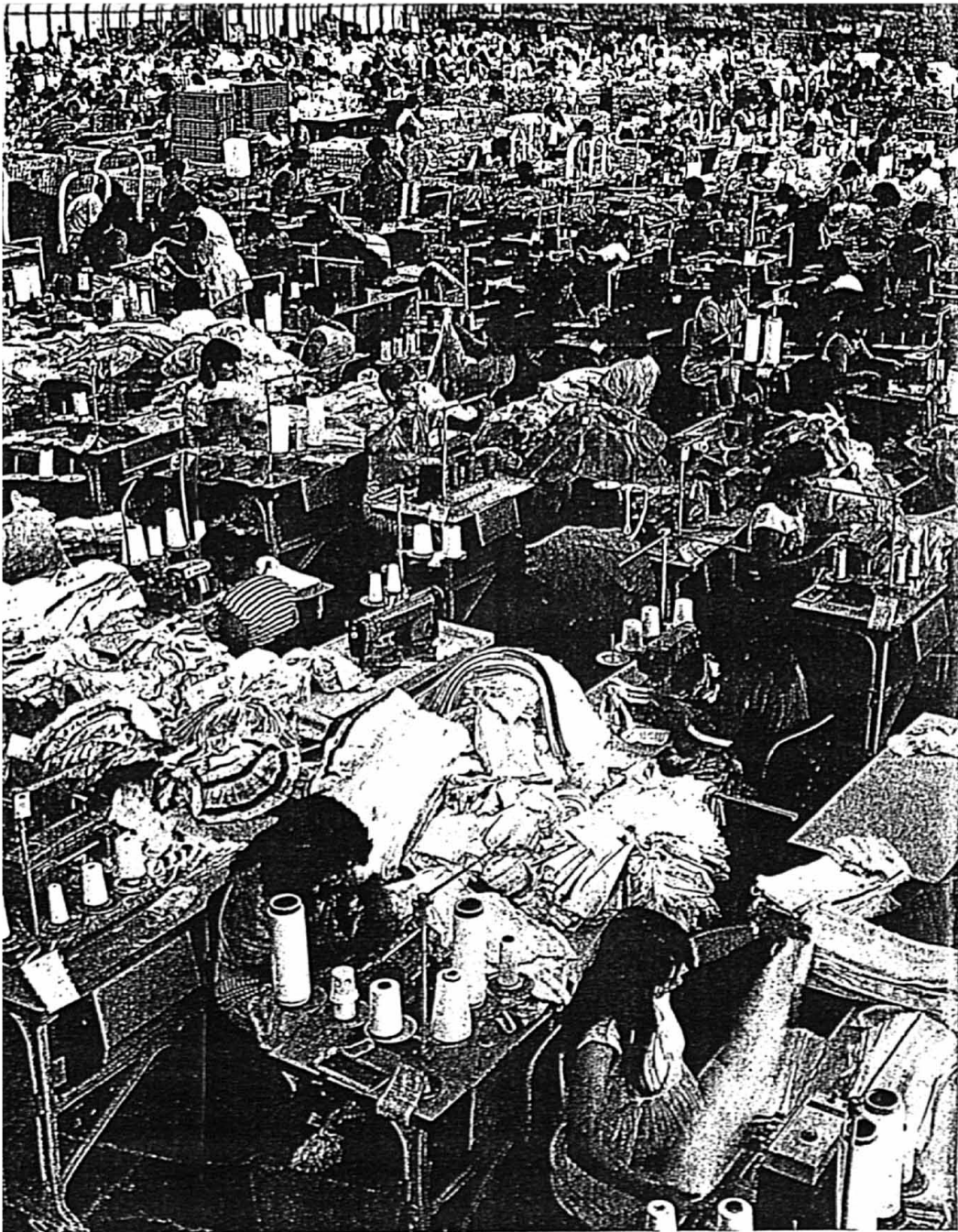
**MECANISMOS
DE INCENTIVO
À PRODUÇÃO**

**CONDOMÍNIO EMPRESARIAL -
BARRACÕES INDUSTRIAIS**

Tem como objetivo a construção nos municípios paranaenses de barracões destinados a Condomínios de Empresas Industriais, que irão promover a geração de empregos e o aumento de renda dos municípios beneficiados. Esses barracões abrigarão estabelecimentos de pequeno e médio porte, voltados ao atendimento de uma demanda regional, reprimida face ao alto custo dos investimentos em obras civis e dos terrenos, e à necessidade de implantação de infra-estrutura adequada ao funcionamento de pequenas empresas.

**INSTRUMENTOS
DE APOIO
AO SISTEMA
PRODUTIVO**

**QUEM VAI FAZER O PROGRAMA
PARANÁ MAIS EMPREGOS**



PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS
 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ



AGENTES FINANCEIROS E DE APOIO AO PROGRAMA:
 Banestado/FDE • BRDE • BNDES • FINEP • SEBRAE •
 Caixa Econômica Federal • Banco do Brasil

ANEXO 3 – MANUAL EXPLICATIVO DOS INCENTIVOS FISCAIS OFERECIDOS
PELO PARANÁ

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico. **Programa Paraná Mais Empregos**: incentivos fiscais do Paraná. Curitiba: SEID, jun. 1995b.



FIEP

PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS

INCENTIVOS FISCAIS DO PARANÁ

**SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEID**

Rua Marechal Hermes, 751 - 3º andar

Telefone: (041) 254-7612 e (041) 254-8311 ramal 311

Fax: (041) 252-4820

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Rua Vicente Machado, 445 - 3º andar

Telefone: (041) 223-2216 e (041) 322-1071 ramal 266

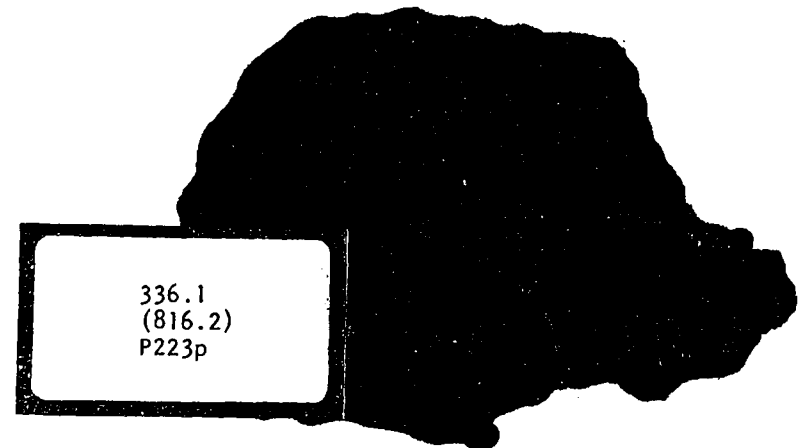
Fax: (041) 222-3505

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP

Avenida Cândido de Abreu, 200 - 6º andar

Telefone: (041) 254-8040 e (041) 252-0767 ramal 224

Fax: (041) 254-8321



MANUAL EXPLICATIVO
JUNHO/95

PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS

INCENTIVOS FISCAIS DO PARANÁ MANUAL EXPLICATIVO

**SECRETARIA DE ESTADO DA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO PARANÁ**

APRESENTAÇÃO

O Programa Paraná Mais Empregos, compreende um conjunto de ações integradas, ancoradas na estratégia de desenvolver programas e projetos em parceria com a sociedade para promover as transformações que coloquem o Paraná num novo patamar de sua história.

Este novo patamar depende do fortalecimento da economia do Estado e do estímulo que o Governo possa oferecer para, em conjunto com a iniciativa privada, aproveitar racionalmente as potencialidades de cada região gerando empregos e renda que possibilitem a necessária sustentação e equilíbrio para o Estado.

Os Incentivos Fiscais representam parte expressiva dos mecanismos que o Governo detém para influenciar o desenvolvimento da economia, seja privilegiando atividades econômicas prioritárias seja direcionando essas atividades para pólos vocacionados pelas mesmas ou ainda contemplando os empreendimentos voltados à Pesquisa e ao Desenvolvimento.

Foi dentro dessa perspectiva que o Governo do Estado projetou, inicialmente, dois mecanismos de Incentivos Fiscais direcionados à ordenação do espaço econômico, à integração de cadeias produtivas e à transformação de produtos na região de origem, que são:

- A - Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos;*
- B - Programa de Incremento à Produção - Parceria Empresarial.*

Neste documento encontram-se detalhados os mecanismos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado do Paraná aos empresários para promover a implantação, reativação e expansão de empreendimentos industriais.

ICARDES	
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO	
REC. N.º	ACQUIS.
13766	D
DATA	
10-8-95	

PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO PARANÁ MAIS EMPREGOS

Este programa garante apoio de incentivos fiscais para implantação de novas indústrias, projetos de expansão, reativação de indústrias paralisadas e modernização de unidades industriais. Não há limite máximo ou mínimo de investimento ou de tamanho do estabelecimento industrial para ter acesso ao programa. O incentivo também se aplica a gastos com pesquisas e desenvolvimento que especifica (P & D).

A ênfase do incentivo fiscal está alicerçada sobre a postergação do pagamento de parte do ICMS incremental visando à:

- implantação industrial: instalação de nova unidade de estabelecimento de empresa não existente no Estado ou de novo estabelecimento de empresa já existente;
- expansão industrial, o ICMS que excede em, no mínimo, 20% a média do estabelecimento nos últimos 36 meses;
- reativação de empreendimentos industriais, os paralisados há mais de um ano.
- modernização tecnológica, a incorporação de novos métodos e processos de produção da qual resulte aumento do valor agregado industrial.

Para efeito de benefícios a serem recebidos do programa, cada estabelecimento industrial é considerado como uma unidade autônoma. O estabelecimento reterá a parte do ICMS enquadrado no programa, numa forma de auto financiamento

OBJETIVOS

- Estimular novos investimentos industriais no Paraná;
- Oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias ao interesse econômico e social do Estado;
- Permitir a desconcentração industrial/regional;
- Estimular a criação de fornecedores de partes, peças e componentes dos gêneros: mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e química;
- Apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos com pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Estado;
- Incentivar o investimento produtivo (bens que produzem outros bens), através da apropriação total dos créditos de ICMS pagos na aquisição ou transferência de bens de capital.

BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES

- Estabelecimentos industriais localizados em Curitiba e Araucária podem diferir 50% do ICMS incremental por um período de até 48 meses, com pagamento em igual período;
- Estabelecimentos industriais localizados no Cinturão de Empregos (Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, excetuados os de Araucária, Curitiba e São José dos

- Pinhais) podem diferir 80% do ICMS incremental por até 48 meses, mais um período similar de pagamento;
- Estabelecimentos industriais localizados em Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais podem diferir 70% do ICMS incremental por até 48 meses, com igual período de pagamento;
 - Estabelecimentos industriais localizados nos demais municípios do Estado podem diferir 80% do ICMS incremental por até 48 meses, com idêntico tempo de pagamento;
 - Estabelecimentos industriais fabricantes de produto sem similar no Estado, com preponderância mínima de 50% da produção nesta condição, podem diferir 100% do ICMS incremental, com duração e carência iguais às hipóteses anteriores, independentemente de sua localização;
 - Estabelecimentos industriais dos gêneros: mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e química, podem receber um prazo de carência adicional de 12 ou de 24 meses, além dos 48, se ao término do Programa suas compras de peças, partes e componentes tiverem alcançado, no mínimo 40% e 60%, respectivamente, de estabelecimentos industriais paranaenses;
 - Estabelecimentos industriais que invistam acima de 2.300.000 UPF/IPR (aproximadamente R\$ 50 milhões em junho/95) podem diferir até 100% do ICMS incremental por até 48 meses e igual duração para pagamento, independentemente de sua localização, desde que enquadrados previamente por comissão técnica governamental;
 - O limite superior para utilização dos benefícios corresponde ao valor do investimento fixo e dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Este limite pode ser duplicado se o estabelecimento industrial beneficiário integrar cadeia produtiva prioritária ao Estado;
 - Qualquer estabelecimento industrial - não necessariamente aquele que tenha ICMS incremental - pode deduzir do pagamento presente do ICMS, por um período de 12 meses, valor equivalente a 100% dos gastos realizados em P & D, divididos em 12 parcelas, desde que contratados com instituição oficial de ensino ou pesquisa e centros tecnológicos localizados no Estado do Paraná; o pagamento de cada parcela deduzida é contemplada com 48 meses de carência;
 - Qualquer estabelecimento industrial - mesmo sem ICMS incremental ou gastos em P&D - pode creditar-se do ICMS pago na aquisição ou transferência de máquinas e equipamentos, listados no item 9 da tabela II do anexo II do RICMS, na proporção de 10% do saldo devedor mensal do ICMS.

REQUISITOS

Estabelecimentos industriais interessados em receber benefícios do programa devem preencher os seguintes requisitos:

- Preponderância industrial, assim considerados aqueles cujas saídas de produtos industrializados no próprio estabelecimento representem, no mínimo, 80% das saídas de mercadorias, nos últimos 12 meses;
- Investimentos fixos e gastos em P & D (estes devidamente contratados com instituição de ensino, centros de pesquisa e tecnologia no Estado do Paraná) realizados no período de até 12 meses anteriores à data de entrada do pedido para a obtenção dos benefícios na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Se a empresa realizar novos investimentos, poderá complementar o valor autorizado a enquadrar ou requerer novo enquadramento;
- Projetos de expansão devem obter um aumento de, no mínimo, 20% na produção física, exceto quando se tratar apenas de gastos de P&D;

- Não deve existir nenhum débito de ICMS, do estabelecimento e da empresa ou de qualquer outro negócio onde os mesmos sócios tenham participação, inscrito em "Dívida Ativa"; o mesmo requisito se aplica em relação ao sistema financeiro do Estado: Banestado-Banco do Estado do Paraná, BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e BADEP- Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.
- Cumprimento dos requisitos ambientais impostos pelo IAP- Instituto Ambiental do Paraná.

MECANISMO OPERACIONAL

A) ICMS INCREMENTAL

- O próprio estabelecimento industrial retém a parte do ICMS enquadrado no programa, numa espécie de autofinanciamento, ou seja, o ICMS não é recolhido e liberado mais tarde através de um agente financeiro, conforme procedimento adotado em outros Estados brasileiros;
- Para reativação de fábricas paralisadas e projetos de implantação, como todo ICMS gerado é novo, a proporção a ser aplicada corresponde às percentagens indicadas no item "Benefícios e Condições";
- Para projetos de expansão, o ICMS que exceder em, no mínimo, 20% a média histórica do estabelecimento nos últimos 36 meses, é considerado incremental. Neste caso, a parte a ser retida para recolhimento em prazo diferenciado também corresponde aos percentuais indicados no item "Benefícios e Condições".

B) GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P & D

O estabelecimento industrial que realizar gastos em P & D, que tenham sido devidamente contratados com instituições estaduais, poderá deduzir esses gastos, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, do saldo de ICMS apurado para pagamento com 48 meses de carência. Esse benefício não exclui a possibilidade, simultaneamente, do estabelecimento deduzir do saldo devedor, o ICMS incremental enquadrado no programa.

C) APROPRIAÇÃO DOS CRÉDITOS DE ICMS PAGO NA AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE BENS DE CAPITAL

Para máquinas e equipamentos listados no item 9 da tabela II do anexo II do regulamento do ICMS, qualquer estabelecimento industrial poderá creditar-se do ICMS pago, na proporção de até 10% do saldo devedor mensal de ICMS, desde que os bens permaneçam no estabelecimento por, pelo menos, 24 meses. Na hipótese de tais créditos não poderem ser apropriados em um só mês, o saldo será convertido em Fator de Conversão e Atualização - FCA, para dedução nos meses seguintes sempre observando o limite de 10% do saldo devedor do ICMS apurado no mês.

PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO - PARANÁ MAIS EMPREGO

1- INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FIXOS E GASTOS EM P & D (1)

HIPÓTESES	% DO ICMS INCREMENTAL ENQUADRÁVEL	PRAZO DE UTILIZAÇÃO ATÉ (MESES) (2)	VENCIMENTO (MÊS) (3)
Curitiba, Araucária	50%	48	49º até 96º
Região Metropolitana "Cinturão de Empregos"	80%	48	49º até 96º
Ponta Grossa, Maringá, Londrina, São José dos Pinhais	70%	48	49º até 96º
Demais Municípios do Estado	80%	48	49º até 96º
Fabricantes de Produto sem similar no Estado	100%	48	49º até 96º
Setores Integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado	% definido para a localização	48	49º até 96º
Investimento Superior a 2.300.000 UPF/PR (2)	Até 100% (enquadramento de comissão técnica)	48	49º até 96º

2- INCENTIVO ADICIONAL A ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NO PROGRAMA PARA COMPRAS DE INSUMOS NO ESTADO (1)

HIPÓTESES	GÊNEROS (4)	PRAZO DE UTILIZAÇÃO ATÉ (MESES) (2)	VENCIMENTO O (MÊS)
40% de compras de fabricantes paranaenses	Mecânica, mat. elétrico e comunicações, transporte, química	48	O acima mais 12 meses
60% de compras de fabricantes paranaenses	Mecânica, mat. elétrico e comunicações, transporte, química	48	O acima mais 24 meses

3- INCENTIVO ADICIONAL AOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (1)

HIPÓTESE	% A DEDUZIR	PRAZO DE UTILIZAÇÃO (MESES)	VENCIMENTO (MÊS) (3)
Estabelecimentos que apenas realizarem gastos em P&D (5)	100% dos gastos, na proporção de 1/12 ao mês	12	49º até 96º

4- INCENTIVO ADICIONAL À AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (6)

HIPÓTESE	BENEFÍCIO	% A APROPRIAR	DURAÇÃO	ENCARGOS
Estabelecimentos industriais	Apropriação do ICMS pago	Até 10% do saldo devedor mensal	Até esgotar os créditos de ICMS	Subsídio integral e efetivo

(1) Correção: os valores enquadrados serão corrigidos pelo Fator de Conversão e Atualização - FCA/PR- que varia com a UFIR, sem juros.

(2) duração de 48 meses, mas limitada ao valor do investimento e dos gastos em P&D, exceto nos casos de cadeias produtivas prioritárias e investimento superior a 2.300.000 UPF/PR hipóteses em que o valor poderá ser duplicado.

(3) subsequente ao da dedução do ICMS incremental

(4) Estabelecimentos industriais enquadrados no programa que adquirirem peças, partes e componentes de fabricante paranaense, comprovadas ao término do período de duração do programa

(5) Contratos com as instituições de ensino, pesquisa e tecnologia localizadas no Estado

(6) Listados na tabela II, anexo II, item 9, do RICMS

**PROGRAMA DE INCREMENTO À PRODUÇÃO
PARCERIA EMPRESARIAL**

Este programa destina-se a apoiar a implantação, a expansão e a reativação de estabelecimentos industriais, a modernização tecnológica e o incremento do emprego, mediante o financiamento do investimento fixo.

O Parceria Empresarial permite alavancar recursos para executar o projeto, na proporção de 20% do valor total do investimento ou 40% do valor total, desde que realizados em estabelecimento de cooperativas de produtores. Pressupõe, portanto, que em contrapartida a empresa, ou qualquer outra fonte de financiamento aporte os demais 80% ou 60% dos recursos financeiros necessários.

A duração do programa também é de até 48 meses e carência de igual período para cada dedução. A parte do ICMS que pode ser mensalmente deduzida do saldo devedor, para pagamento em prazo diferenciado é também de 40% para cooperativas e 20% para os demais estabelecimentos industriais. Ocorre que, para poder utilizar os recursos do Parceria Empresarial, o estabelecimento já deve estar em funcionamento, gerando ICMS. Por isso, a empresa poderá associar-se a qualquer contribuinte inscrito no cadastro do ICMS do Estado do Paraná, que participe ou aceite participar com, no mínimo, 20% do empreendimento, hipótese em que a dedução no saldo devedor de ICMS poderá ser praticada pelo estabelecimento "parceiro", na proporção de sua participação no novo projeto de investimento.

É importante frisar que o financiamento de 20% ou 40% do investimento, neste programa, não exclui a possibilidade da empresa utilizar também o Programa de Apoio ao Investimento Produtivo. A única diferença é que o primeiro permite alavancar 20% ou 40% dos recursos para realizar o investimento fixo e o segundo financia a diferença (80% ou 60%), na forma de capital de giro, depois de realizado o investimento. O estabelecimento pode utilizar os dois mecanismos simultaneamente, vez que a dedução de ICMS no Parceria Empresarial, é de ICMS incremental enquadrável no Programa Paraná Mais Empregos, e praticada no saldo devedor original de ICMS.

BENEFICIÁRIOS E REQUISITOS

- Poderá habilitar-se ao programa qualquer contribuinte inscrito no CAD/ICMS que pretenda executar investimentos fixos em estabelecimentos industriais no Estado, excluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- Poderão ser admitidos projetos de reativação de empreendimentos industriais paralisados há mais de 1 ano, desde que adquiridos no todo ou em parte, pelo terceiro habilitado ao programa;
- Serão enquadrados no programa os estabelecimentos:
 - Cujo o aumento na produção física seja superior a 20%, tratando-se de expansão;
 - Em que a participação do requerente no montante dos investimentos seja superior a 20%, quando a inscrição do mesmo no cadastro do ICMS não for a mesma do estabelecimento objeto do projeto de investimento;
 - Que atendam aos requisitos de preponderância industrial e inexistência de débitos vencidos com tributos do Estado, Banestado, Badep, BRDE e IAP, conforme especificado no item "requisitos" do Programa Paraná Mais Empregos.

CONDIÇÕES E LIMITES

- Os estabelecimentos enquadrados no programa poderão deduzir, do saldo do imposto a recolher em conta gráfica:
 - 40% do valor total do investimento, desde que realizado em estabelecimento de cooperativa de produtores, na proporção de até 40% do saldo devedor mensal da inscrição habilitada ao Programa;
 - 20% do valor total do investimento, para outros estabelecimentos industriais, na proporção de até 20% do saldo devedor mensal da inscrição habilitada ao Programa.
- No caso de investimento realizado por mais de uma empresa, a dedução será proporcional à participação de cada uma delas no investimento total;
- A duração do programa será de até 48 meses consecutivos contados do primeiro mês em que o estabelecimento utilizar o mecanismo, o que deverá ocorrer até 12 meses após a obtenção da autorização e terá por limite o valor do investimento autorizado.

PROGRAMA DE INCREMENTO A PRODUÇÃO - PARCERIA EMPRESARIAL

INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FIXOS (1)

HIPÓTESES	% A DEDUZIR DO SALDO DEVEDOR DE ICMS	LIMITE EM % DO INVESTIMENTO AUTORIZADO / REALIZADO	PRAZO DE UTILIZAÇÃO ATÉ (MESES)(2)	VENCIMENTO (MÊS) (3)
COOPERATIVAS	40%	40%	48	49º até 96º
DEMAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	20%	20%	48	49º até 96º

(1) Correção : os valores enquadrados serão corrigidos pelo Fator de Conversão e Atualização - FCA/PR- que varia com a UFIR, sem juros.

(2) Duração de 48 meses, mas limitada ao valor do investimento autorizado, desde que realizado.

(3) Subseqüente ao da dedução do ICMS.

ENCAMINHAMENTO

Os esclarecimentos de dúvidas bem como o roteiro para a solicitação do enquadramento nos programas poderão ser obtidos junto a:

- Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná - Coordenação de Assuntos Econômicos - telefone (041) 223-2216 ou (041) 322-1071 ramais 266 e 267, fax(041) 223-3779;
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - Coordenadoria de Fomento - telefone(041) 254-7612; (041) 254-8311 ramal 311 fax (041) 252-4820.
- Federação das Indústrias do Paraná - Departamento Econômico - telefone(041) 254-8040 ou (041) 252-0767, ramal 224 fax (041) 253-6486.
- Também podem colaborar no encaminhamento e divulgação dos programas o Banestado e o BRDE.

Íntegra do Decreto nº 1.966 de 22/12/92 (RICMS), artigos 530 à 541-G, indexado pelo Decreto nº 3.465 de 03/05/94, Decreto nº 4.424 de 08/11/94 e Decreto nº 919 de 22/06/95.

TÍTULO IV

DOS MECANISMOS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO

PARANÁ MAIS EMPREGOS

SEÇÃO I

DO OBJETIVO E REQUISITOS PARA ENQUADRAMENTO

Art. 530. O "Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos" - destina-se a apoiar a implantação e a expansão de estabelecimentos industriais, fabricantes de produtos com ou sem similar, neste Estado, a modernização tecnológica e o incremento do emprego (Lei 9.895/92, art. 2º).

Art. 531. Poderão habilitar-se ao programa os estabelecimentos industriais que executarem investimentos fixos, bem como gastos em pesquisa ou desenvolvimento contratados a instituições de ensino, pesquisa e tecnologia localizados no Estado, de acordo com os requisitos estabelecidos neste capítulo.

§ 1º Entende-se por estabelecimento uma inscrição específica no CAD/ICMS e por empresa uma inscrição no CGC.

§ 2º O acesso ao programa será permitido a estabelecimentos com preponderância industrial, assim considerados aqueles cujas saídas de produtos industrializados, no próprio estabelecimento, representem, no mínimo, oitenta por cento do valor total das saídas de mercadorias nos doze últimos meses.

§ 3º No caso do estabelecimento estar iniciando as suas atividades, a preponderância será considerada pelo movimento de saídas dos três primeiros meses de funcionamento.

§ 4º Para os efeitos deste artigo caracteriza-se:

a) implantação industrial a instalação de nova unidade de estabelecimento de empresa não instalada no Estado ou de novo estabelecimento de empresa já existente;

b) expansão industrial o aumento na produção física e resultante de investimentos fixos ou gastos em pesquisa ou desenvolvimento;

c) modernização tecnológica a incorporação de novos métodos e processos de produção da qual resulte aumento do valor agregado industrial;

d) produto sem similar, aquele não produzido no território paranaense.

§ 5º Para o enquadramento na condição de fabricante de produto sem similar far-se-á a publicação de edital no Diário Oficial do Estado contendo a descrição do produto, considerada a ausência de similar se não houver manifestação expressa de estabelecimento fabricante paranaense à Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda, no prazo de até 30 dias a partir da data da publicação.

§ 6º A critério da Secretaria da Fazenda, relativamente ao disposto no parágrafo anterior, poderá ser formalizada consulta a órgão técnico no Estado.

§ 7º O enquadramento na condição de fabricante de produto sem similar fica ainda condicionado à preponderância mínima de 50% do valor da produção dos produtos sem similar em relação ao valor da produção implantada, reativada ou expandida.

§ 8º No período de utilização do programa o estabelecimento deverá informar a evolução do seu respectivo nível de emprego.

§ 9º Não serão enquadrados no programa os estabelecimentos cujo aumento na produção decorra da utilização de capacidade instalada ociosa e nos quais o aumento da produção física for inferior a 20%, salvo aqueles que realizarem apenas gastos relativos a pesquisa ou desenvolvimento.

§ 10. Poderão ser admitidos projetos de reativação de empreendimentos industriais paralisados há mais de um ano, ou projetos de implantação e de expansão cujos investimentos tenham sido realizados no período de doze meses anteriores à data de protocolização do requerimento.

§ 11. A empresa e os sócios que participem no capital de outra não poderão usufruir do programa caso hajam débitos de ICMS inscritos em dívida ativa, ressalvado o disposto no § 2º do artigo seguinte.

§ 12. A empresa com estabelecimentos enquadrados no programa e seus sócios não poderão estar inadimplentes para com as instituições financeiras oficiais do Estado e para com os organismos estaduais de controle do meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º do artigo seguinte.

§ 13. Os requisitos previstos nos §§ 11 e 12 aplicam-se para todo o período de utilização do programa.

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA

Art. 532. O enquadramento no programa será obtido mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, que conterá a identificação, o endereço, os números de inscrição, estadual e no CGC, do requerente, e a indicação do tipo de projeto - implantação, expansão ou reativação industrial - especificando se decorrente de produto com ou sem similar no Estado, ou ambos.

§ 1º Ao pedido de enquadramento serão anexados:

a) certidão negativa de dívida ativa estadual da empresa e de outras empresas de cujo capital os sócios participem;

b) comprovante de regularidade de débitos, junto aos organismos estaduais de controle do meio ambiente, da empresa e dos seus sócios;

c) declaração de inexistência de débitos vencidos, junto às instituições financeiras oficiais do Estado, em relação à empresa e às demais, de cujo capital os sócios participem;

d) certificado expedido pelo órgão próprio sobre a satisfação da exigência na área do meio ambiente;

e) Documento Único de Cadastro - DUC, devidamente preenchido, para a concessão de inscrição auxiliar no CAD/ICMS;

f) demonstrativo do valor total das saídas do estabelecimento e do valor das saídas de mercadorias produzidas no próprio estabelecimento, nos doze últimos meses, quando for o caso;

g) demonstrativo do valor, da data e da especificação dos investimentos fixos e gastos em pesquisa ou desenvolvimento realizados, juntamente com as cópias dos documentos comprobatórios;

h) descrição e respectivo código da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado-NBM/SH dos produtos fabricados, na hipótese de não haver similar.

§ 2º A garantia da dívida, mediante depósito ou penhora, surtirá efeito de regularidade nos casos das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior.

§ 3º Na hipótese de estabelecimento em expansão, deverá ser apresentado ainda:

a) demonstrativo dos principais produtos produzidos no estabelecimento, responsáveis por, no mínimo, setenta por cento do valor total da produção, identificando aqueles sem similar no Estado, quando for o caso, relacionando a quantidade produzida nos últimos três anos anteriores ao início da expansão, a previsão quantitativa de produção anual após a realização dos investimentos e o preço unitário mais recente de cada um dos produtos;

b) demonstrativo do saldo de ICMS apurado em conta gráfica (devedor ou credor) dos trinta e seis meses anteriores ao início da expansão decorrente dos investimentos objeto do pedido de enquadramento;

c) indicação do nível médio anual de ocupação da capacidade nominal instalada com o respectivo regime de operação (turnos de trabalho), no período de que trata a alínea anterior;

d) informação sobre o número de empregados, antes da expansão e previsão do número de empregos a ser atingido, após a execução do projeto.

§ 4º Tratando-se de projeto de implantação e de reativação deverá ser informado o número de empregos previstos a partir do início das atividades.

§ 5º Tratando-se de projeto de implantação ou reativação decorrente de produtos com e sem similar no Estado deverá ser informada a produção anual prevista, por produto, especificando o preço unitário mais recente de cada um ou, inexistente este, o estimado.

§ 6º O estabelecimento com início ou reinício das atividades deverá apresentar o demonstrativo referido na alínea "f" do § 1º até o dia quinze do mês subsequente ao do término do primeiro trimestre de atividades.

§ 7º O estabelecimento que não preencher as condições da preponderância industrial ou deixar de fornecer as informações, no prazo fixado no parágrafo anterior, será desenquadrado do programa a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ciência do desenquadramento.

§ 8º O estabelecimento enquadrado no Programa que realizar novos investimentos ou gastos em pesquisa ou desenvolvimento poderá requerer complementação do valor constante da Autorização em curso, até o prazo de 12 meses antes do término da vigência da mesma, contados a partir do termo inicial de utilização do Programa, e tendo como referência a data de protocolização do pedido de complementação, observado o seguinte:

a) o pedido deverá ser instruído conforme determina o § 1º, "g", deste artigo;

b) o valor do investimento ou gasto constará de Autorização Complementar e deverá ser adicionado ao valor do investimento ou gasto residual da Autorização em curso, sendo que este último será atualizado, nos termos do art. 536, para o mesmo mês de referência do valor do investimento ou gasto complementado.

§ 9º Após o prazo de que trata o parágrafo anterior o estabelecimento poderá requerer novo enquadramento, na forma e condições previstas neste artigo e nos arts. 530 e 531, sendo que a nova Autorização, se concedida, poderá ser utilizada a partir do mês seguinte ao término da vigência da Autorização em curso, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 537.

Art. 532-A. Quando se tratar de projeto em estabelecimento, que importe em investimento superior a 2.300.000 UPF/PR, será efetuado enquadramento prévio por Comissão Técnica, formada pelos representantes das Secretarias de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, obedecidas as condições estabelecidas neste Capítulo.

SEÇÃO III

DAS CONDIÇÕES E LIMITES DO PROGRAMA E DOS PRAZOS

Art. 533. Os estabelecimentos enquadrados no programa poderão recolher parte do ICMS, em prazo diferenciado, conforme previsto no art. 535.

§ 1º A parte do ICMS enquadrável no programa será equivalente a:

- a) 50% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados nos Municípios Curitiba e Araucária;
- b) 70% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados nos Municípios de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais;
- c) 80% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados *no Cinturão de Empregos (Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, excetuados os de Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais) nos Pólos de Desenvolvimento e demais Municípios deste Estado;*
- d) 100% do ICMS incremental para os estabelecimentos fabricantes de produtos sem similar no Estado, independente de sua localização;
- e) 100% dos gastos realizados, quando se referirem apenas a pesquisa ou desenvolvimento, apropriados à razão de um duodécimo ao mês.

§ 2º O ICMS incremental enquadrável no programa poderá ser de até 100%, independentemente de localização do estabelecimento, quando se tratar de projeto previsto no art. 532-A.

Art. 534. A duração do programa será de:

- I - 12 meses quando se referir a estabelecimento enquadrado sob o fundamento previsto no § 1º, alínea "e", do artigo anterior;
- II - 48 meses consecutivos nas demais hipóteses.

§ 1º Ressalvada a hipótese prevista no inciso I, aos estabelecimentos enquadrados no CAD/ICMS, nos grupos *Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte e Química*, será concedido prazo adicional de 12 meses e 24 meses, que comprovarem, até trinta dias antes do vencimento do programa, ter passado a adquirir, de estabelecimento industrial-fabricante no Estado, no mínimo 40% e 60%, respectivamente, de peças, partes e componentes.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior será tomada a média dos valores dos últimos seis meses anteriores ao término do programa, a preços constantes, sendo para tanto utilizado o índice de que trata o § 4º do art. 538.

Art. 535. O vencimento da parte do ICMS enquadrada no programa, atualizada monetariamente, ocorrerá no 49º mês subsequente ao da dedução de ICMS incremental.

§ 1º O dia de vencimento de que trata este artigo será o estabelecido no art. 68, XVI.

§ 2º A parte do ICMS enquadrada no programa será atualizada, a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de apuração, de acordo com o Fator de Conversão e Atualização Monetária do ICMS - FCA de que trata o art. 76, § 2º.

§ 3º O atraso no pagamento de uma das parcelas enquadradas no programa, nos prazos indicados neste artigo, importará na perda automática e parcial da validade da autorização, aplicando-se em relação ao período de competência correspondente à inadimplência os termos iniciais do rito especial de que trata o art. 579.

§ 4º O atraso no pagamento de duas ou mais parcelas consecutivas, além das consequências previstas no parágrafo anterior, implicará no vencimento antecipado das demais parcelas para a data da inadimplência da segunda parcela e a empresa ficará impedida de habilitar-se novamente ao programa.

§ 5º Implica no desenquadramento automático do programa a averiguação de fraude nos procedimentos fiscais da empresa.

Art. 536. A utilização do programa terá por limite o valor do investimento e dos gastos em pesquisa ou desenvolvimento realizados, atualizados com base na variação da Unidade Padrão do Paraná - UPF/PR.

§ 1º O limite de que trata o "caput" poderá ser ampliado em até duas vezes o valor do investimento e dos gastos, quando se tratar de setores integrantes das Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado, assim definidas, em Resolução, pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a projetos de que trata o art. 532-A.

§ 3º Do saldo de investimento ou gastos em pesquisa ou desenvolvimento atualizados, abater-se-á a parte do ICMS incremental enquadrada no programa, até esgotar o limite do investimento ou gasto ou até o seu prazo final de duração.

Art. 537. O termo inicial do período de duração do programa será o primeiro mês em que a empresa utilizar o mecanismo.

Parágrafo único. A utilização do programa deverá ter início no prazo máximo de até doze meses, após a obtenção da autorização, sob pena de cancelamento.

SEÇÃO IV

DO MECANISMO OPERACIONAL DO PROGRAMA

Art. 538. Tratando-se de estabelecimento enquadrado no programa por expansão, em relação ao imposto devido apurado a partir do início da utilização do programa, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - o ICMS correspondente ao valor médio histórico apurado e determinado pela Secretaria da Fazenda e a parte do ICMS incremental não enquadrada no programa, deduzidos da parcela (1/12) do gasto em pesquisa ou desenvolvimento, se for também o caso, deverão ser declarados e recolhidos na forma e prazos regulamentares, na inscrição principal no CAD/ICMS;

II - a parte do ICMS incremental enquadrada no programa e a parcela do gasto em pesquisa ou desenvolvimento deverão ser declaradas, no prazo regulamentar, na inscrição auxiliar no CAD/ICMS.

§ 1º O valor do ICMS incremental corresponderá à diferença entre o saldo devedor do ICMS mensal, apurado em conta gráfica, e o ICMS médio histórico, atualizado para o mesmo mês de referência do fato gerador do imposto.

§ 2º O valor médio histórico do ICMS e da parcela do gasto em pesquisa ou desenvolvimento, serão atualizados mensalmente pelo estabelecimento, com base na variação da Unidade Padrão do Paraná - UPF/PR.

§ 3º Quando o ICMS incremental não ultrapassar, no mínimo, em 20% o valor do ICMS médio histórico, o estabelecimento fará a declaração e o recolhimento integral do imposto, no prazo regulamentar, na inscrição principal no CAD/ICMS.

§ 4º O valor médio histórico do ICMS será determinado com base na média aritmética dos saldos de ICMS (devedor ou credor), dos três anos anteriores ao início da expansão, atualizados mensalmente pelo índice de preços específico para o ramo, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e ajustado com base na capacidade ociosa média do mesmo período de referência.

§ 5º O ajuste do ICMS médio histórico poderá ser feito com os indicadores estatísticos disponíveis no mercado, caso a informação relativa à ocupação da capacidade instalada revele-se inconsistente com a tendência da produção física e dos saldos de ICMS, a preços constantes.

Art. 539. Tratando-se de estabelecimento enquadrado no programa em decorrência de implantação ou de reativação, em relação ao imposto devido apurado a partir do início da utilização do programa, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - a parte do ICMS incremental enquadrada no programa e a parcela (1/12) do gasto em pesquisa ou desenvolvimento, sendo também o caso, deverão ser declaradas, no prazo regulamentar, na inscrição auxiliar no CAD/ICMS;

II - a parte do ICMS não contemplada pelo programa será declarada e recolhida nos prazos regulamentares, na inscrição principal no CAD/ICMS.

Art. 540. Tratando-se apenas da hipótese prevista no art. 533, § 1º, "e", a parcela (1/12) do gasto em pesquisa ou desenvolvimento será deduzida do saldo do ICMS apurado, e declarada, no prazo regulamentar, na inscrição auxiliar.

SEÇÃO V

DA AUTORIZAÇÃO E DA ESCRITURAÇÃO

Art. 541. Deferido o pedido, será expedida autorização de enquadramento do estabelecimento no programa e concedida a inscrição auxiliar no CAD/ICMS.

§ 1º O número da autorização deverá constar no espaço destinado a observações do livro Registro de Apuração do ICMS e da GIA/ICMS.

§ 2º Na autorização constará, além da identificação do estabelecimento e do tipo de projeto, o valor médio histórico do ICMS, o valor do limite do programa e a parcela (1/12) do gasto em pesquisa ou desenvolvimento.

§ 3º Os valores equivalentes à parcela do ICMS incremental ou à parcela do gasto em pesquisa ou desenvolvimento deverão ser lançadas no livro Registro de Apuração do ICMS, da inscrição principal, no quadro "Detalhamento - Deduções".

SEÇÃO VI

DO CRÉDITO NA AQUISIÇÃO DE BENS

Art. 541-A. Excepcionalmente ao disposto no art. 63, II, deste regulamento, como benefício fiscal adicional, o estabelecimento industrial poderá se apropriar do total do crédito do imposto pago na aquisição dos bens arrolados no item 9 da Tabela II do Anexo II deste regulamento, à razão de até 10% do saldo devedor apurado no mês, mediante lançamento do valor no campo "outros créditos" do livro de Apuração do ICMS, destacando o número da nota fiscal e o emitente, desde que tais bens permaneçam no estabelecimento pelo prazo mínimo de 24 meses.

§ 1º O valor do crédito a que se refere este artigo será convertido em Fator de Conversão e Atualização Monetária do ICMS - FCA, no primeiro dia do mês subsequente ao da entrada, e reconvertido em moeda nacional, para fins de apropriação, no último dia dos meses subsequentes, sem prejuízo, sendo o caso, do uso da 1ª parcela no próprio mês da entrada, devendo o contribuinte elaborar demonstrativo para esse fim, que ficará à disposição da fiscalização.

§ 2º O estabelecimento autorizado a enquadrar o ICMS incremental ou os gastos em pesquisa ou desenvolvimento fará a apropriação do crédito na inscrição principal, **ressalvadas as hipóteses de enquadramento exclusivamente em decorrência das modalidades previstas** no art. 533, § 1º, "d" e § 2º, cujo valor **poderá ser** apropriado na inscrição auxiliar.

§ 3º O disposto neste artigo:

- a) não afetará o ICMS incremental, vez que o valor apropriado a título de crédito não será incluído no cálculo deste;
- b) não se restringe aos estabelecimentos enquadrados nas seções anteriores;
- c) estende-se aos casos de transferência dos bens desincorporados do ativo imobilizado de outro estabelecimento, quando tributados;
- d) implica na anulação do crédito apropriado caso os bens sejam desincorporados do ativo imobilizado antes do prazo referido no "caput".

§ 4º Tratando-se de estabelecimento que não esteja ainda em operação, o crédito relativo à aquisição dos bens poderá ser apropriado em conta gráfica e o saldo credor transferido na forma prevista no art. 51.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE INCREMENTO À PRODUÇÃO - PARCERIA EMPRESARIAL

SEÇÃO I

DO OBJETIVO E REQUISITOS PARA ENQUADRAMENTO

Art. 541-B. O "Programa de Incremento à Produção - Parceria Empresarial" destina-se a apoiar a implantação, a expansão e a reativação de estabelecimentos industriais, a modernização tecnológica e o incremento do emprego, mediante o financiamento do investimento fixo (Lei n. 9.895/92, art. 2º).

§ 1º Poderá habilitar-se ao programa qualquer contribuinte inscrito no CAD/ICMS que pretenda executar investimentos fixos em estabelecimentos industriais no Estado, excluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Poderão ser admitidos projetos de reativação de empreendimentos industriais paralisados há mais de um ano, desde que adquiridos, no todo ou em parte, pelo terceiro habilitado ao programa.

§ 3º Não serão enquadrados no programa os estabelecimentos:

- a) cujo aumento na produção física seja inferior a 20%, tratando-se de expansão;
- b) em que a participação do requerente no montante dos investimentos seja inferior a 20%.

§ 4º Tratando-se de investimentos com recursos a serem captados no mercado financeiro, a habilitação ao programa fica condicionada à aprovação do projeto pelo agente financeiro.

§ 5º Por estabelecimento industrial entende-se aquele, cujas saídas de produtos industrializados no próprio estabelecimento, representem, no mínimo, 80% do valor total das saídas de mercadorias nos doze últimos meses; quando se tratar de estabelecimento em implantação ou reativação, tomar-se-á em conta o movimento de saídas dos três primeiros meses de funcionamento.

§ 6º Ao disposto nesta Seção aplicam-se também os §§ 1º e 11 a 13 do art. 531 e o art. 532-A, **independentemente do montante do investimento**.

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA

Art. 541-C. O pedido de enquadramento no programa será formulado mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, que conterá a identificação, o endereço, os números de inscrição, estadual e no CGC, do requerente e do novo estabelecimento, quando for o caso, e a indicação do tipo de projeto - implantação, expansão ou reativação industrial.

§ 1º Ao pedido de enquadramento, além do previsto nas alíneas "a" a "f" do § 1º, "d" do § 3º e § 4º, do art. 532, será:

a) anexado comprovante da aprovação do projeto pelo agente financeiro, quando for o caso;

b) informado: valor, especificação e cronograma de execução dos investimentos fixos a serem realizados no projeto; valor correspondente à participação do requerente no montante dos investimentos; composição societária da empresa, tratando-se de implantação ou reativação, e origem dos recursos.

§ 2º Na hipótese de estabelecimento em expansão, deverá ser apresentado, ainda, demonstrativo dos principais produtos produzidos no estabelecimento, responsáveis por, no mínimo, 70% do valor total da produção, relacionando a quantidade produzida nos últimos doze meses anteriores ao início da expansão, a previsão quantitativa de produção anual após a realização dos investimentos e o preço unitário mais recente de cada um dos produtos.

§ 3º Tratando-se de investimento com a participação de mais de um estabelecimento, o requerimento será comum a todos.

§ 4º O estabelecimento enquadrado no programa que realizar investimentos fixos em valor superior ao inicialmente autorizado poderá requerer complementação do valor constante da autorização em curso de que trata o art. 541-E, § 2º, na forma deste artigo.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, o valor do investimento complementar, observado os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 541-D, deverá ser adicionado ao valor autorizado e ainda não utilizado, sendo que este último será atualizado, com base na variação da Unidade Padrão do Paraná - UPF/PR, para o mesmo mês de referência do valor do investimento complementar.

§ 6º Ao disposto nesta Seção aplicam-se também os §§ 6º e 7º do art. 532.

SEÇÃO III

DAS CONDIÇÕES E LIMITES DO PROGRAMA E DOS PRAZOS

Art. 541-D. Os estabelecimentos enquadrados no programa poderão deduzir do saldo do imposto a recolher em conta gráfica:

I - 40% do valor total do investimento, desde que realizado em estabelecimento de cooperativa de produtores;

II - 20% do valor total do investimento, desde que realizado em outros estabelecimentos industriais.

§ 1º Sendo o investimento realizado por mais de uma empresa, a dedução será proporcional à participação de cada uma delas no investimento total.

§ 2º O valor a ser deduzido será calculado antes da apropriação do crédito de que trata o art. 541-A e após apurado o ICMS incremental de que trata o "Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos", sendo o caso, e, terá por limite mensal:

a) 40% do saldo de imposto a recolher, em se tratando da hipótese prevista no inciso I deste artigo;

b) 20% do saldo de imposto a recolher, em se tratando da hipótese prevista no inciso II deste artigo.

§ 3º A duração do programa será de 48 meses consecutivos e terá por limite o valor obtido na forma dos incisos I e II deste artigo.

§ 4º O saldo que exceder aos percentuais previstos no § 2º, atualizado com base na variação da UPF/PR, poderá ser apropriado nos períodos subseqüentes, observados os limites ali estabelecidos.

§ 5º A utilização do programa deverá ter início no prazo máximo de até doze meses após a obtenção da autorização, sob pena de cancelamento; o termo inicial corresponderá ao primeiro mês em que a empresa efetuar a dedução.

§ 6º O vencimento de cada parcela do ICMS deduzida, atualizada monetariamente, ocorrerá no 49º mês subseqüente ao da dedução.

§ 7º Ao disposto nesta seção aplicam-se também os §§ 1º a 5º do art. 535.

SEÇÃO IV

DA AUTORIZAÇÃO E DA ESCRITURAÇÃO

Art. 541-E. Deferido o pedido será expedida autorização de enquadramento do estabelecimento no programa e concedida a inscrição auxiliar no CAD/ICMS.

§ 1º O número da autorização deverá constar no espaço destinado a observações do livro Registro de Apuração do ICMS e da GIA/ICMS.

§ 2º Na autorização constará, além da identificação do estabelecimento e do tipo de projeto, o valor do limite do programa.

§ 3º Na autorização poderão ser estabelecidas outras regras para prestação de contas dos valores enquadrados no programa.

§ 4º O valor equivalente à parcela do investimento dedutível no período deverá ser lançado no livro Registro de Apuração do ICMS, da inscrição principal, no quadro "Detalhamento - Deduções", e declarado, no prazo regulamentar, na inscrição auxiliar.

SEÇÃO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA

Art. 541-F. A comprovação da dedução do investimento realizado será feita junto à Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda, até o dia 15 do mês subseqüente ao encerramento de cada trimestre da dedução, devendo para esse fim o interessado protocolar prestação de contas à qual serão anexados:

I - os documentos comprobatórios dos investimentos fixos realizados;

II - detalhamento mensal dos valores deduzidos, declarados na inscrição auxiliar, bem como do ICMS incremental enquadrado no "Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos", quando for o caso.

Parágrafo único. Constatada irregularidade adotar-se-á as medidas cabíveis.

SEÇÃO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 541-G. O disposto neste Capítulo não prejudica o enquadramento do investimento excedente a 40% ou a 20% (art. 541-D, incisos I e II), no "Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos".